

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História
Área de concentração: Sociedade, cultura e política.
Linha de Pesquisa: Imagens, narrativas, memórias.

Historiografia e memórias de Paracatu - Noroeste de Minas Gerais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Walter Nunes

Autor: Alexandre de Oliveira Gama

Brasília

2015

ALEXANDRE DE OLIVEIRA GAMA

Historiografia e memórias de Paracatu - Noroeste de Minas Gerais.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas - Departamento de História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Walter Nunes
Programa de Pós-Graduação em História/UnB

Prof^ª Dr^ª. Diva do Couto Gontijo Muniz
Programa de Pós-Graduação em História/UnB

Prof^ª Dr^ª Helen Ulhoa Pimentel
Programa de pós-Graduação em História Social/UNIMONTES-MG

Prof^ª Dr^ª. Eleonora Zicari Costa de Brito
Programa de Pós-Graduação em História/UnB

Brasília

2015

AGRADECIMENTOS

Pensei em não começar meus agradecimentos por aquele lugar comum tão presente em momentos como esse: “este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de..., apoio..., colaboração...”, mas, percebi que aquilo que produzimos, em qualquer esfera de nossa vida, não pode ser efeito exclusivo de nossas escolhas e esforços pessoais. É a consequência de um conjunto de variáveis que influencia diretamente nas escolhas, desenvolvimento e resultado final da pesquisa. Procuro citar aqui algumas dessas variáveis e as pessoas com elas envolvidas.

Devo minha formação à criação que recebi e aos incentivos que me concederam meus pais, Marcone e Elisabete. Sem eles, de fato, eu nada seria. Agradeço pelo esforço e privações pelas quais passaram para que eu pudesse seguir com os meus estudos, mesmo em momentos de muita carência. Aos meus irmãos, Daniel, Gustavo e Filipe, e também às mais novas, Júlia e Laura, pela imprescindível convivência fraterna.

Agradeço muito à minha esposa Gislane. Incentivos e apoio não faltaram. Deixá-la em Paracatu em casa para pegar ônibus às duas da manhã com o intuito de chegar em Brasília e cursar as disciplinas do programa não foi fácil! Mas, para nós, está sendo gratificante. Agradeço pela confiança e pelas suas qualidades que aqui não seria capaz de apontar em toda sua extensão e profundidade.

Agradeço aos irmãos da igreja pelas orações e à minha sogra Elda por ter vibrado com a aprovação que eu conseguira, a partir de cada etapa vencida durante a seleção do mestrado. Não esqueço em momento algum do carinho e da solicitude da irmã Zali Neves da Rocha e de meu irmão Huascar pela forma como sempre me ajudam e me recebem quando vou a Brasília.

Um agradecimento especial para Ronaldo Diláscio, amigo e diretor-geral do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu, Gustavo Alexandre, diretor de ensino e aos demais professores e servidores, pois sem a compreensão e autorização de cada um deles, talvez não estivesse hoje escrevendo estas palavras. Faço menção especial ao colega João Batista, não somente pelas caronas para Brasília, mas, sobretudo por ser para mim um exemplo de jovem profissional, maduro e ponderado.

Ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, nas pessoas do Rodolfo e Jorge, pela atenção e por serem tão prestativos nos atendimentos na

secretaria. Aos professores e colegas do Programa, em especial ao professor Arthur Alfaix Assis e Marcelo Balaban que questionaram meu primeiro projeto de tal forma, na disciplina Seminário de Pesquisa, que me ajudaram a perceber incoerências e possibilidades que ainda não enxergava. Ao professor Estevão de Resende Martins pelas interessantes, profundas e, muitas vezes simples, reflexões que fizemos na disciplina Teoria da História (conseguir compreender Jörn Rüsen para mim foi uma conquista!). Aos professores Edlene Oliveira Silva e Anderson Ribeiro Oliva pelas reflexões dentro de minha linha de pesquisa.

À professora Eleonora Zicari pelas preciosas sugestões quando do exame de qualificação e sugestões de formação da banca, às professoras Vanessa Maria Brasil e professora Diva do Couto Muniz que me aceitaram como aluno especial na disciplina História e Historiografia, a qual foi fundamental para meu amadurecimento intelectual dentro da academia. À professora Diva, por quem nutro profunda admiração pela sua inteligência, suas críticas, ora sutis ora mordazes, à sociedade, à autores, à academia, enfim, a tudo que se coloque diante de seu olhar analítico e investigativo. Se não tivesse me espelhado nela, acredito que teria sucumbido à banca de seleção ao mestrado no dia da entrevista!

À Helen Ulhôa Pimentel, minha ex-professora na antiga sétima série e, mais tarde, uma colega que me incentivou a participar do processo de seleção ao mestrado. Sua trajetória também foi para mim um incentivo para que pudesse prosseguir em meus estudos. Aos amigos Florival Ferreira e Oliveira Mello. A gentileza de ambos em me fornecer apoio e documentos para a pesquisa foram muito importantes neste estudo.

Por fim, gostaria de destacar, além de todos, muito devo minha formação e minha experiência em pesquisa ao meu orientador, José Walter Nunes. Desde o nosso primeiro contato em momento algum ele deixou de acreditar que eu conseguiria ser aprovado no Programa e que teria um bom desempenho nas disciplinas. Suas opiniões foram sempre respeitadas, considerando e valorizando aquilo que eu pensava a respeito de cada uma delas. Com ele, sempre tive um ambiente de muita liberdade para poder pensar em meu objeto e construir essa pesquisa. Foi alguém sempre atento aos detalhes, de modo que cada uma de suas observações no trabalho fazia-me perceber sua profunda experiência de pesquisa no campo da história, da memória e da cultura. Por isso, as possíveis incoerências neste texto devem ser atribuídas à minha teimosia.

RESUMO

Esse estudo historiciza as representações sociais, políticas e culturais hegemônicas elaboradas e veiculadas pela historiografia do noroeste de Minas Gerais, particularmente sobre Paracatu, através de cinco autores que publicaram obras sobre a cidade ao longo do século XX. Tais representações fundamentaram a elaboração de memórias de enaltecimento e glorificação de certos grupos sociais, tendo como referência a Paracatu do século XVIII: a época de ouro, da esperança e dos grandes heróis desbravadores, em um lugar visto como grande encruzilhada do Brasil central e responsável pelo povoamento do oeste. Por outro lado, neste estudo destaco também que para construção dessas memórias, outras foram silenciadas, apagadas dessa historiografia.

Palavras-chave: Paracatu; Noroeste de Minas; Historiografia; Memórias; Representações.

ABSTRACT

This study historicizes the hegemonic social, political and cultural representations transmitted by the historiography of the northwest of Minas Gerais, particularly about Paracatu. There are five authors who have published literary composition on the city during the twentieth century. Such representations based the development of exaltation and glorification of memories of the city of the eighteenth century. In these literary compositions the elements that make these memories are identified: the golden age, the hope age and the age of great heroes of Paracatu which is responsible for the western people occupation as for the great crossroads of central Brazil. Whereas, it is importante to note that in this historiography some memories were silenced, erase by these authors.

Keywords: Paracatu; Northwest of Minas; Historiography; Memories; Representations.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
CAPÍTULO I: Tema, caminhos e passos da pesquisa	13
1.1 Fios teóricos em diálogo com o tema	16
1.2 Contextualização do noroeste mineiro nas Minas da Colônia	35
CAPÍTULO II: Reflexões sobre a produção historiográfica do noroeste mineiro	43
2.1 A posição do noroeste no conjunto da historiografia mineira	43
2.2 As marca do tempo na produção historiográfica do noroeste de Minas Gerais	53
CAPÍTULO III: Memórias da Paracatu do século XVIII nas construções historiográficas	103
3.1 A origem do arraial de Paracatu nessas construções	104
3.2 Um mal estar da historiografia: Paracatu no sertão	110
3.3 Sementes da <i>civilização</i> plantadas no sertão do noroeste e a construção da identidade do povo paracatuense	116
3.4 A memória indígena do noroeste nos documentos	127
3.5 O sertão do noroeste de Minas domesticado	131
3.6 A construção de Paracatu como <i>encruzilhada do Brasil central</i> na historiografia	137
3.7 A construção de Paracatu como <i>encruzilhada do Brasil central</i> na cartografia ...	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
HISTORIOGRAFIA UTILIZADA COMO FONTE DE PESQUISA	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS	163
FONTES CARTOGRÁFICAS	163

APRESENTAÇÃO

Paracatu, cidade a 240 km de Brasília, foi descrita inicialmente como um lugar de passagem de expedições terrestres que procuravam indígenas na região, sob o ciclo do bandeirantismo na virada do século XVI para o XVII.¹ Sob o ciclo do ouro no século XVIII, desenvolve-se a ponto de representar uma das grandes economias da coroa na colônia.² Várias estradas e picadas que ligavam diversas regiões do país (Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro além da mineira) a Goiás fizeram do pequeno arraial um importante ponto de confluência desses diversos caminhos com passagem pelo Brasil central.³ Apesar de se encontrar no interior do sertão das Minas Gerais, distante dos demais núcleos mineiros (Vila Rica, Mariana, Sabará, São João Del Rei) e pelo fato de a descoberta de suas minas ter se dado quase meio século depois do descobrimento do ouro nas outras regiões de Minas, nas fontes consultadas Paracatu está integrada a essas regiões, é dinâmica, não se encontra distante e, muito menos, isolada.

Esta é a representação⁴ da cidade - inicialmente denominada Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu (por volta de 1730) e, mais tarde, em 1798, Villa de Paracatu do Príncipe - consolidada na historiografia da região no que diz respeito ao recorte temporal relativo ao seu período aurífero, a partir do segundo quartel do século XVIII.⁵ Nos documentos que tratam deste período, o Arraial de Paracatu teria se tornado a grande *encruzilhada* do Brasil central. Entretanto, a Paracatu do século XIX (vila desde 1798 e, a partir de 1840, cidade) e da primeira metade do XX passa a ser representada de maneira oposta pela historiografia. Todos os caminhos que antes

¹ MELLO, Oliveira. *Paracatu do Príncipe: a Imemorial*. Paracatu, Ed. da Prefeitura Municipal, 1983, p. 19-20.

² CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. *Paracatu: Morro do Ouro*. São Paulo, Ed. Abril S. A., 1992, p. 66.

³ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005, p. 101.

⁴ Em linhas gerais, as representações são “*matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real*” conforme PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 39. Vou desenvolver essa discussão mais adiante.

⁵ Discussão que será aprofundada mais adiante.

vinculavam o arraial aos rincões da Colônia parecem ter desaparecido dos documentos consultados. O que não tinha sido problema para a época anterior (a distância do litoral e dos outros centros auríferos), agora se torna um dos principais motivos para a *decadência* da cidade. Assim é retratado o século XIX em Paracatu por algumas das fontes consultadas. Essa representação foi reforçada de tal forma que a cidade ficou conhecida como a “*eterna prisioneira das distâncias silenciosas*”.⁶

Mas tudo parece mudar, segundo leituras que fiz e que mencionarei mais adiante, a partir da construção de Brasília, entre 1957 e 1960, quando a Paracatu de outrora, a Paracatu do século XVIII, do auge da exploração aurífera, parece ter sido “resgatada” nas narrativas encontradas em jornais e livros escritos por paracatuenses naquele período. As ideias propagadas passam a imagem de que Juscelino Kubitschek intencionava trazer a Paracatu a condição perdida de *encruzilhada* do Brasil central.

No período da construção de Brasília, Paracatu foi marcante para a vida da nova Capital do País que se levantava. E, além de passagem obrigatória de todos que se demandavam do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte, era alvo de atenções pelo seu aspecto colonial e pela característica do isolamento que viveu durante séculos. Brasília muito iria exercer influência no seu despertar. Paracatu tornava-se novamente caminho rumo ao Oeste, como o fora no século XVIII, para os que procuravam o ouro dos Martírios.⁷

É interessante como uma determinada *memória coletiva*⁸ parece reafirmar Brasília como um marco, um rasgo na história de Paracatu, marcada pela permanência da tradição, de um estilo de vida pacato e rural, em que a vida se submete às *determinações* do clima e da natureza.⁹ Existe essa memória da “não transformação” em

⁶ MELLO, Oliveira. *Preservação da memória*. Brasília, Edição do Autor, 1993, p. 43 e BARATA, José Henriques. *Paracatu Revivida*. Brasília: Editora Uberaba Ltda, s/d.

⁷ MELLO, Oliveira. *Memória Cultural (A cultura em Paracatu)*. Belo Horizonte, Ed. Da Comissão Mineira de Folclore, 1990, p. 207.

⁸ Refiro-me aqui a “uma determinada memória”, pois conforme já bastante discutido pela historiografia relacionada ao debate sobre a memória, ela é um fenômeno construído coletivamente, portanto, sujeita às disputas geradas pelos conflitos entre grupos sociais. Conforme Halbwachs, “*na realidade, existem muitas memórias coletivas*” (HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 105.). Retomarei mais adiante esta discussão.

⁹ Não compreendo aqui a noção de tradição dentro de um sistema binário que opõe a ideia de mudança (tradição/mudança, sociedade tradicional/sociedade moderna). A noção de tradição está associada a uma construção seletiva, uma invenção, um saber que circula e se renova, conforme veremos adiante.

Paracatu, como se o tempo de *isolamento* e *decadência* do período pós-declínio da mineração perdurasse do final do século XVIII até meados do XX.

As referências aos tempos de glória do século XVIII são reforçadas na historiografia produzida durante todo o século XX, mas, sobretudo em sua segunda metade. Essa construção é endossada, mais tarde, pelo processo de tombamento do núcleo histórico de Paracatu em 2010. No Dossiê elaborado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) a imagem de Paracatu é construída de forma a colocá-la como uma das grandes responsáveis pelo povoamento do sertão do Brasil, antes mesmo da construção de Brasília. E, novamente, a imagem da Paracatu como a grande encruzilhada do Brasil central aparece.

A conexão do nordeste da Bahia com o noroeste de Minas se dava pelo rio São Francisco. Além disso, a região de Paracatu servia com um dos pontos de ligação entre Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, servindo para pouso e reabastecimento. (...) Seu intercâmbio cultural, econômico e social foi intenso com várias regiões importantes de Minas Gerais. O principal caminho, a artéria do período colonial que passava pela região do noroeste de Minas, sem sombra de dúvida, foi a “Picada de Goiás”. Um prosseguimento do Caminho Velho que ligava São Paulo a São João Del Rey (conhecida na época por “Rio das Mortes”); a partir daí, prosseguia até passar por Paracatu e alcançar seu destino, as minas de Goiás. Além da conexão com a região goiana, através da “Picada de Goiás”, importante ressaltar as trocas, os contatos estabelecidos, o comércio, as ondas migratórias e o intercâmbio cultural que se dava entre Paracatu e as regiões mineiras: vínculo econômico com a importante região de Diamantina e Mariana; o importante trânsito estabelecido pela Picada de Pitangui (que unia as “minas” à Goiás) aberta a partir de 1736; os contatos e vínculos políticos e econômicos estabelecidos com as regiões dispostas pelo Caminho de Araxá, e, além dessas, vale ressaltar o contato com o mercado consumidor do Rio de Janeiro.¹⁰

No parecer dado pelo Arquiteto Lucien Munchen Martins, apresentado aos Membros Conselheiros no dia da votação do tombamento, em 10 de dezembro de 2010, ele argumentou favoravelmente ao tombamento afirmando, dentre outras coisa que:

¹⁰ A ocupação das cidades no interior do Brasil: Centro histórico de Paracatu (Proposta para tombamento). In: Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Paracatu. IPHAN, 2009, p. 34 e 38.

A cidade sinaliza o extraordinário dinamismo e grandeza territorial do ciclo do ouro no Brasil – diretamente relacionado com o movimento de ocupação do interior do país. A cidade de Paracatu é emblemática nesse movimento de ocupação populacional.

Assim, como primeira sustentação da significância do patrimônio de Paracatu, aponta-se sua posição chave na compreensão da extensão geográfica do ciclo do ouro e da fixação populacional no interior do Brasil. Enfatiza-se o caráter histórico dessa localização geográfica, testemunhando a expansão e fixação da rede urbana para muito além das origens predominantemente costeiras das cidades brasileiras. Particularmente no oeste, onde as distâncias entre as poucas cidades eram enormes, as dificuldades e os esforços necessários para a fixação da rede urbana foram muito grandes.

Considerando que o noroeste mineiro ainda não conta até o presente com nenhum sítio urbano tombado, e que o núcleo urbano de Paracatu foi determinante e fundamental no processo de interiorização do Brasil, ao se reconhecer o caráter estratégico de seu conjunto urbano decorrente do ciclo do ouro, inserido no circuito de rotas que desbravaram o centro-oeste, manifesto-me favoravelmente à inscrição do bem, sob o título “Conjunto Histórico de Paracatu – MG” no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.¹¹

O século XVIII é retomado no parecer do arquiteto do IPHAN como a época em que Paracatu teria sido responsável, a despeito das enormes distâncias entre as cidades dessa região e das dificuldades e esforços que seriam necessários para tal empreendimento, pelo povoamento das terras mais ao oeste do litoral.

Tais questões me levaram a ter como objetivo neste estudo identificar e historicizar as representações hegemônicas elaboradas e veiculadas pela historiografia do noroeste de Minas Gerais que fundamentam a elaboração de memórias de enaltecimento e glorificação da Paracatu do século XVIII, a partir dos seguintes questionamentos: Quais autores trabalharam com a história da cidade em obras específicas sobre a região do noroeste no século XX? Qual a influência das demandas do tempo em que vivia cada um deles sobre aquilo que escreviam? Quais os compromissos assumidos com essas publicações? Quais os principais elementos que compõem essas memórias hegemônicas do século XVIII? Essas são algumas das questões que pretendo responder no decorrer deste trabalho.

¹¹ PARECER SOBRE O PROCESSO DE TOMBAMENTO Nº 1.592-T-10 referente ao Conjunto Histórico de Paracatu-MG (10.10.2010). Documento obtido na Secretaria de Cultura de Paracatu.

No primeiro capítulo discuto as motivações pessoais sobre a escolha do tema, os caminhos teórico-metodológicos, os passos da pesquisa, e o diálogo entre seus objetivos com a historiografia do noroeste de Minas e da cidade de Paracatu. Nele, também faço uma contextualização apontando o surgimento do arraial de Paracatu, a descoberta de suas minas e o desenvolvimento de suas características urbanas e o estabelecimento de suas instituições político-administrativas dentro do contexto de Minas Gerais do século XVIII. A ideia é demonstrar as especificidades da futura cidade em relação às outras áreas mineiras que surgiram e se desenvolveram a partir da exploração aurífera, como Vila Rica, Mariana, Sabará, São João Del Rei e Pitangui.

O segundo capítulo traz uma reflexão sobre a produção historiográfica do noroeste de Minas Gerais. Nela avalio a posição dessas produções no conjunto da historiografia mineira. Além disso, também cito cinco autores que escreveram e publicaram livros sobre a história de Paracatu durante o século XX, fazendo uma reflexão sobre a contribuição de cada um deles no processo de construção das memórias que temos da Paracatu do século XVIII e o peso das demandas de seus tempos em cada uma de suas produções.

No terceiro capítulo reflito sobre as construções dos vários elementos que compõem as memórias de Paracatu no século XVIII, produzidas pela historiografia ao longo do século XX. Dou a conhecer os elementos do enredo traçado para descrever a origem do arraial de Paracatu, juntamente com os atores selecionados para protagonizarem o feito (os bandeirantes, as gentes do litoral, os administradores coloniais). Além disso, evidencio os silenciamentos e depreciações das culturas indígenas e africanas do noroeste, numa tentativa de se desconstruir as culturas desses grupos nativos e de negar-lhes uma memória. Por fim, também exponho como se deu a construção da memória que associa a Paracatu do século XVIII como a grande encruzilhada do Brasil central.

CAPÍTULO I

TEMA, CAMINHOS E PASSOS DA PESQUISA

O meu interesse de pesquisa pela cidade de Paracatu deve-se bastante à minha ligação pessoal e profissional com esse lugar que me viu nascer, crescer e concluir meus primeiros estudos. Entre os anos de 2000 e 2005 me mudei para o Distrito Federal para cursar História na Universidade de Brasília. Depois, fiz um curso de pós-graduação, em nível de especialização, em História Cultural, pela Universidade Estadual de Goiás, precisamente, no ano de 2007. E foi neste momento que tive a oportunidade de me aproximar de teorias, conceitos e debates relativos à perspectiva cultural dos estudos historiográficos.

Além dessas atividades acadêmicas, fundamentais para o meu processo de aprendizagem, a ideia de trabalhar com alguns desses conceitos como representação e imaginário¹², sobre a cidade de Paracatu, veio em 2009, quando comecei a trabalhar como historiador na Secretaria Municipal de Cultura dessa cidade. Neste momento, sobretudo a questão das transformações urbanas da cidade, desencadeadas pela construção de Brasília na década de 1960, e as várias leituras feitas desse momento, por diversos moradores da cidade, começaram a me interessar significativamente. Destaco, em especial, três trabalhos com os quais estive ligado e que, de alguma maneira, são reveladores do meu interesse e despertar por este meu tema de pesquisa no mestrado.

O primeiro está relacionado aos estudos e pesquisas realizados quando eu era membro do Corpo Técnico do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico de Paracatu (COMPHAP). Como havia uma lei municipal que tutelava toda a edificação tradicional da cidade e submetia qualquer intervenção nessas edificações a uma aprovação do Conselho Municipal de Patrimônio (Lei 1517/87), isso passou a exigir levantamentos prévios das histórias e características dessas edificações para munir o Conselho com informações sobre tais bens. Amparados nesse tipo de conhecimento, os conselheiros decidiam - concedendo ou não certas demandas dos proprietários de imóveis.

¹² Descrevo essas definições mais adiante.

Surpreendeu-me o fato de que no lugar de muitas daquelas casas que me pareciam modernistas - lembravam aspectos do estilo arquitetônico de Brasília¹³ - havia antes uma edificação tradicional, de estilo colonial. Isto me inquietou e despertou meu interesse pelo assunto, uma vez que tais edificações modernas do núcleo histórico eram, na verdade, edificações coloniais modificadas - e que pareciam haver sido seduzidas ou influenciadas pelo projeto arquitetônico de Brasília.

Um segundo trabalho que também foi muito marcante na minha atuação profissional desse período foi o Projeto “Minha história, minha vida”, cujo objetivo era registrar as memórias dos moradores mais antigos de Paracatu, através de documentação audiovisual, tanto naquilo que dizia respeito à sua vida pessoal e familiar, quanto naquilo que se relacionava a algum evento que marcou a história da cidade. Meu papel nesse projeto, coordenado pela então secretária de cultura do município, Marina Cunha, era elaborar o roteiro das entrevistas e sua filmagem. As referências à Brasília apareceram em algumas entrevistas, como também foi mencionada a figura de Juscelino Kubitschek por ser amigo de um importante fazendeiro local, Francisco Chaves, conhecido como Fifico Chaves, que o recebia sempre que passava por Paracatu, em direção ao Planalto Central, e assim acabou por deixar alguns vestígios de suas memórias nesta cidade.

Por fim, o terceiro trabalho que me levou a ter interesse sobre esse tema foi a organização de parte do Banco Iconográfico do Arquivo Público Olympio Michael Gonzaga que se encontrava na Secretaria de Cultura. O número de fotografias da década de 1960 era significativo e uma boa parte delas mostrava uma Paracatu em (re) construção, com a abertura de novas ruas, novas edificações, pedras sendo retiradas para dar lugar aos bloquetes e asfalto.

Na medida em que fui trabalhando com esses materiais e convivendo com uma diversidade de pessoas, em função das minhas atividades na Secretaria de Cultura, percebi um lugar comum entre muitos que falavam sobre a história recente de Paracatu: Brasília era vista como o grande motivo do desenvolvimento desta cidade mineira. Essa assertiva era comumente seguida de comentários como “Paracatu era atrasada, Brasília que a despertou”, “Se não fosse Brasília, Paracatu teria continuado parada no tempo”,

¹³ As características das edificações modernistas de Paracatu são descritas no *Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Paracatu*. IPHAN, 2009, p. 94-98.

“Brasília foi a responsável pela grande perda do patrimônio histórico de Paracatu”,
“Brasília destruiu os becos de Paracatu”.

Além disso, também é muito comum na cidade, entre as pessoas mais antigas (sobretudo aquelas com as quais convivi enquanto historiador na Secretaria) uma exaltação à primeira época de exploração do ouro da cidade (século XVIII). Fala-se da quantidade de ouro retirada, das festas em que se jogava pó de ouro nos cabelos dos convidados, da quantidade de produtos que eram comercializados, entretanto, percebi que havia um apagamento da história da cidade do século XIX e início do XX. Para muitos parecia haver somente a Paracatu da época do ouro (XVIII) e a Paracatu a partir de Brasília, da segunda metade do século XX. Enfim, o que percebi nisso tudo foi uma disputa de representações e memórias sobre a cidade¹⁴.

A princípio, a repercussão da construção de Brasília em Paracatu, final dos anos 50 e início dos 60 do século passado, era o meu maior interesse nesta pesquisa. Entretanto, uma vez iniciado o curso de mestrado, o projeto foi amadurecendo, a partir de questões que surgiram com as novas leituras, as disciplinas cursadas¹⁵ e com as reuniões de orientação com o Professor José Walter Nunes¹⁶. Também foi de fundamental importância as discussões na defesa do projeto com as professoras Diva do Couto Gontijo Muniz e Eleonora Zicari Costa de Brito. As sugestões para inserção de novos autores e seus apontamentos sobre a própria natureza e objetivos desse trabalho contribuíram para que eu pudesse, junto com o orientador, reformular algumas questões que até então não tinham recebido o devido tratamento no estudo. Acrescenta-se ainda a colaboração de outros professores e de colegas de turma que, muitas vezes, através de conversas informais, contribuíram para o desenvolvimento de minhas reflexões.

¹⁴ Explico essa questão mais a frente.

¹⁵ Duas disciplinas foram fundamentais neste processo de amadurecimento: História e Historiografia ministradas pelas professoras Diva Couto e Vanessa Brasil, quando pude refletir sobre um conjunto significativo de autores que me ajudaram a pensar criticamente sobre a história enquanto ciência e a disciplina Seminário de Pesquisa oferecida pelos professores Arthur Alfaix Assis e Marcelo Balaban onde fomos levados a apresentar e discutir nosso pré-projeto com colegas que, estando em áreas diferentes, puderam contribuir com questionamentos e críticas aquilo que ainda estava carente de explicações e objetos ainda pouco delimitados.

¹⁶ O professor aconselhou leituras fundamentais neste trabalho – Walter Benjamin, por exemplo - e sua experiência com patrimônio, memória e imagens foi e tem sido essencial dentro das discussões que tenho proposto nesta pesquisa (propostas por mim e, em alguns momentos, por ele mesmo, ensinando a olhar criticamente determinados documentos com que tenho trabalhado).

1.1 FIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS EM DIÁLOGO COM O TEMA

As transformações teórico-conceituais pelas quais passou o campo historiográfico nas décadas de 1960 e 70 são compreendidas como um importante ponto de inflexão dentro da disciplina história. A crise do estruturalismo de matriz braudeliana (fundamentada na longa duração, no predomínio de estruturas e no enfoque econômico-social) provocada pelo realismo ingênuo de pensar as categorias da história como ontológicas (classe, burguesia, operários...) e pela crítica à forma reducionista de se ver a história como produto do movimento econômico ou das forças da estrutura, fizeram com que a disciplina vivesse aquilo que Jacques Revel denominou de “*turbulência epistemológica*”¹⁷, um momento de grande liberdade intelectual entre os pesquisadores da área.

...vale refletir sobre o que significou essa perda de confiança no poder dos grandes paradigmas unificadores e integradores: um momento de turbulências epistemológicas fortes que pode ter, em alguns casos, tendido à anarquia; mas também um momento de reflexão crítica das disciplinas sobre si mesmas, sobre seus pressupostos e sobre seus modos de fazer, que também afetou a história, mesmo que nossa corporação seja frequentemente mais voltada a refletir sobre os problemas de método do que sobre as operações e as convenções que tornam o discurso histórico possível.¹⁸

As reflexões advindas dessas questões colocaram em xeque, antes de tudo, a ideia de que o conhecimento do passado corresponderia a um discurso “realista” e de que o objeto da História seria um dado concreto e totalmente apreensível para o historiador. Nesse mesmo sentido, observou-se a desconstrução da noção de documento como associado à prova histórica e à fonte de verdades incontestáveis. Assim, a história se aproxima de outras ciências, como da antropologia, o que faz ampliar as possibilidades de documentos para a pesquisa histórica, abrindo espaço para a

¹⁷ REVEL, Jacques. *Proposições*. Ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, p. 98.

¹⁸ Idem.

transformação de temas como mitos, rituais, imagens, tradições, representações e testemunhos em fontes de pesquisa para diversos trabalhos.

Nesse sentido, para amparar esta pesquisa, lanço mão de alguns fios teóricos que vêm sendo tecidos no campo da história para desenvolver algumas reflexões sobre as representações que fundamentam as memórias da cidade de Paracatu do século XVIII. E, neste caso, uma definição do que estou entendendo por cidade faz-se necessário. Compreendo-a aqui não como uma paisagem urbana estática, fechada e limitada aos seus aspectos físicos e materiais. Percebo, com o devido cuidado, observações e definições como aquela feita por Célia Ferraz de Souza, para quem a cidade “*é, por excelência, o lugar que melhores condições tem de produzir um ambiente fértil para o desenvolvimento das ideias, das imagens e das representações*”.¹⁹ Para a autora, um local privilegiado para análise das discussões e construções imaginárias, pois abriga em um mesmo espaço, uma multiplicidade de formas de se ver, viver e conceber seu espaço. Percebo a cidade de fato, como esse lugar, mas não em oposição ao sertão, como fizeram os viajantes que conceberam este lugar numa perspectiva maniqueísta, associando-o ao espaço da natureza, da selvageria, do atraso e da falta de cultura, e a cidade, ao moderno e civilizado. O que me interessa neste caso é o olhar com que se concebe o espaço urbano em Paracatu.²⁰

Através dos diversos olhares com que a sociedade a vê, das múltiplas opiniões que ocorrem no seu meio, dos vários conceitos e preconceitos que se estabelecem, dos símbolos que se criam, e também por ser o “locus” do poder, é que a cidade é a projeção no espaço físico, do *imaginário social*.²¹

O que vamos fazer é refletir sobre as formas com que a cidade de Paracatu se faz representar pelos seus escritores do século XX. Desse modo, pesquisar seus documentos escritos e a produção cartográfica da época se faz, além de necessário, essencial, uma vez que “*a cidade se faz representar através das suas imagens e é*

¹⁹ SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, C. F. e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 109.

²⁰ Especifico melhor essa questão mais adiante.

²¹ SOUZA, 1997, p. 109.

*através delas que se dá a conhecer concretamente; as imagens urbanas são signos da cidade e atuam como mediadores do seu conhecimento”.*²²

Ao partir dessa questão, torna-se essencial atribuir ao imaginário um papel significativo para a compreensão de uma determinada realidade social e cultural uma vez que os aspectos do imaginário também fazem parte da estruturação social dos indivíduos e, portanto, de suas manifestações culturais. O imaginário é parte constitutiva de qualquer realidade social, pois como afirma Bronislaw Baczko

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas também definem de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais etc. (...) O imaginário social é, pois, uma peça efetiva do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o *lugar* e o *objeto* dos conflitos sociais.²³

Também refletindo sobre o imaginário, a historiadora Sandra Pesavento coloca que o mesmo se configura através de um sistema de ideias e imagens de representações coletivas que os indivíduos elaboram para dar sentido ao mundo. Propõe, assim, uma definição abrangente na medida em que o imaginário “*comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social*”.²⁴ Assim, veremos nos documentos cartográficos o esforço por parte de seus elaboradores de inserir elementos relacionados à *civilização* do litoral nos espaços identificados ao sertão, à natureza selvagem do *gentio hostil* e indomado. Em outros momentos, veremos a construção imaginária da cidade como *decadente e isolada*, ora como a cidade do *progresso* e da *riqueza e fausto*. Portanto, assim como a noção de imaginário, outras noções e categorias de análise tornaram-se essenciais para a construção de um arcabouço teórico que possibilitasse a condução da presente pesquisa e que passo a especificar.

²² FERRARA, Lucrécia d’Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA; PESAVENTO. op. cit., p. 193.

²³ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 309-310.

²⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, 43.

A noção de representação para a constituição do objeto desta pesquisa foi fundamental. Nas novas perspectivas dos estudos históricos, as imagens construídas pelos homens e mulheres devem ser consideradas como formas de representação pelo qual os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo em que vivem. Conforme descreve Sandra Pesavento, a representação tornou-se uma categoria central para os estudos inscritos numa perspectiva cultural de pesquisa histórica. Afirma a historiadora que os homens percebem a realidade e pautam a sua existência através das representações. São elas, portanto, “*matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real*”.²⁵ Pesavento adverte, contudo, que a representação não é uma cópia do real e que sua eficácia não se dá pelo “*valor de verdade*” e correspondência com esse real que substitui. Ela deve ser concebida como uma construção feita a partir do real e sua força se deve pela sua capacidade de mobilização e reconhecimento social. Dessa forma conclui a pesquisadora que “*as representações se inserem em regimes de verossimilhança e de credibilidade, e não de veracidade*”²⁶, o que não significa que não reverenciem determinada realidade.

Outra concepção sobre o papel das representações sociais que contribuiu significativamente para as reflexões teóricas aqui apresentadas, foi proporcionada pelos estudos de Denise Jodelet. Para ela, as representações sociais são uma “*forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social*”²⁷, isto é, estão tanto relacionadas à construção de sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros quanto aos fenômenos cognitivos que:

...envolvem a pertença social dos indivíduos com as implicações afetivas e normativas, com as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social, que a ela estão ligados.²⁸

²⁵ Ibidem, p. 39.

²⁶ Ibidem, p. 41.

²⁷ JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 22.

²⁸ Idem.

A representação social seria assim resultado de uma elaboração psicológica e social de uma realidade exterior. Essas representações estão presentes em múltiplas ocasiões, pois elas “*circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais*”.²⁹ Percebe-se, nesta afirmação, o lugar das narrativas dos jornais, das fotografias e até mesmo dos desfiles cívicos que passam a acontecer em Paracatu a partir de 1960 como transmissores de suas próprias representações, responsáveis pelas interpretações que os indivíduos e os grupos elaboram para conduzirem as suas relações com o mundo.

Refletir sobre as representações que são construídas para uma cidade ao longo do tempo será sempre, de certa forma, uma tarefa de historicizar sua concepção e suas imagens. A realidade exterior (a paisagem urbana) da cidade de Paracatu é apropriada e construída por naturalistas, viajantes, jornalistas, políticos e escritores da cidade, como veremos, de forma diversa ao longo do tempo. O lugar, a posição social e as funções ocupadas pelos indivíduos determinam, conforme afirma Jodelet, os conteúdos representacionais elencados por eles para a cidade. Serão os imaginários sociais com seus conjuntos de representações sobre Paracatu que oferecerão suporte à multiplicidade de memórias que dimensionam a maneira com que a cidade será percebida no tempo pelos diversos escritores em suas narrativas sobre Paracatu.

Quando a imagem do arraial do século XVIII é retomada a partir da construção de Brasília, percebemos mais claramente uma das importantes funções da representação, qual seja, a presentificação de um (objeto) ausente.

A representação é a presentificação de um ausente que é dado a ver, segundo uma imagem mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e trabalha com atribuição de sentido. O ausente se presentifica por fora da imagem, já que existe sempre um outro sentido além do manifesto.³⁰

A construção de Brasília desencadeia um conjunto de transformações urbanas na cidade de tal natureza que o seu núcleo colonial (com suas edificações, becos, igrejas

²⁹ Ibidem, p. 17-18.

³⁰ SOUZA, 1997, p. 109.

e calçamentos) começa a ser modificado para dar lugar ao *moderno*: os becos são fechados ou destruídos para dar lugar ao surgimento de avenidas, as edificações demolidas para se construir no seu lugar as de estilo modernista, o calçamento de pedra dá lugar ao asfalto. É neste contexto que as igrejas da Matriz e do Rosário são rapidamente tombadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1962, com o argumento de que aquele processo de transformação pudesse destruir esses dois bens coloniais considerados como uns dos mais relevantes do noroeste de Minas.

Tal é a ordem das modificações realizadas no plano urbanístico da cidade que um dos historiadores e escritores da região atribuiu à construção de Brasília a grande causa das perdas de edificações tradicionais na cidade e à modificação de seu espaço urbano tradicional; além de também lamentar a ausência de preservação do patrimônio que se perdia, em um discurso nostálgico.

Tal fato foi observado pelo articulista K. D.: ‘...porque o prefeito está abandonando tanto esta parte velha e encantadora desta cidade, quando devia ser justamente o contrário, pois o que Paracatu tem de mais original e curioso está exatamente nas tradicionais construções que hoje já não se repetem e que atestam pitorescamente uma época de nossa história. Administração dinâmica e atualizada é aquela que sabe introduzir o novo e o moderno e conservar o antigo de maneira nova, isto é, dentro de um planejamento bem estruturado, obedecendo as boas técnicas de urbanização, conservando, é claro, alguns erros oriundos do passado, na impossibilidade de transformá-los de repente, mas evitando criá-los no presente para evitar dificuldades no futuro’.³¹

Analisando o campo da dinâmica social das representações, Jodelet afirma que toda a representação traz a marca do sujeito que a produziu e de sua atividade. Assim se estabelece a necessária relação entre o objeto representado e as condições de produção desta obra. Pois, segundo a autora, a posição social que os sujeitos ocupam ou as funções que assumem “*determinam os conteúdos representacionais e sua organização, por meio da relação ideológica que mantém com o mundo social*”.³² Destaco aqui a importância de relacionar os conteúdos representacionais das obras analisadas às marcas

³¹ MELLO, Oliveira. *As Minas Reveladas (Paracatu no Tempo)*. 2 ed. Paracatu, Ed. da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002, p. 130-131.

³² JODELET, 2001, p. 22.

de seus autores, ou seja, de procurar nas representações elaboradas por eles, as posições dos sujeitos que as produziram, buscando relacioná-las também ao contexto nas quais os mesmos sujeitos se inserem.

Tais noções de representação dialogam com o pensamento de Roger Chartier que trabalha com a ideia de “mundo como representação”. No seu entender,

Pode se pensar a história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.³³

Roger Chartier acrescenta, apropriadamente, que as representações só têm uma existência a partir do momento em que comandam atos, constituindo assim um conjunto de “*matrizes de discursos e práticas diferenciadas (...) que tem por objetivo a construção do mundo social*”.³⁴ As fontes que utilizo neste trabalho dos escritores que narraram a Paracatu dos séculos XVIII, XIX e do XX podem ser introduzidas nesta reflexão, a partir do momento em que essas formas de narrativa passam a ser concebidas como um produto cultural que produz as suas representações acerca daquilo que as retrata. O que temos nessas fontes não é a reprodução do passado tal como ele existiu, mas sim formas de representação produzida sobre o mesmo, como já foi afirmado. Estes documentos, vistos sob este ponto de vista, constroem significados sobre uma determinada realidade e esses significados não estão isentos de intenções, não são narrativas neutras, pois, conforme argumenta Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas

³³ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 1990, p. 19.

³⁴ *Ibidem*, p. 18.

pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.³⁵

Percebe-se, na afirmação acima, a grande contribuição de Chartier no sentido de realçar a historicidade intrínseca de qualquer representação, ou seja, a necessidade de se analisá-la à luz do momento histórico de sua produção e circulação pelo grupo social que a compôs e/ou a recebeu.

É por esse motivo que, ao lidar com as imagens escritas ou visuais como representações, considero aqui em primeiro lugar sua historicidade, isto é, penso em cada uma delas enquanto objetos inseridos em uma determinada temporalidade que não pode ser negligenciada. Logo, ao tratar a imagem visual ou escrita como fonte histórica, o historiador não pode perder de vista as intenções do autor daquela obra e o contexto social de produção dessa imagem, sob o risco de visualizá-la como fonte indiscutível de um passado, ali captado e “congelado” para a posteridade. Como veremos, foi exatamente dessa forma que a narrativa dos viajantes, sobretudo a de Saint-Hillaire, foi interpretada por muitos escritores do século XX. Seus escritos e a maneira como outros viajantes também representaram a cidade de Paracatu no início do século XIX, período posterior ao auge da mineração do século XVIII, foram interpretados como o retrato da realidade da cidade naquele período.³⁶

Nesse sentido, cabe ainda destacar, nas reflexões de Roger Chartier, a importância de se perceber as representações como estando sempre inseridas num *“campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”*.³⁷ Notadamente, o autor recusa a concepção de representação como algo totalmente consensual, livre de contradições e disputas, antes inserindo-a numa relação direta com conflitos e disputas simbólicas. A partir desse raciocínio, ao analisar as representações que a cidade de Paracatu adquire ao longo do tempo, as quais comporão suas memórias do século XIX, não excluo o fato de que o que teremos nesse período são resultados de lutas de representações, disputas que, para o autor, *“tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais*

³⁵ Ibidem, p. 17.

³⁶ John Mawe, Barão Von Eschwege, Johann Emanuel Pohl estão entre esses viajantes que passaram por Paracatu durante o primeiro quartel do século XIX. Cf. Mello, 1990.

³⁷ CHARTIER, 1990, p. 17.

*um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”.*³⁸

Assim sendo, o material colhido nesta pesquisa dialoga também com o ponto de vista de Michel Pollak, quando este autor constata que os pesquisadores atuais têm demonstrado sua predileção pelos conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade entre os seus objetos de pesquisa.³⁹ Ademais, a percepção das narrativas ora assinaladas como portadoras/criadoras de representações sociais entrecruzam-se com os estudos que evidenciam o peso da memória no interior da atividade historiográfica. Parto do pressuposto de que as representações elaboradas sobre a cidade de Paracatu são responsáveis pela produção de uma determinada memória, ou melhor, de determinadas memórias sobre o período retratado, pois aquilo que representam, não é o passado em si, mas aquilo que seus criadores desejam solidificar no imaginário social.

Com esta afirmação, já se torna evidente que parto do princípio de que a memória é um fenômeno construído, e não um fragmento do passado, revivido em sua forma pura e intacta. Nessa perspectiva, Maurice Halbwachs coloca que toda memória individual tem em si um caráter social, ou seja, tudo que o indivíduo lembra dependeria de suas relações com a família, a escola, o trabalho, a igreja, enfim, com os grupos de convívio e de referências peculiares a esse indivíduo. Segundo o referido autor, *“acontece com muita frequência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, ideias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo”.*⁴⁰ Como afirma Ecléa Bosi, enfatizando o papel desse autor para o estudo da memória, *“Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”.*⁴¹

Outra contribuição de Halbwachs refere-se ao seu entendimento de que a memória é um fenômeno construído coletivamente e que, portanto, está submetido às flutuações, transformações e mudanças constantes que o presente impõe sobre a mesma.

³⁸ Idem.

³⁹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992, p. 5.

⁴⁰ HALBWACHS, 2006, p. 51.

⁴¹ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. 13 ed., São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 18.

Segundo o autor, lembrar não é reviver, mas refazer com imagens e ideias de hoje as experiências do passado.⁴²

Também Walter Benjamin valoriza as ações do presente sobre o ato de rememorar.⁴³ Ele afirma que o passado não se constitui como um devir abstrato no tempo que permanece fixo e imutável. Do passado, só nos restam fragmentos que vem aos pedaços e, portanto, não possuímos a capacidade de compreensão desse passado em toda a sua inteligibilidade. Somos nós quem o construímos, atribuindo sentidos para esses fragmentos. Percebe-se com isso, que a concepção benjaminiana da história é aquela que concebe o passado como estando sempre (re)significado pelo presente. A perspectiva apontada pelo autor tem a memória como elemento fundamental para a elaboração dessa nova temporalidade.

É através da memória que aqueles indivíduos invisíveis e anônimos para a historiografia tradicional passam a reivindicar o seu espaço no presente. Rememorar, para essas pessoas, é atualizar o passado, e não simplesmente evocá-lo. É trazer para o presente o resultado das experiências vividas para inseri-las num campo de batalhas. É, enfim, situar a memória num “*tempo saturado de ‘agoras’*”.⁴⁴ Assim, Benjamin evidencia o papel da memória para o ofício do historiador, apresentando uma proposta de tempo histórico descontínuo, marcado por rupturas e reconfigurações que são sempre elaboradas à luz do presente. Como ressalta Benjamin, o passado somente nos atinge por meio das imagens que, por sua vez, são instituintes de significados. São esses significados que procurarei apreender através da minha pesquisa.

Uma importante referência para compreensão do pensamento benjaminiano neste estudo veio das reflexões e trabalhos empreendidos por José Walter Nunes ao longo dos anos de pesquisa que ele vem dedicando ao pensamento desse autor na Universidade de Brasília. Em *Patrimônios Subterrâneos em Brasília* (2005) Nunes utiliza-se das reflexões benjaminianas para trabalhar com personagens invisíveis da história dessa cidade, construindo uma contra-história, uma história a contrapelo, conforme ele diz inspirado em Benjamin, ou seja, uma história que praticamente não

⁴² HALBWACHS, 2006, p. 56-7.

⁴³ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁴⁴ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: op. cit., p. 229.

fazia parte da historiografia oficial da cidade, na qual ressalta as batalhas de memórias, título de um de seus documentários sobre Brasília.⁴⁵ Ele afirma em dado momento que:

a existência de patrimônios culturais que se articulam, de modo mais imediato, à memória e à experiência das pessoas e grupos comuns, traz, através dessas vozes, a afirmação de histórias silenciadas, estranhas, próximas e distantes ao próprio meio multicultural onde elas são construídas: Brasília.⁴⁶

Avançando nas discussões relativas ao papel da memória para a história, os estudos de Michel Pollak constituem um instrumental teórico fundamental para os objetivos da presente pesquisa.⁴⁷ O referido autor não desconsidera o caráter coletivo, seletivo e construtivo da memória revelado por Halbwachs; antes o reforça. Seu destaque se dá pelo fato de que não interpreta a memória coletiva somente por aquilo que ela teria de positivo: reforça a coesão social, estabelecendo no grupo que a compartilha o sentimento de pertencimento, de identidade, como propõe Halbwachs.

Pollak, inversamente, destaca os seus aspectos “negativos”, ou seja, seu caráter uniformizador e opressor da memória oficial, procurando impor a sua hegemonia sobre as memórias de grupos marginalizados, a qual Pollak denomina de *memórias subterrâneas*.⁴⁸ Introduce, assim, um sentido político ao papel da memória que institui relações de poder, já que cada memória coletiva atua no sentido de tentar impor a sua visão do passado sobre as outras.

Vista dessa forma, a memória perde seu caráter consensual e passa a ser percebida no interior de um campo de disputas e embates. Essa abordagem, como

⁴⁵ O documentário a que faço referência é: *Batalhas pelo Patrimônio, Batalhas pela História*. 28'. Ano, 1999. Direção, pesquisa e edição: José Walter Nunes. E, além de José Walter Nunes também cito a importância das reflexões feitas pela pesquisadora Nancy Magalhães sobre o pensamento benjaminiano. Dentre seus estudos, cito: MAGALHÃES, Nancy A. *Marcas da terra, marcas na terra*. Um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico. Guarantã do Norte-MT (1984-1990). Brasília: Editora UnB, 2013.

⁴⁶ NUNES, José Walter. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 201.

⁴⁷ Baseio-me nos textos de Michel Pollak publicados na *Revista Estudos Históricos* (vol. 2, n. 3 e vol. 5, n. 10).

⁴⁸ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, 1989, p. 4.

afirma Pollak, privilegia “os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias”.⁴⁹

As representações elaboradas sobre a cidade de Paracatu evidenciam essas “batalhas de memória”. Os escritores e estudiosos voltados para a história da Paracatu e políticos que falam da cidade depois da construção de Brasília em 1960 reforçam a construção da imagem da cidade que rompe um longo período de *decadência* e *isolamento* que a teria marcado desde o declínio do ouro no final do século XVIII. Entretanto, quando Olympio Gonzaga escreve sobre a cidade no início de 1900, descreve outra cidade, dinâmica e com significativo destaque no comércio.

Vale destacar aqui a noção que Pollak constrói sobre o “trabalho de enquadramento de memória”.⁵⁰ Segundo ele, toda memória coletiva tem como função manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo mantém em comum, marcando sua identidade. Para isso, faz-se necessária a constituição de quadros de referência e, no estabelecimento dessas referências, vale ressaltar o importante silenciamento de algumas questões nas narrativas que constituem esses quadros ou enquadramentos de memórias nas histórias que se quer contar sobre um acontecimento, uma instituição, um partido político. Assim, vale perguntar aqui: por que toda a dinâmica da cidade durante o século XIX cai no esquecimento ou foi silenciada no século XX? O que foi ocultado pelos escritores que escrevem durante a construção de Brasília? Como afirma Pollak, a memória é organizada em função das preocupações do presente, portanto, tudo aquilo que ela “grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”.⁵¹

Esta pesquisa, portanto, será, sobretudo um trabalho de crítica historiográfica, uma vez que muitos dos autores selecionados para este estudo serão responsáveis pela construção de uma história/memória sobre a cidade de Paracatu, tomando como referência, em grande medida, o século XVIII.⁵² São eles responsáveis por uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada que contribui para a construção de

⁴⁹ Ibidem, p. 5.

⁵⁰ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 5, n. 10, 1992, p. 5.

⁵¹ Idem.

⁵² A história, hoje, se transforma em um lugar da memória. PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 272.

uma realidade comum a um conjunto social.⁵³ Através da escrita da história, o passado não nos chega como “dado”, mas como “produto”.⁵⁴ Neste sentido, seria imprudente e limitador pensar a história como uma entidade supra-humana, conforme já alertara Koselleck, “*a constatação de que uma ‘história’ já se encontra previamente configurada antes de tomar a forma de uma linguagem limita não só o potencial de representação como também exige do historiador que se volte necessariamente à fonte à procura dos fatos*”.⁵⁵ Não há “fatos” ou “verdades” prontas e acabadas porque “*os objetos da história são construídos sempre a partir de um ponto de vista que é, em si mesmo, histórico*”.⁵⁶

Sobre a definição, importância e procedimentos de um estudo historiográfico, escreveu Manoel Luiz Salgado Guimarães:

A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe como condição primeira reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultando de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas travadas nas sociedades para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que à levou à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo como parte do drama social humano, quando escolhas são efetuadas, que definem o passado que se deseja, ou que se necessita, como forma de inventar um futuro.⁵⁷

Os autores escolhidos escrevem em tempos diferentes, sob perspectivas e expectativas diversas, como escritas que se impõem para enaltecer a história da própria cidade ou de algumas personalidades (a do bandeirante, por exemplo) ao mesmo tempo em que silencia ou desqualifica grupos humanos inteiros, sejam eles os indígenas do

⁵³ Cf. nota 27. Essa é a definição de Denise Jodelet para *representação*, o que compreendo se constituir também pela historiografia.

⁵⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 69.

⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006, p. 133.

⁵⁶ PROST, 2008, p. 257.

⁵⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a contribuição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História cultural*. Experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 23-24.

princípio da formação do arraial de Paracatu ou os vários grupos humanos – dos escravos aos prepostos da Coroa Portuguesa - que chegaram no arraial por ocasião do anúncio da descoberta do ouro em meados do século XVIII.

Isto posto, coloco que esta pesquisa é, sobretudo, um trabalho de historiografia, pois segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, cabe a ela “*investigar estas diferentes e diversas maneiras de constituição do passado, e neste sentido, podemos pensa-la como integrando os estudos em torno da memória cultural*”.⁵⁸

Do ponto de vista metodológico desta pesquisa, vale citar Antoine Prost, para quem o historiador que pretende reconstruir as representações constitutivas de um grupo social deve privilegiar dois principais aspectos em seus estudos: por um lado aquilo que ele chama de *produções simbólicas* do grupo e, por outro, aquilo que ele denomina *arquivos sensíveis*. Por *produção simbólica* ele entende as construções discursivas do grupo que devem ser estudadas através da história das representações, pois estas indicam as lutas reais de que essa representação é objeto. E, por *arquivos sensíveis*, ele entende as imagens no sentido geral e objetos – insígnias, emblemas, estandartes, fotografias.⁵⁹ Diante dos dados e evidências que venho levantando nesta pesquisa, o caminho apontado por Prost me parece bastante profícuo para pensá-los enquanto produções simbólicas e sobre seus arquivos sensíveis.

Para tanto, trabalharei com a história a partir das múltiplas possibilidades do saber, do conhecer, colocadas pela diversidade das fontes, as quais parecem apontar para um tipo de “*história que se constrói a partir das vivências do cotidiano, dos valores culturais, das experiências individuais e coletivas; aquela que considera cada indivíduo como um sujeito histórico, que cria sua história a todo momento; aquela que, por ser aberta, inclui ao invés de excluir.*”⁶⁰

Para avaliar essas fontes e para não estabelecer qualquer escala de valores que comprometa uma em relação à outra, tomo o caminho também seguido por Natalie Davies ao estabelecer uma metodologia para estudar o conteúdo das cartas de perdão em seu livro *Histórias de perdão e seus narradores no século XVI*:

⁵⁸ Ibidem, p. 21.

⁵⁹ PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 123-138.

⁶⁰ SARAIVA, R. C. e PAIVA-CHAVES, T. A experiência de descobrir a memória. In *Cadernos do CEAM: Tramas, espelhos e poderes na memória*. n.º. 02, Brasília: CEAM/NECOIM/UnB, 2000, p. 109.

Nesse caso, meu método será, em parte, semelhante àquele recomendado por Barbara Herrnstein-Smith, ao observar de perto os meios e o ambiente de produção das histórias e os interesses que tanto o narrador como a plateia tinham no evento de contar histórias.⁶¹

Natalie Davies atenta para uma das questões fundamentais que nós historiadores devemos levar em conta no processo de investigação: a produção do documento. Ela chama a atenção para seu conteúdo empírico e para seus efeitos. Atenta para a maneira em que o documento é produzido e para a forma como é gerado seu elemento ficcional. Esse elemento não é próprio somente à historiografia, mas também próprio das fontes.

Gostaria de seguir outro rumo. Quero colocar os aspectos 'ficcional' desses documentos no centro da análise. Por 'ficcional' entendo não apenas os elementos fictícios, mas sim – usando um sentido mais amplo, da raiz *fingere* – os elementos formadores, modeladores e construtivos: a elaboração de uma narrativa. No debate em curso sobre a relação do 'real' e do 'histórico' com o 'ficcional', penso que podemos concordar com Hayden White: o mundo não 'se apresenta à percepção apenas na forma de histórias bem-feitas, com personagens centrais, começo, meio e fim adequados'. E, nas diversas tentativas de definir o caráter da narrativa histórica, creio que podemos concordar com Roland Barthes, Paul Ricoer e Lionel Gossman: é necessário haver escolhas formativas de linguagem, detalhes e ordem para apresentar um relato que pareça verdadeiro, real, significativo e/ou explicativo tanto para o autor como para o leitor.⁶²

Na concepção de Natalie Davies, não existe texto que seja produzido fora da história, por isso, todos têm um caráter ficcional. O documento histórico precisa ser analisado do ponto de vista ficcional, de sua criação. E isso não quer dizer que o documento seja falso. Ele sempre será produzido pela experiência histórica: tanto do autor do documento quanto do pesquisador.

⁶¹ DAVIES, Natalie Zemon. *Histórias de perdão. E seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 19.

⁶² *Ibidem*, p. 17.

... tanto como qualquer outro, tal discurso precisa de 'artifício'. O verbo *feindre* era usado na comunicação literária daquele tempo com o sentido de 'criar', e não de meramente 'dissimular'; seu fruto era a 'ficção'. Sem dúvida, a criação ficcional tinha sua expressão mais adequada na poesia ou numa história, não na História, que era cada vez mais elogiada (embora nem sempre praticada) como uma verdade 'nua' e 'sem enfeites'. Mas do artifício da ficção não decorria necessariamente a falsidade de um relato; dele podia muito bem resultar verossimilhança ou verdade moral. Tampouco a formalização ou o embelezamento de uma história significavam necessariamente seu falseamento...⁶³

Nessa direção, buscarei compreender o lugar de produção de meus documentos; o contexto de criação; os interesses dos diversos grupos e autores que escreviam seus livros defendendo a preservação de parte da cidade como um patrimônio ou criticando esses defensores, louvando a chegada do “novo”, com Brasília; os interesses e lugar social dos escritores e políticos, aquilo que é silenciado nas narrativas, o que é ressaltado, enfim, a produção dos documentos, neste caso, sempre pensando-os também como “documentos de barbárie”, conforme alude Walter Benjamin, por serem narrativas quase sempre dos vencedores reveladoras das lutas de memórias que se estabeleceram naquele período e de como se deu a construção de uma determinada representação da cidade, naquele instante, em detrimento de outras.⁶⁴

E para vincular na pesquisa as fontes escritas e cartográficas, tomo como referência a metodologia utilizada pela estudiosa da área de comunicação Michèle Martin em seu livro *Images at war: illustrated periodicals and constructed nations*.

A autora analisa o papel da imprensa ilustrada durante a Guerra Franco-Prussiana no início de 1870, demonstrando que a agenda desses jornais foi significativamente devotada ao que ela chama de *questões políticas*, isto é, o objetivo de seu conteúdo tinha como alvo a influência sobre a memória coletiva dos leitores. Ela mostra que incluir alguns desenhos e rejeitar outros em um discurso jornalístico é um *ato político*, pois tem como fator determinante não apenas o que os leitores vão

⁶³ Ibidem, p. 18.

⁶⁴ Para Benjamin “nunca houve um documento de cultura que não fosse também um documento de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura.” BENJAMIN, 1987, p. 225.

conhecer, “*mas também o que vão lembrar*”⁶⁵, isto é, aquilo se tornaria “*parte da história e memória coletiva nacional*”⁶⁶.

Ela também afirma que esses periódicos ilustrados do século XIX e seus conteúdos, especialmente suas gravuras, foram instrumentos no lançamento de um *processo de memorização* o qual em algumas formas permanece até hoje. O início do processo se deu com a conservação dos periódicos na forma de livros (que seriam mais tarde usados para ativar a memória das pessoas). Esse estudo me leva a refletir sobre o papel da produção de minhas fontes; sobre as ações políticas que envolviam a elaboração dos documentos cartográficos ou mesmo a escolha da narrativa para os livros produzidos sobre a cidade por ocasião das comemorações de seu aniversário patrocinados pelas administrações locais e seus efeitos na produção de uma memória coletiva.

Entendo que não há como desconsiderar cada uma dessas categorias durante o processo, uma vez que estão relacionadas e, em alguns casos, são até dependentes. Sendo assim, escolhi apoiar-me nesse paradigma centrado nas categorias essenciais da cultura, tais como historiografia, representação e memória, em seu “*cruzamento das práticas sociais com as imagens e discursos de representação do real*”⁶⁷, para analisar a formação das representações decorrentes do período pesquisado, as lutas de memórias e a formação de um imaginário social sobre a cidade de Paracatu ao longo de sua história.

Também entendo que os caminhos que trilhei e aqueles que rejeitei são parte integrante desse estudo e ajudam a compreender minhas escolhas, as seleções, os recortes e o resultado desse estudo. O acesso às obras sobre Paracatu começou bem antes de pensar em fazer o mestrado. Já na época em que trabalhava como historiador na Secretaria de Cultura da cidade comecei a leitura de dois autores: Olympio Gonzaga e Oliveira Mello. Sobretudo a partir deste segundo, e de seu livro *Minas Reveladas* (2002), despertei-me para a necessidade de ter acesso às fontes que ele citava em sua obra. Então, tomei nota dos livros e autores que me interessavam e passei a procurar por eles em livrarias, principalmente aquelas com características de sebos. Através de sites

⁶⁵ “...but also that they will remember”. MARTIN, Michèle. *Images at war: illustrated periodicals and constructed nations*. Toronto: University of Toronto press, 2006, p. 44.

⁶⁶ “...but that they would remember, and that they would remember would be part of the collective, national memory – history.” Ibidem, p. 238.

⁶⁷ PESAVENTO, 2003, p. 287.

especializados consegui adquirir várias obras de edição esgotadas há décadas, aliás, algumas delas já cotadas como obras raras.

Em consulta ao acervo de obras sobre a cidade na Biblioteca Municipal René Lepesqueur e no arquivo público Olympio Michael Gonzaga, ambos em Paracatu, passei a ter contato com obras de Oliveira Mello, Olympio Gonzaga e também de Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho que já haviam se esgotado e, por isso, difíceis de serem obtidas.

Também procurei o próprio autor Oliveira Mello, em Patos de Minas, onde reside atualmente. Conversamos um pouco sobre a época da construção de Brasília, sobre seu acervo particular e sua hemeroteca. A princípio, como iria focar em meu trabalho a influência de Brasília em Paracatu, Mello cedeu gentilmente seu acervo de jornais da década de 1960 e 1970 para que eu pudesse fotografar e, assim, trabalhar com essas fontes para ver como aquelas transformações urbanas estavam sendo retratadas nesses documentos. Como, ao longo deste trabalho, ele foi ganhando outros contornos e se consolidando em outra direção, guardei essas fontes para com elas trabalhar em outro momento.

Escolhi trabalhar prioritariamente com quatro autores de obras publicadas sobre a cidade: Olympio Michael Gonzaga, Afonso Arinos de Melo Franco, Oliveira Mello, Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho e Bernardo Mata-Machado. Ao selecioná-los acabei deixando de fora desse estudo outras obras que compõem a historiografia de Paracatu, tais como *Uma Cidade, Muitas Histórias* (1998), organizada pela historiadora Helen Ulhôa Pimentel, e seu livro *Casamento e sexualidade: a construção das diferenças* (2012). Obras como *Siqueira Campos em Paracatu* (1999) do professor Marcos Spagnuolo Souza e tantos outros livros de memórias de autores da cidade, como *Sertão: chapada e vão* (2006) de Flávio Antônio Neiva; *Caixa Grande* (2004) e *Quatro Contos de Reis* (2000), ambos de Adriles Ulhoa Filho; *Reminiscências de minha velha Paracatu* (2000) de Arealdo de Paula; *Vivências e Contrastes* (2002) de Coraci da Silva Neiva Batista, e da autora Zenóbia Vilela Loureiro, *Paracatu: um passeio no tempo* (1993), *E o flamboyant floriu...* (1995), *O sobradinho* (1996).

Existe um considerável acervo de obras publicadas sobre a história e memórias da cidade, e inicialmente, pensei em trabalhar com todas elas. Entretanto, o tempo que dispunha para este estudo era exíguo (a princípio, um ano para cursar as disciplinas do programa do mestrado e um ano para pesquisa e escrita), assim, optei por fazer a

seleção daqueles cinco autores que apontei no início do parágrafo anterior. Estou ciente dos efeitos que essa atitude pode provocar, mas quero afirmar que não tenho a intenção de sacralizar essa historiografia com que trabalho como único *lugar de memória*⁶⁸ da cidade. Estou ciente de que existem outras obras e outros mecanismos que operaram na construção dessa memória ao longo do tempo em Paracatu. O próprio processo de tombamento na cidade é um exemplo desses outros mecanismos.

Consegui ter acesso a documentos que envolvem o processo de tombamento das duas igrejas setecentistas (a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres e a de Santo Antônio), tombadas em 1962, e do núcleo histórico da cidade, tombado em 2010. Isso aconteceu tanto em visita à Secretaria de Cultura de Paracatu quanto através de contatos no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com sede no Rio de Janeiro. Neste último caso, tive o privilégio de pertencer à equipe responsável pela elaboração do dossiê que fundamentou o tombamento do núcleo da cidade.

O interesse por mapas começou quando trabalhei para o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) entre os anos de 2007 e 2008. Na ocasião, a necessidade de levantamento de informações para o Programa de Prospecção e Salvamento do Patrimônio Arqueológico, Educação Patrimonial e Valorização do Patrimônio Cultural e Paisagístico do Aproveitamento Hidrelétrico de Batalha (AHE-Batalha) fez com que eu buscasse esse tipo de documentação sobre a cidade. Nesse ínterim, adquiri a obra de Antônio Gilberto Costa, *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império* (2007). A partir da seleção de documentos cartográficos da obra, percebi que em alguns deles Paracatu aparecia registrada com certo destaque, o que pude confirmar a partir do momento em que consegui adquirir os outros dois títulos do autor, já esgotados: *Cartografia da conquista do território das Minas* (2004) e *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real* (2005). Assim, interessei-me pela maneira como a imagem do arraial de Paracatu foi sendo construída pelos documentos do século XVIII.

Portanto, assim foi se configurando e consolidando a ideia de se estudar o processo de construção de imagens, representações e memórias da cidade ao longo do tempo, tanto a partir de determinados autores quanto a partir da cartografia. E articulando alguns fios teórico-conceituais com a reflexão sobre a obra desses autores, buscando compreender seus enfoques e percepções acerca dos mesmos eventos (ou pela sua exclusão), cruzando informações que disponibilizavam, tentei compreender como se

⁶⁸ Cf. nota 52.

deu a construção dos elementos que compõem um conjunto de memórias hegemônicas sobre a cidade no século XVIII.

Agora, vejamos um pouco sobre as especificidades do século XVIII dentro da construção dessa memória que localiza Paracatu e o noroeste de forma específica dentro desse período. Em que momento forma-se a capitania de Minas Gerais? Qual a sua associação com a descoberta do ouro na região? Como o noroeste de Minas Gerais se insere dentro desse processo? De que forma a administração colonial se “apropria” do noroeste? Essas são as questões preliminares que proponho discutir a seguir.

1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO NOROESTE MINEIRO NAS MINAS DA COLÔNIA.

O ouro em Minas Gerais foi descoberto no final do século XVII, momento em que a região entrou na nomenclatura da administração colonial portuguesa. Nessa época tomou posse, em 25 de março do ano de 1693, Antônio de Paes Sandre, “*como primeiro Governador e capitão-general da Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do Ouro a qual, aliás, inclui um vastíssimo território, cobrindo ainda os atuais Estados do Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.*”⁶⁹

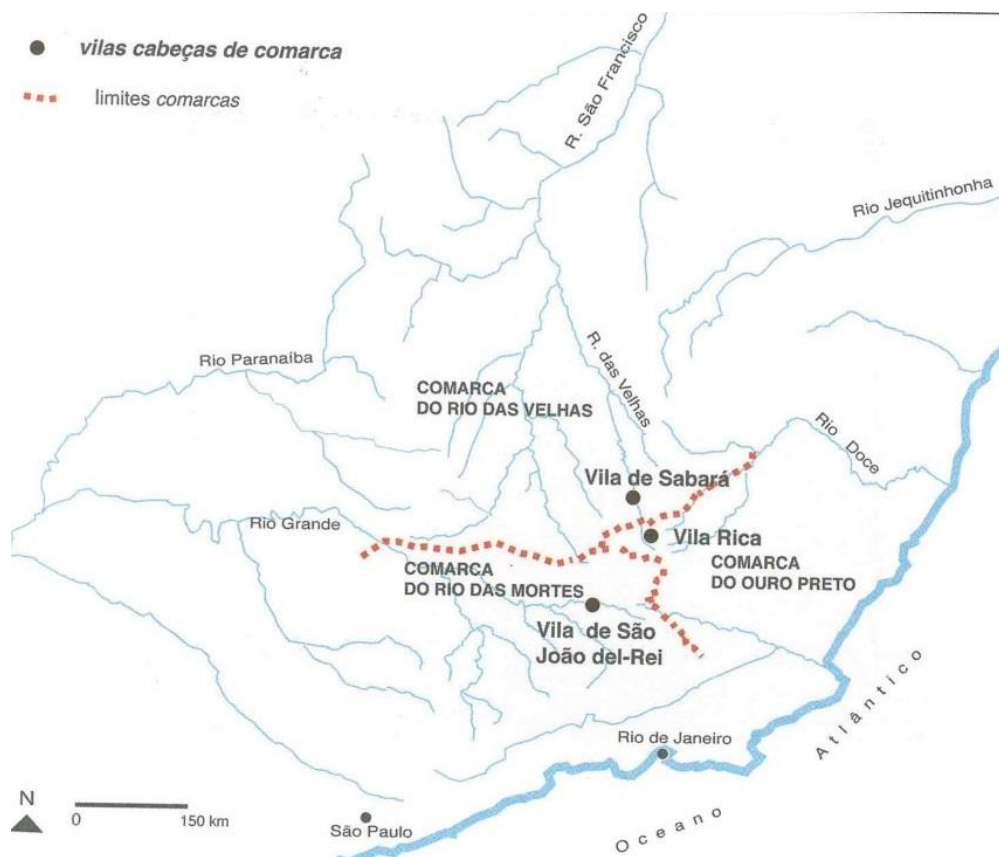
O fluxo de pessoas vindas de várias regiões do Brasil e do exterior, as notícias sobre a quantidade de ouro que estava sendo explorado nesses locais e os conflitos que aconteciam (sobretudo provocados pela rivalidade entre paulistas e *estrangeiros* que culminou na *Guerra dos Emboabas* entre 1707 a 1709⁷⁰) fizeram com que a Coroa decidisse criar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro por carta régia de 9 de

⁶⁹ COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 100.

⁷⁰ Os paulistas tinham privilégios sobre a exploração das Minas, entretanto, com o esgotamento do ouro aluvião, o metal agora precisava ser retirado das montanhas, o que exigia mais capital para investimentos, e neste caso, os emboabas (não-paulistas, sobretudo “filhos de Portugal”) estavam mais bem preparados para fazer tais investimentos. Assim, uma carta régia de 1705 retira os privilégios dos paulistas o que dá início a vários conflitos na região com consequente derrota dos paulistas. Isso pode ser conferido em PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p.88-89.

novembro de 1709. A medida tinha como objetivo “*aproximar a administração colonial ao centro geográfico dos acontecimentos*”.⁷¹

Esse procedimento administrativo continuou sendo utilizado pela Coroa com a criação de, inicialmente, três comarcas⁷² que correspondiam, essencialmente a três grandes bacias hidrográficas no território das minas, dentro das quais se encontravam cada um dos núcleos mineradores. A comarca de Ouro Preto se encontrava dentro dos limites da bacia do Rio Doce; a comarca do Rio das Velhas (com sede em Sabará) a do São Francisco e a comarca do Rio das Mortes (com sede em São João Del Rei) que ligava-se à bacia do Rio Grande e Paraná.



(FIGURA 1: Localização das três primeiras sedes de comarcas⁷³).

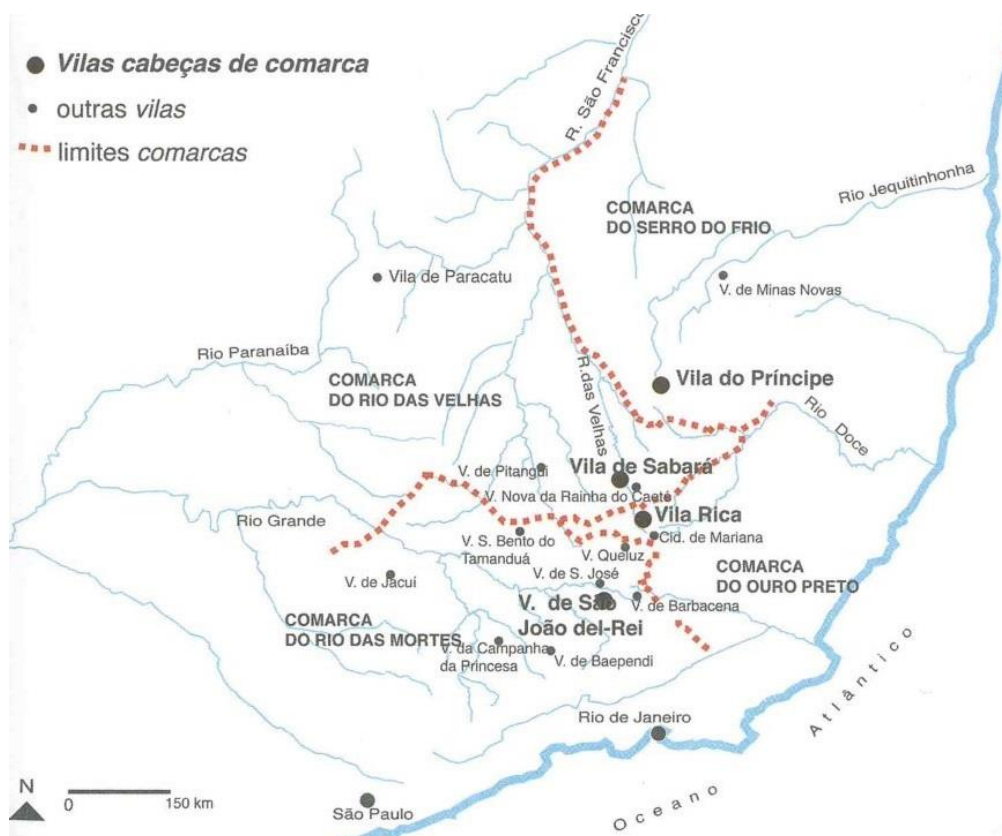
No ano em que a Capitania de Minas Gerais foi desmembrada da de São Paulo, pelo alvará de 02 de dezembro de 1720, o território da comarca do Rio das Velhas foi

⁷¹ Idem.

⁷² As comarcas “correspondiam à jurisdição dos ouvidores – magistrados com diversas atribuições, entre as quais a tutela da gestão financeira feitas pelos camaristas e da justiça administrativa pelos juízes ordinários”. In: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011, p. 27.

⁷³ *Ibidem*, p. 252.

fragmentado para criar uma quarta comarca, a do Serro do Frio, cuja sede situava-se na bacia do Rio Jequitinhonha.⁷⁴ Durante todo o século XVIII vigorou essa divisão administrativa da Capitania de Minas Gerais em quatro comarcas, uma quinta somente surgiria em 1815 com a criação da comarca de Paracatu, também desmembrada da do Rio das Velhas, a qual pertencia.⁷⁵



(FIGURA 2: As comarcas e suas sedes no início do século XIX.⁷⁶)

Até esse momento, as atenções da historiografia que descreve a capitania mineira, concentram-se nos núcleos de exploração das minas que já haviam sido descobertos e na complexidade das sociedades que ali surgiam, estas engendrando associações e conflitos. O noroeste de Minas, região a que pertencia Paracatu, estava mais vinculada nesse período ao nordeste do que ao centro minerador de Minas, sobretudo, por dois motivos. Em primeiro lugar, está vinculado a essa região por decorrência de um elemento natural, a existência do Rio São Francisco. Como veremos

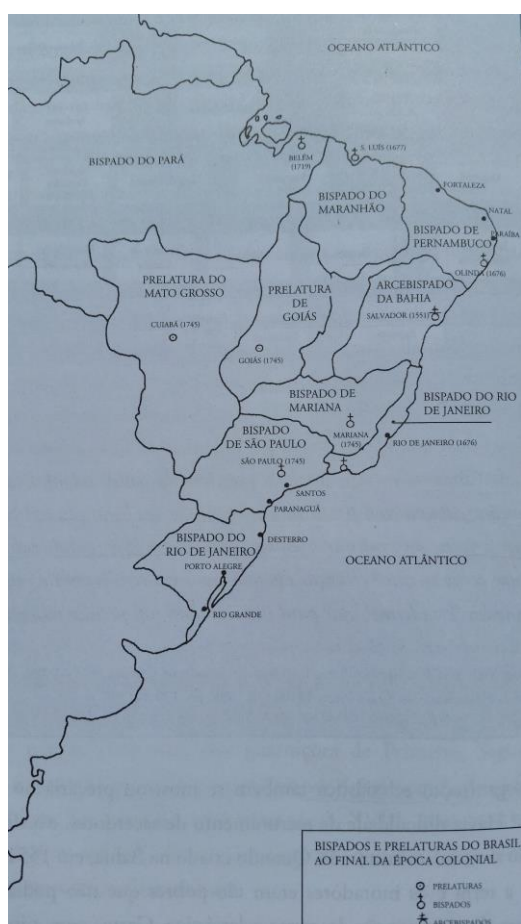
⁷⁴ Ibidem, p. 142-143.

⁷⁵ COSTA, 2004, p. 100.

⁷⁶ FONSECA, 2011, p. 253.

mais adiante, através do rio essas regiões estabeleciam trocas comerciais e culturais. Em segundo, o vínculo que se dá pela divisão administrativa eclesiástica do Brasil.

Até 1676, conforme explica Oliveira Mello, somente existia um bispado no Brasil, o de Salvador. Nesta época, as prelazias do Rio de Janeiro e de Pernambuco foram elevadas a diocese. “*A de Pernambuco, com sede em Olinda, não possuía limites precisos, estendia-se ao longo do Rio São Francisco, abrangendo sua margem esquerda, o território mineiro e goiano. Toda a zona paracatuense ficou integrada à Diocese de Olinda*”.⁷⁷ E assim será por todo o século XVIII. A situação muda no XIX quando, em 1854, Paracatu passa para a jurisdição da Diocese de Diamantina. O próximo mapa “*Fronteira dos bispados coloniais*” demonstra essa situação. Por ele, vemos que a região do noroeste ficava sob a jurisdição do Bispado de Pernambuco.



(FIGURA 3: Fronteira dos bispados coloniais. O mapa demonstra que o Bispado de Pernambuco estende sua jurisdição pelas regiões de Minas e Goiás, acompanhando todo território ocidental são-franciscano.⁷⁸)

⁷⁷ MELLO, 2002, p. 193-194.

⁷⁸ REBERT, Arlindo. Apud PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p. 54.

Por isso, acredito que esse fato, o vínculo do noroeste de Minas com o nordeste, seja um dos motivos que explicam, pelo menos a princípio, esse comportamento da historiografia mineira de negligenciar atenção à região. Fato concretizado pela falta de interesse e atenção concedida à região por parte dos pesquisadores que se dedicam a estudar a exploração aurífera nas Minas Gerais do início do século XVIII.

O vínculo do noroeste com o nordeste era intenso. Foi de onde possivelmente chegaram os primeiros sertanejos⁷⁹ estabelecendo seus currais. Pelo menos isso é o que podemos concluir a partir do que escreve Waldemar Barbosa em seu Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais:

A região de Paracatu foi sendo povoada inicialmente por elementos vindos da Bahia, via S. Romão. Temos notícia, no primeiro quartel do século XVIII, de um morador nas cabeceiras do Paracatu, vindo da cidade de Salvador: Tomás do Lago Monteiro que, alegando que já servira de Alferes do Terço de Auxiliares da 'cidade da Bahia', pediu e obteve, com data de 26 de janeiro de 1722, a patente de Coronel do Paracatu, a fim de, com maior autoridade, combater o gentio bravo e, desta forma, facilitar as expedições e a procura do ouro (Cód. 21, fls. 66/66v. A.P.M.). Inácio de Oliveira, declarando que se estabelecera em 1719, em um sítio de criar gado vacum e cavalariço, chamado Barra do Rio Preto, obteve sesmaria em 1728 (Rev. A.P.M., IX, 423). No Rio Paracatu, João da Costa Ferreira obteve sesmaria em 1728 (Rev. A.P.M., IX, 444). No mesmo ano, José dos Santos teve seu diploma de sesmaria (Rev. A.P.M., IX, 440).⁸⁰

Apesar de suas terras já serem utilizadas e ocupadas por sesmeiros, como visto, sobretudo para criação de gado, somente a partir de 1744 o arraial passa a receber um grande contingente de pessoas por dois motivos: em primeiro lugar, pelo decreto da ordem régia de 23 de abril de 1743 que estabelecia o monopólio real sobre a extração de diamantes no distrito do Tijuco; em segundo, pelo fato do bandeirante José Rodrigues Fróis anunciar oficialmente a descoberta do ouro em Paracatu, quando, na mesma data, recebeu o título de Guarda-mor da região aurífera.

⁷⁹ Pelos documentos que aqui reproduzimos, o sertanejo é o homem que se estabelece no sertão para criar de gado.

⁸⁰ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995, p. 236.

Em consequência do distrito diamantino ficar demarcado, sendo expulso dele milhares de exploradores, que viviam do garimpo e também da mineração de ouro, dirigiram-se, por isso, em máxima parte, para os descobertos do Paracatu. A massa enorme, pois, de pretendentes não podendo achar lugar em que todos se acomodassem, muitos foram para Goiás e outros se dispersaram para os nossos próprios sertões, ainda devolutos.⁸¹

No ano do anúncio, o governador Gomes Freire de Andrade criou o *juízo*⁸² de Paracatu, circunscrito à margem esquerda do São Francisco, instituindo ali dois juizes ordinários com seus respectivos escrivães. A notícia da confluência de pessoas vindas de várias partes da colônia foi enviada ao rei por uma carta assinada por Gomes Freire, em que informava, segundo Waldemar Barbosa, que, em Paracatu “*se juntaram de todas as comarcas das Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Bahia e Rio, mais de dez mil almas...*”⁸³.

Como o arraial crescia e em grande medida ainda dependia da sede da comarca a qual pertencia (Sabará, que distava cerca de oitocentos quilômetros do arraial), seus moradores por duas vezes enviaram petição à Lisboa onde manifestavam seu descontentamento com a condição de sede de juízo, reivindicando a elevação do arraial à condição de vila. A historiadora Cláudia Fonseca aponta alguns motivos:

Numa petição, os habitantes se queixavam de irregularidades na administração da justiça de primeira instância e reivindicavam o direito de eleger seus próprios juizes ordinários. (...) Indo ainda mais longe em suas reivindicações, os moradores pediam que a pretendida Vila de Paracatu fosse sede de uma nova comarca, separada da comarca do Rio das Velhas, de modo

⁸¹ VASCONCELOS, Diogo de. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999, p. 144.

⁸² “Os julgados eram os territórios de jurisdição de um juiz ordinário – ou seja, de um juiz ‘leigo’ (sem título de bacharel) de primeira instância. Suas atribuições podiam ser menos amplas que as dos juizes ordinários das vilas: diferentemente dos concelhos, os julgados eram circunscrições com autonomia judiciária parcial – ou seja, sem jurisdição completa (cível, crime, administração dos bens dos órfãos) – e sem autonomia administrativa, o que os tornava dependente de um concelho vizinho, em um ou mais aspectos”. In: FONSECA, 2011, p. 189.

⁸³ Carta citada sob a referência “APM, cód. 45, fls. 67” apud BARBOSA, 1995, p. 237.

a não mais serem obrigados a percorrer mais de cem léguas para seus ‘agravos’ e recursos junto ao ouvidor de Sabará.⁸⁴

Sobre essa situação, os moradores deixavam claro em sua petição:

Além das razões já expressas para a nova criação, que rogamos Vossa Majestade nos conceda, acresce mais o continuado vexame que cotidianamente padecemos com a subordinação que temos das justiças da Vila de Sabará, porque distando desse arraial a mesma vila 120 léguas em caminhos de três rios de barcas, e em certo tempo infectos com doenças malignas, nos vemos precisados por qualquer leve incidente a mandarmos próprio àquela vila; se escravos, com perdas de dois ou três meses de serviço, e se por liberto, com despesa de vinte mil réis, vindo por este modo os suplicantes a consumirem em gastos da justiça a utilidade que percebem de seus tratos.⁸⁵

Waldemar Barbosa afirma que já em 1745 (um ano depois da oficialização da descoberta das minas do Paracatu) os moradores já reivindicavam a elevação do arraial à condição de vila e a cabeça da comarca.⁸⁶ Segundo ele, o governador Gomes Freire negou o pedido argumentando ao rei que “*posto que não continue com a opulência primeira, promete duração... parece que, sem a experiência de mais tempo, é supérfluo, por ora, criar ali vila*”.⁸⁷

Os pedidos serão negados até 1783 quando o Conselho Ultramarino aprova a criação da vila em Paracatu (e também de Campanha da Princesa). Entretanto, a criação das vilas somente se efetivou no ano de 1798. Ao que tudo indica, o interesse ao se criar as vilas nesse período deu-se por uma necessidade da Coroa em reforçar seu domínio em uma época de fortes contestações de jurisdição de capitânicas, como as invasões goianas ao território da capitania de Minas, as disputas com a capitania de São Paulo, e rebeliões, como a Conjuração Mineira em 1789 ou as rebeliões abortadas em Vila de São Bento do Tamanduá (1789), Vila de Queluz (1790) e Vila de Barbacena (1790).⁸⁸

⁸⁴ FONSECA, 2011, p. 216 e 217.

⁸⁵ Petição dos habitantes do “*Arraial de São Luiz e Santa Anna e seus Suburbios das Minas do Paracatu*”, 1777 (AHU, cx. 110, doc. 58) apud FONSECA, 2011, p. 217.

⁸⁶ BARBOSA, 1995, p. 238.

⁸⁷ Citação sob a referência “Cód. 45, fls. 77v., A.P.M.” apud BARBOSA. *idem*.

⁸⁸ FONSECA, 2011, p. 212.

Neste contexto, Cláudia Fonseca citando um documento da Coroa para o Conselho Ultramarino⁸⁹, afirma que neste momento de crise das relações entre a Coroa e seus súditos na colônia, “*era importante valorizar os atos simbólicos capazes de reforçar a imagem do poder da monarquia portuguesa (...) Os nomes ‘Paracatu do Príncipe’ e ‘Campanha da Princesa’ respondiam certamente a este desejo... a ideia do pertencimento destas localidades à monarquia portuguesa*”.⁹⁰

Portanto, Paracatu deixa a condição de arraial para se tornar uma vila em 1798, época em que já não gozava de todo o movimento e riqueza proporcionada pela exploração do ouro, pois neste período, suas minas (que foram uma das últimas a serem exploradas na capitania) já se encontravam exauridas. Em 1784 suas jazidas foram descritas em “*estado de exaustão*” segundo o Governador D. Luiz da Cunha Meneses.⁹¹

Diante do contexto dado até agora - a posição de Paracatu no início da exploração nos primeiros núcleos auríferos em Minas, a oficialização da descoberta de suas minas em 1744 até sua elevação à condição de vila em 1798 – resta-nos compreender como se deu a construção das memórias da paisagem de Paracatu no século XVIII (em grande medida urbana). E, neste sentido, resalto que falo de paisagem urbana enquanto representação, uma vez que entendo que a paisagem não surge como um dado natural e, muito menos, limita-se às características físicas e estruturais de um espaço. São, antes, construídas, seja pelo olhar de quem chega ou pelo olhar de quem vive, “*pelos homens que ali inscrevem sua existência*”.⁹² Olhar histórico e socialmente construído, “*que seleciona um certo número de signos materiais em função de seu valor simbólico, ou dos sentimentos e da emoção estética que eles podem despertar*”.⁹³ São espaços recortados e percebidos “*como paisagens por percepções que variam ao longo do tempo e, também, do olhar de diferentes indivíduos e grupos*”.⁹⁴ Para refletir sobre a construção dessa paisagem (Paracatu do século XVIII),

⁸⁹ Documento onde a Coroa concede liberdade para o Conselho Ultramarino escolher os nomes para as duas vilas, Paracatu e Campanha, que servisse para “perpetuar a memória do benefício que sou servida conceder aos mesmos povos” apud FONSECA, 2011, p. 230.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Apud CARVALHO, 1992, p. 78.

⁹² Ibidem, p. 501.

⁹³ ESCALLIER, HUETZ DE LEMPS apud FONSECA, 2011, p. 500.

⁹⁴ NAXARA, Márcia Regina Capelari. Brasil: país em paisagens. In: NAXARA, Márcia; CAMIOTTI, Virgínia (Orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013, p. 99-100.

selecionamos cinco autores, isto é, cinco formas de *olhar* que ajudaram a construir a maneira como se *enxerga* hoje, a cidade.

CAPÍTULO II

REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO NOROESTE MINEIRO

2.1 A POSIÇÃO DO NOROESTE NO CONJUNTO DA HISTORIOGRAFIA MINEIRA

A produção historiográfica sobre Minas colonial tem sido vasta e significativa nos últimos tempos, “*impulsionada por uma alentada produção acadêmica que se destaca pela excelência e pela abertura de novos repertórios temáticos*”.⁹⁵ Mesmo assim, não podemos afirmar que o interesse dos pesquisadores tem se dado indiscriminadamente na mesma intensidade para todas as regiões mineiras. Desde o princípio desse movimento de pesquisa, houve uma tendência acentuada em se centralizar esse esforço historiográfico para temas relacionados às regiões centrais da exploração do ouro no período colonial (Minas Gerais comumente é lida a partir dos espaços ocupados pelas memórias de Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João Del Rei, Diamantina), estudos que privilegiam a face mais urbana e mineradora das Minas Gerais do século XVIII.

Mais recentemente, o sertão da parte norte de Minas Gerais passou a despertar o interesse de estudiosos atentos para os modos de vida do homem sertanejo, moradores das regiões que abrangem o Rio São Francisco. Mas, não somente por esse motivo. A região também despertou o interesse de pesquisadores que se dedicam aos estudos dos conflitos coloniais, sejam estes entre as capitânicas de Minas e Bahia na disputa pelo controle da região, seja pelos longos conflitos entre sertanejos e fazendeiros, bandeirantes e indígenas, seja pelos chamados “*motins do sertão do São Francisco*” ou

⁹⁵ SANTOS, Márcio. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuárias de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009, p. 9.

pelo interesse em se pesquisar as comunidades tradicionais que ainda vivem, de alguma forma, vinculadas ao rio.⁹⁶

O noroeste de Minas, onde se encontra Paracatu, está na interseção dessas duas regiões (o centro minerador de Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João Del Rei de um lado, e os sertões do norte de Minas do outro). Podemos afirmar que existe um investimento em pesquisa nessa área, apesar de que “*raros foram os autores que se ocuparam da história do norte e noroeste mineiro: dentre eles se destacam os escritos de Bernardo Novais Mata-Machado, Carla Maria Junho Anastasia e Luciano Raposo Figueiredo*”.⁹⁷ Entretanto, em relação ao volume de produção historiográfica, nada que se compare às duas primeiras regiões mencionadas, pois mesmo entre esses pesquisadores listados na nota acima, somente Bernardo Mata-Machado trata da região do noroeste em um único livro publicado cujo tema foi uma síntese da história da região.

Ao refletir sobre a condição dessas regiões dentro da historiografia mineira, Márcio Santos menciona o peso das consequências negativas dessa situação:

Apesar disso, há regiões inteiras que permanecem ainda na sombra, sobre as quais pouco ou nada se escreveu. O impacto desse silêncio tem consequências que extrapolam a questão mais genérica dos objetos de estudo... É algo mais profundo, uma vez que influencia fortemente nossa perspectiva da história de Minas, comprometendo nosso olhar sobre o passado, na medida em que destaca excessivamente certos ângulos, levando-nos a ignorar outras possibilidades analíticas, como as mediações, as conexões, os intercâmbios, enfim, tudo aquilo que pertence à zona cinzenta e nebulosa das fronteiras.⁹⁸

O destaque excessivo para *certos ângulos* é resultado desse peso desproporcional dado na produção historiográfica para o centro minerador de Minas,

⁹⁶ Para uma ideia do que estou a falar, sugiro a leitura de três obras: 1) DIAS, Renato da Silva; ARAÚJO, Janeth Xavier de. (Orgs). *Representação do sertão: poder, cultura e identidades*. São Paulo: Humanitas, 2013; 2) COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de. (Orgs.) *Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012; e 3) SANTOS, Márcio. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuária de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

⁹⁷ SANTOS, 2009, p. 10-11.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 9.

composto pelas primeiras vilas formadas na região por decorrência da descoberta do metal em fins do século XVII e durante o primeiro quartel do XVIII. Paracatu e o noroeste estariam assim, dentro daquilo que Márcio Santos chamou de *zona cinzenta e nebulosa das fronteiras*. Sobre esse fato, escreveu Bernardo Mata-Machado na introdução de sua obra que tem como tema de estudo o noroeste:

O pequeno investimento feito pelos historiadores nessa região reflete, por um lado, o isolamento econômico, político, social e cultural a que ela foi submetida durante quase toda sua história; por outro lado, revela a prioridade que os pesquisadores deram ao estudo das regiões cuja evolução esteve atrelada ao mercado externo (a mineradora e a cafeeira) em detrimento daquelas vinculadas ao abastecimento interno (as áreas agropastoris do norte e do triângulo mineiro) [...] Como observou John Wirth, é fundamental o fato de Minas não ser uma região mas um mosaico de sub-regiões com histórias peculiares, diferenciadas pelo tempo e pelas características sócio-econômicas. Iniciar o estudo pelo noroeste mineiro deve-se ao pequeno investimento feito no local pelos historiadores e à sua posição geográfica no sertão brasileiro que possibilita a projeção da pesquisa para além das fronteiras de Minas”.⁹⁹

Diante disso, elenquei prioritariamente cinco autores que publicaram livros sobre Paracatu que, inicialmente, foram selecionados porque contemplaram em suas reflexões a origem do arraial no século XVIII e, também, porque contribuíram para a construção da memória que hoje temos da cidade sobre esse período. Chamo a atenção para o fato de que entre eles alguns parecem ser desconhecidos da historiografia tradicional, pois não os vejo mencionados nem em obras mais recentes ou mesmo em comentários sobre a historiografia do noroeste.

Quando lidamos com a memória historiográfica, vemos silenciamentos por toda parte, e com isso quero dizer que esse tipo de característica é próprio das narrativas que compõem a história, dado o conjunto de fatores que formam a intencionalidade do escritor e a necessidade de seleções e recortes a que somos submetidos na operação que envolve a escrita da história.

⁹⁹ MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do Sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991, p. 17 e 19.

Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira... Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto à priori... Longe de aceitar os “dados”, ele [o historiador] os constitui.¹⁰⁰

Não há como fugir, pois acabamos nos tornando refém dessa prática que sempre envolverá silenciamentos. Mas, é possível ‘amenizá-la’. Acredito que a consciência desses limites pode ajudar na busca daquilo que Antoine Prost chama de imparcialidade (em vez de objetividade), resultante de uma dupla atitude: moral e intelectual, o que almejo fazer ao assumir essa posição de que, através de minha seleção e recortes, também acabe incorrendo em silenciamentos.¹⁰¹

Neste íterim, cito dois autores tidos como fundamentais para a compreensão da história da cidade. O professor Olympio Michael Gonzaga e sua obra *Memória Histórica de Paracatu*, uma publicação de 1910 que muito impactou os escritos posteriores sobre a cidade, e o professor, historiador e jornalista Oliveira Mello, que escreveu mais de vinte livros sobre Paracatu, começando por *Paracatu perante a História*, em 1964.

Olympio Gonzaga nasceu em 1877 em Paracatu e começou a lecionar no ano de 1890 em Capim Branco (Unaí), como professor público primário.¹⁰² Por esse tempo começou a reunir informações em sua cidade natal, quando visitava seus arquivos paroquiais e outras fontes documentais espalhadas no município. A partir dessas pesquisas, Gonzaga começou a escrever artigos que passaram a ser publicados na forma de capítulos no jornal *Lavoura e Commercio*, de Uberaba.¹⁰³ Desse estudo, surgiu a obra *Memória Histórica de Paracatu*, publicada em 1910.

Os motivos da influência da obra *Memória Histórica de Paracatu* sobre outras são apontados na apresentação que Oliveira Mello faz do autor e da obra por ocasião de sua reedição em 1988:

¹⁰⁰ CERTEAU, 2011, p. 69.

¹⁰¹ PROST, 2008, p. 258.

¹⁰² Seus dados biográficos podem ser conferidos em MELLO, 1990, p. 55-56.

¹⁰³ GONZAGA, Olympio Michael. *Memória Histórica de Paracatu*. 2 ed. Brasília: Prefeitura Municipal de Paracatu, 1988, p. II.

Não resta a menor dúvida, Olympio Gonzaga realizou um trabalho pioneiro e de grande valia. Nenhum interessado que deseja estudar a história paracatuense e de sua região pode prescindir da Memória Histórica de Paracatu. [...] A intenção de Olympio Gonzaga foi realizar uma obra criteriosa, servindo-se de fonte primária e original. [...] E o estudo fornece-nos, com objetividade, o retrato minucioso e detalhado da cidade de Paracatu, desde as origens até a atualidade (1910). [...] Seus trabalhos de pesquisa fizeram-no conhecido no País e teve seu nome inscrito como membro dos Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, do Instituto Genealógico Brasileiro e da Associação de Imprensa.¹⁰⁴

Estão aí destacados por Oliveira Mello alguns dos motivos que fizeram a obra do professor Olympio Gonzaga se tornar uma referência para os autores posteriores. Em primeiro lugar, de fato, fica o ineditismo de um livro que trata com exclusividade da história da cidade e que, até então, não havia sido objeto de estudo específico por parte de outros autores. Outra característica da obra, destacada por Mello, é a utilização de documentos (*fontes primárias*) que fizeram com que *Memória Histórica de Paracatu* fosse tida como o “retrato minucioso e detalhado da cidade de Paracatu desde as origens até a atualidade (1910)”. Ao afirmar isso, Mello demonstra uma concepção de história que considerava o documento como *testemunha* do passado e sinal de garantia de um *texto pleno*¹⁰⁵ cujas fontes e citações produzem dois efeitos: de verdade e realidade.¹⁰⁶ Essa sua concepção de história é revelada mais claramente quando afirma que:

A história, dentro do próprio tempo, ganhou objetividade, despojando-se de preocupações em exaltar feitos de alguns elementos para despertar o patriotismo. Hoje, ela dedica-se a categoria de científica. Portanto, a história

¹⁰⁴ GONZAGA, 1988. Essas informações se encontram no início do livro em páginas não numeradas, assinadas pelo historiador Oliveira Mello.

¹⁰⁵ “... o trabalho do historiador aparece recheado de fatos e precisões: ele dá a justificativa de tudo que afirma. Trata-se de um texto completo, saturado, em princípio, sem vazios nem lacunas”. PROST, 2008, p. 237.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 241.

‘tem método, campo determinado e técnicas de trabalho. Matéria objetiva e cada vez mais rigorosa, não admite o tom vago e suspeito’.¹⁰⁷

Essa concepção de história de Oliveira Mello foi gestada durante o século XIX “quando a história finalmente veio a ser definida como ciência, a ciência do passado” e, a partir de então, ela “limitava-se a conhecer ‘documentos’”, pois estes revelavam a realidade do passado da cidade.¹⁰⁸ É exatamente o que François Hartog apresenta sobre esse momento da história no século XIX:

Quando no século XIX, a história torna-se ciência, ciência do passado, resta-lhe tão somente declarar que ela se faz com ‘documentos’, sublinhando – na esteira de Langlois e Seignobos – que a ‘autenticidade’, noção ‘pedida de empréstimo à linguagem judicial, diz respeito unicamente à proveniência e não ao conteúdo do documento’, além de definir que uma ciência constituída só pode aceitar ‘a transmissão escrita’ (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898, p. 133, 153). A história é a ciência dos vestígios escritos. A partir da orla do presente, o historiador ausente limita-se a ser o olho que lê arquivos.¹⁰⁹

No mesmo texto, Oliveira Mello reclama da ausência desses documentos (*fontes primárias*) tão caros para a história por ocasião da escrita de Olympio Gonzaga sobre o encontro das bandeiras fundadoras de Paracatu (a de Felisberto Caldeira Brant e de José Rodrigues Fróis, os primeiros a descobrirem e explorarem seu ouro) e sobre o casamento que sela a paz entre elas. E ainda acusa Gonzaga, nessa ocasião específica, de dar crédito à lendas e tradições, não se preocupando assim, com a verdade.

A intenção de Olympio Gonzaga foi realizar uma obra criteriosa, servindo-se da fonte primária e original. Uma pena que, às vezes, deu crédito à fatos romanescos sem discernir o fato histórico da ficção. Haja vista o encontro das bandeiras de Caldeira Brant e de José Rodrigues Fróis e no que se refere, principalmente, ao casamento de Joaquim e Helena. Outras vezes recorreu à

¹⁰⁷ MELLO, Oliveira. In: GONZAGA, 1988. Conforme já foi dito, não há aqui numeração de páginas. Esses comentários estão no início da obra, no texto “O autor e sua obra”. Dentro desse comentário e reflexão sobre história, Mello cita no final Francisco Iglésias.

¹⁰⁸ HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 203.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 222.

lenda... Esqueceu-se de que a lenda, apesar de ter o seu fundo de verdade, é sempre aplicada às narrativas como algo fantástico. Também percebe-se completo crédito à tradição, transmitida com deformações e sem haver um maior empenho em averiguar até onde se encontra a desfiguração da verdade. Ressente-se de um estudo com a pretensão de categoria científica.¹¹⁰

O peso não só das obras de Oliveira Mello, mas de sua atuação em Paracatu foi decisiva na construção de uma das memórias que hoje temos como hegemônica sobre a cidade. Professor de História, Letras e Filosofia, historiador, jornalista, redator, cronista, palestrante e divulgador da história e cultura do noroeste de Minas, Mello foi um dos principais responsáveis por essa imagem do arraial no século XVIII. Durante toda a segunda metade do século XX, colocou-se como um profissional que marcou profundamente a vida cultural não somente do Município de Paracatu, bem como de todo o noroeste mineiro, seja através de suas atividades enquanto jornalista, redator e cronista, ou enquanto professor, escritor e palestrante. Não há como falar em historiografia da cidade sem que se mencione o nome ou se consulte um dos seus mais de vinte livros (sem contar os artigos em jornais) publicados por ele ao longo da segunda metade do século XX sobre a cidade.¹¹¹

Seu primeiro livro foi publicado em 1961, *Afonso Arinos e o Sertão*, e a partir daí vieram: *Paracatu perante a História* (1964); *Paracatu e Patos de Minas: uma antologia* (1966); *Minha Terra: suas lendas e seu folclore* (1970); *De volta ao Sertão (Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro)* publicado em 1975; *Paracatu do Príncipe: Minha Terra* (1979); *A Igreja no Vale do Paracatu* (1980); *Paracatu do Príncipe: a Imemorial* (1983); *A Igreja de Paracatu nos caminhos da História* (1987); *Memória Cultural (A Cultura em Paracatu)* publicado em 1990; *Paracatu, meu bem querer*

¹¹⁰ GONZAGA, 1988.

¹¹¹ O autor teve uma vida profissional atuante e reconhecida. Foi sócio do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais, membro da Comissão Mineira de Folclore (1967), membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, em Belo Horizonte (1967), sócio honorário do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, membro da Academia de Letras do Brasil Central de Uberlândia (1976), membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro em Uberaba (1979) e da Academia Paulistana de História e da Ordem Nacional dos Bandeirantes em São Paulo (1979), da União Brasileira de Escritores de São Paulo (1980), sócio correspondente da Academia Piauiense de Letras em Teresina (1980), condecorado com a Insígnia da Inconfidência pelo governo de Minas Gerais (1984), membro da *The International Academy of Letters of England* em Londres (1984), membro do Ateneum Angrense de Letras e Artes de Angra dos Reis no Rio de Janeiro (1986), sócio benemérito da Associação de Imprensa do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba (1986), membro do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais e de Brasília, ambos a partir de 1995 e membro da Academia de Letras do Noroeste de Minas (1997).

(1990); *Preservação da memória* (1993), *As Minas Reveladas (Paracatu no tempo)* em 1994; *Paracatu do Príncipe e os caminhos para o Planalto* (1996); *Minhas opiniões. E as suas?* em 1998; *Câmara de Paracatu, 200 anos de história e Memórias de um tempo*, ambos publicados em 1999; *Paracatu do tempo e em tempo* (2001) e *Vestígios da fé, templos da saudade* em 2002. Essa lista não inclui seus livros sobre outras cidades e regiões, nem mesmo suas publicações em periódicos. Creio ter ficado clara a importância desse autor na construção da memória da cidade.

Além do peso do pioneirismo da obra de Olympio Gonzaga e da larga produção de Oliveira Mello na segunda metade do último século, também escolhi trabalhar com uma terceira referência nessa reconstrução da memória de Paracatu. Afonso Arinos de Melo Franco em *Um Estadista da República* (publicado em 1955) no qual investe uma boa parte de seu esforço historiográfico, como ele mesmo diz, nos primeiros dois capítulos do primeiro volume da obra, para descrever o início do povoamento do sertão em Paracatu e do desenvolvimento do arraial até se tornar uma cidade, para em seguida, associá-lo à formação da personalidade dos membros mais *ilustres* de sua família. Isso pode ser conferido em suas palavras na introdução da obra.

Na fase provincial, estudarei a formação do núcleo social em que se aprofundam as raízes coloniais da sua gente, núcleo que se singulariza pela participação simultânea na democrática civilização do couro, e na patriarcal e semi-aristocrática civilização do ouro. O que deu em resultado a criação destes tipos de homens ao mesmo tempo simples e requintados, próximos do povo como os que mais o forem, mas sentindo-se a vontade nos grandes ambientes de cultura. Tipos humanos, mineiros e brasileiros, de que Afrânio de Melo Franco e seu irmão Afonso Arinos foram os mais característicos representantes.¹¹²

A projeção da família Melo Franco no cenário nacional fez com que essa obra logo se tornasse referência sobre as origens do arraial de Paracatu e da formação de sua gente.¹¹³ Posteriormente, ela se transforma em objeto de citações pelos autores que escreverão sobre a cidade.

¹¹² FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Vol.1. Rio de Janeiro: José Olympio Editôra, 1955, p. XV.

¹¹³ Sobre essa projeção de Paracatu em nível nacional associado à família Melo Franco, lembro-me de quando trabalhava na Secretaria de Cultura de Paracatu em 2009 assessorando o Instituto de Patrimônio

Na década de 1990, a produção de dois autores também contribuiu em todo esse processo de construção da memória dessa cidade. Bernardo Novais da Mata-Machado publica em 1991 sua dissertação de mestrado com o título *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*, e na apresentação de seu livro, feita por Jarbas Medeiros, encontra-se a seguinte explicação: “*O que pretende Bernardo? Nada mais nada menos mostrar que a história de Minas não se resume ao seu centro geopolítico minerador. Assim, além das ‘minas’, existiriam os ‘gerais’.*”¹¹⁴ A obra é tida como importante referência para os estudos e pesquisas dessa região mineira, ainda pouco explorada pela historiografia. Ele mesmo critica o pequeno investimento feito pelos historiadores na temática dessa região, afirmando de forma categórica, talvez até com certo exagero, que “*a escolha do tema dessa dissertação deve-se, em primeiro lugar, à inexistência de pesquisa semelhante em nossa historiografia.*”¹¹⁵

Seu estudo trata de uma obra síntese que procura abranger a história do noroeste de 1690 a 1930. Seu conteúdo em muito se assemelha aos estudos que Oliveira Mello vinha realizando na região desde a década de 1960, quando começou a publicar suas obras. Mesmo assim, Bernardo Mata-Machado continua sendo citado, quase como única referência, para os estudos que envolvem a região, sobretudo no que diz respeito à temática do povoamento do noroeste.¹¹⁶

Por fim, resalto aqui a obra *Paracatu: Morro do Ouro*, de Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho, publicada em 1992. A autora foi pesquisadora e coordenadora da Fundação Cultural Calmon Barreto em Araxá entre os anos de 1984 a 1988. No início da década de 1990 foi contratada pela mineradora que havia acabado de iniciar suas atividades em Paracatu para escrever esse livro que tem se tornado, desde então, outra obra de referência para pesquisadores e estudantes interessados nas questões relacionadas à mineração no século XVIII.

Novamente, as menções à escassez das fontes e de documentos são apontadas na apresentação da obra, e também aquilo que se tornaria lugar comum nessas pesquisas

Histórico Artístico Nacional (IPHAN) na montagem do dossiê de tombamento do seu Núcleo Histórico. Assim que conversamos sobre o perímetro de tombamento, os técnicos mencionaram que seu diretor havia pedido, com significativa “insistência”, para que a casa de Rodrigo de Melo Franco (Fundador do SPHAN, mais tarde IPHAN) estivesse dentro do referido perímetro e sua história mencionada no documento.

¹¹⁴ MATA-MACHADO, 1991, p. 11.

¹¹⁵ Ibidem, p. 17.

¹¹⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII. *LOCUS: Revista de História*. Juiz de Fora, vol 4, n. 1, 1998, p. 81.

referentes ao noroeste: a região ainda não havia recebido a devida atenção por parte dos pesquisadores:

A autora baseou seu trabalho, basicamente, na busca de fontes primárias, o que envolveu uma longa e difícil tarefa, dadas a escassez de documentos e a necessidade de se localizarem os poucos existentes, dispersos em arquivos particulares, ou sob a guarda de órgãos públicos, sem a devida seleção e catalogação, ou, ainda, pertencentes a acervos de outras cidades. O trabalho, evidentemente, não pretende ser uma obra completa, acabada – a História está pronta, mas existirão sempre inúmeros e diferentes ângulos de abordagem para o espírito investigador. “O tema” segundo a própria historiadora, “ainda não mereceu a devida atenção dos pesquisadores e, devido à quase inexistência de documentação referente à determinados períodos, deve ser ainda objeto de intensas pesquisas”.¹¹⁷

Outros autores também serão utilizados neste estudo, pois além de tratarem da história da *cidade*¹¹⁸ no século XVIII, também serviram de referência para os cinco autores elencados acima. Entretanto, reafirmo que os cinco foram selecionados de forma prioritária neste estudo por terem obras específicas sobre o noroeste de Minas (particularmente Paracatu). Afonso Arinos um pouco menos, mas foi escolhido por haver dedicado parte do primeiro dos três volumes de sua obra ao século XVIII em Paracatu e pela importância que se atribui à família na cidade.

Entre os autores que também serão tomados como objeto desta reflexão historiográfica, cito alguns nomes considerados relevantes dentro do que se chama de tradição historiográfica mineira: Waldemar de Almeida Barbosa, com *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*, Diogo de Vasconcelos, com duas referências fundamentais sobre Minas no período colonial, *História Antiga das Minas Gerais* e *História Média das Minas Gerais*, Aires de Casal, *Corografia Brasílica*, Afonso de E. Taunay, *Relatos Sertanistas* e Augusto de Lima Júnior, *A Capitania das Minas Gerais*.

¹¹⁷ GUZMAN, Apolinar; BATISTA, Eike. In: CARVALHO, 1992, p. 5.

¹¹⁸ Como veremos, Paracatu passou quase todo século XVIII como Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu. Somente deixou essa condição no final do século, em 1798, ao ser elevado à condição de Villa de Paracatu do Príncipe. À condição de cidade, somente em 1840. Como me refiro à construção da memória da cidade, dada pelos autores durante o século XX, em alguns momentos desse texto me referirei à cidade mesmo que esteja fazendo menção à ela durante o século XVIII, quando ainda era um arraial.

Entre os autores que se enquadram dentro de uma historiografia mais recente escolhi Cláudia Damasceno Fonseca, autora de *Arraiais e Vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*, Francisco Eduardo de Andrade que escreveu *A invenção das Minas Gerais: Empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa*, e Márcio Santos, autor de *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734*.

Para as reflexões construídas pelas produções cartográficas do período, utilizarei as três obras organizadas por Antônio Gilberto da Costa, em que ele reúne grande parte dos documentos cartográficos da época: *Cartografia da conquista do território das Minas* (2004), *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real* (2005) e *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império* (2007). Conforme Fernando Nicolazzi:

... a reflexão historiográfica, no sentido geral de uma História da Historiografia, opera na fronteira dessa dicotomia [as relações tensas entre escrita e História, discurso e realidade, linguagem e experiência]; a História da Historiografia se constitui, pois, como uma reflexão *sobre textos*, sobre essa materialidade que permite unir, mesmo que provisoriamente, um signo e um significado, um discurso e uma experiência.¹¹⁹

Enfim, com os textos apresentados acima e outros que serão chamados à discussão ao longo deste trabalho, acredito que evidenciarei os elementos historiográficos que vêm construindo, ao longo do tempo, certas memórias de Paracatu.

2.2 AS MARCAS DO TEMPO NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO NOROESTE DE MINAS GERAIS

Dou continuidade aqui à reflexão historiográfica, fazendo algo que considero essencial para um trabalho que lida com historiografia: a localização das obras dentro

¹¹⁹ NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 15.

do *tempo histórico*¹²⁰ em que cada uma delas foi escrita. O que estou defendendo é aquilo que foi mencionado por Manoel Luiz Salgado Guimarães quando descreveu a operação historiográfica em seu trabalho de narrativa histórica:

... um dos aspectos centrais do trabalho da narrativa histórica, voltada para um controle, uma ordenação e uma domesticação de experiências vividas... trabalho de domesticação desse passado segundo necessidades e demandas que não são evidentemente as do próprio passado [...] Pela operação historiográfica, o passado é domesticado segundo demandas e exigências do presente, construindo por esse caminho laços profundos com a memória e suas demandas.¹²¹

Com isso não quero dizer que o passado e o que se afirma sobre ele seja tão passivo ao ponto de ser domesticado. Ao levar em consideração a reflexão de Manoel Salgado Guimarães, entendo que através da narrativa, há sempre um esforço nesse sentido, qual seja, do controle e da domesticação do passado através da narrativa histórica. Reafirmo que há um *esforço*, pois não há capacidade humana que dê conta do controle do passado ou do presente, pois eles sempre escapam aos nossos planejamentos ou tentativas de domínio. O que uma narrativa histórica constrói e fixa, a memória ou outra narrativa podem implodir e daí resultar outra história, isto é, outra apropriação do passado segundo as demandas de um presente em constante transformação.

Não situar os autores selecionados dentro das peculiaridades próprias do tempo em que produzem seria entender a história como produto exclusivo de um esforço intelectual de reconstituição do passado como uma verdade objetiva, o que acredito ser um retrocesso dentro do campo desta disciplina. Quais as demandas de cada tempo em que escrevem esses autores? Quais seus *horizontes de expectativas*? Mais do que apresentar a cada um deles e suas narrativas, quero aqui procurar *reconstruir*, nas palavras de Manoel Salgado Guimarães, *a questão a qual eles respondem*.

¹²⁰ Para Reinhart Koselleck, o tempo é resultado da relação e tensão entre duas categorias históricas: o espaço de experiência e um horizonte de expectativas. Para saber mais sobre essa noção ver KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, 2006, p. 305-327.

¹²¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antônio Herculano. (org.). *História e linguagens: texto, imagens, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, p. 47 e 52.

Mais do que apenas ler estes textos, a tarefa da historiografia poderia consistir em dar a ler esses textos, reconstruindo – para falar como a hermenêutica – a questão à qual eles respondem, redesenhando os horizontes de expectativas em que, desde seu primeiro dia até os nossos (ainda que no modo de ausência), eles vieram inscrever-se, recalçando as apostas que fizeram e significaram, apontando os quiproquós que sucessivamente provocaram.¹²²

Desse modo, cada autor trabalhará, em alguns momentos, as mesmas fontes, mas darão sentidos diferentes, muitas vezes distintos, para o documento e sua relação com o passado da cidade. Isso decorre da compreensão de que “*não há um passado fixo, idêntico, a ser esgotado pela história. As esperas futuras e vivências presentes alteram a compreensão do passado*”.¹²³

Não quero com isso afirmar que essas obras são produto exclusivo, resultado de uma *geração espontânea* do tempo. Seria muito inocente pensar ou mesmo escrever isso. Mas também não podemos cair no outro extremo de não considerar a influência das demandas do tempo em que vive cada um dos autores sobre suas obras.

Não posso deixar de mencionar que ao levantar essas questões, faço-o amparado nas reflexões feitas por Michel de Certeau que entende a história como uma operação historiográfica. Ao encarar-la dessa maneira, tentamos, como afirmou o próprio Certeau “*de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)*”.¹²⁴ Nesta pesquisa, qual o lugar de produção de cada um dos autores com os quais estou dialogando? Em função dessa resposta pode-se ver o motivo da escolha de seus métodos, interesses, a seleção que cada um fez dos documentos que encontraram e que se referem à Paracatu do século XVIII e entender também porque, embora tenham pontos em comum, eles organizaram as questões e documentos de forma particular, sob um determinado ângulo específico.

¹²² GUIMARÃES, 2003, p. 21-22.

¹²³ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC*. 3ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 9.

¹²⁴ CERTEAU, 2011, p. 46, grifos do autor.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.¹²⁵

Os autores que escolhi para interlocução nesta pesquisa, pela larga utilização de citações a fontes e documentos, parecem com tal trabalho, enfatizar que suas narrativas são tão verdadeiras que seriam capazes de remeter o leitor à *realidade* do passado da Paracatu do século XVIII. Entretanto, como já alertado por Certeau, o que temos nesse tipo de estratégia da narrativa é a pretensão de uma dissimulação do lugar de onde fala o narrador. Segundo ele, isso visa suprimir o “eu *do autor*” (com suas escolhas, intensões, pretensões, pontos de vista, enfim) em toda aquela escrita, de forma a não deixar dúvidas de que seu texto se trata, de fato, de uma narrativa verdadeira.¹²⁶ Portanto, a partir de agora, com a reflexão sobre esses cinco autores, buscarei desvendar o *eu* de cada um deles que se esconde por traz do enredo de suas narrativas e perceber o peso das demandas do seu tempo (lugar social) sobre a construção dessas memórias que pretendem ser porta-vozes da realidade da Paracatu setecentista.

Olympio Michael Gonzaga escreve no início do século, mais especificamente tomamos a data de 1910 como uma importante referência, pois nesta ele publica sua obra *Memória Histórica de Paracatu*. O título já pode nos indicar algumas de suas expectativas e demandas daquele tempo: o *registro* (no seu entender e no de sua época, mas vamos considerar aqui que essa ação se trata sempre de uma *construção*) da memória do povo de Paracatu. Ele será responsável por lançar as bases que fundamentarão a identidade e memória da cidade, por isso, escreve-a sob o signo da exaltação de todos os atores que contribuíram para a formação daquele *rico* (segundo suas palavras) arraial de outrora (século XVIII).

¹²⁵ Ibidem, p. 47.

¹²⁶ Ibidem, p. 103.

Poderíamos dividir o conteúdo de sua obra entre a descrição das características físicas e geográficas de Paracatu, a narração da história da cidade e a escrita de resumos biográficos das personalidades, *homens ilustres e de prestígio*, que se destacaram e contribuíram com o desenvolvimento do lugar. Há um esforço de atribuir ao passado da cidade valores que estariam na gênese do caráter de seu povo. E não somente isso. Berço de pessoas tão ilustres que além de terem contribuído para o desenvolvimento da cidade, também se destacaram em nível nacional, engrandecendo a história do próprio país. Joaquim Dias Soares ao comentar a obra de Gonzaga afirma:

O seu povo culto e adiantado sempre se distinguiu e se extremou no cultivo das letras. Paracatú, como o Serro, se ufana também de ter produzido, desde os tempos coloniaes, muitos brasileiros preclaros, que se hão, relevantemente, sobrelevado, nas letras, na política, nas artes, enfim, em todas as manifestações da actividade humana.¹²⁷

O comentário está relacionado com o conteúdo do livro e a forte presença de uma narrativa que tem como fim engrandecer os personagens que ele chama de ilustres. Não interessa se o primeiro ouvidor de Paracatu, em 1799, tenha explorado o povo mais simples levando as pessoas a trabalharem para sua administração sem que recebessem qualquer remuneração ou qualquer outro valor pelo tempo dedicado ao serviço. O ouvidor José Gregório de Moraes Navarro é descrito como um *homem resoluto e firme no cumprimento do seu dever*, capaz de superar todos os obstáculos que tentassem lhe opor, e sua administração considerada ótima por Gonzaga.

O ouvidor dr. José Gregório de Moraes Navarro era homem resoluto e firme no cumprimento de seu dever, superando todos os obstáculos que se lhe antepunham para alcançar a prosperidade de Paracatú... A renda da camara era insignificante para fazer face as obras de calçamento da Villa, pontes, matadouro, abrir estradas, etc... o dr. Navarro recorreu a interessantes ardis, com a consciencia tranquilla, sciente de que, sómente devia auxiliial o nas suas obras, porque era quem ia lucrar. Muitas vezes mandou carrear pedras e madeiras para as obras publicas, sem haver uma só oitava de ouro no cofre: quando o carreiro ia procurar a importancia de seu trabalho, o ouvidor respondia: - O senhor já está pago; trabalhou para o bem geral da Villa. Foi

¹²⁷ GONZAGA, 1988, p. III.

desse modo que pode dar grande impulso ao calçamento de Paracatú, fazer muitas pontes, abrir estradas, etc. Da sua administração, que foi ótima, só temos a lastimar a tortuosidade das ruas de Paracatu.¹²⁸

Esse tipo de narrativa e outras similares constroem imagens de pessoas que, apesar de todos os dissabores, carestia e falta de recursos do lugar, usaram de suas *qualidades* para vencerem a situação de adversidade que lhes eram impostas pelas condições difíceis da vida, sobretudo para quem tinha a tarefa de lançar as bases da administração colonial naquela parte do sertão. Esse tipo de enredo era muito comum nas narrativas de descobrimentos, conforme apontam os estudos de Francisco Eduardo de Andrade nessa área.¹²⁹

Olympio Gonzaga constrói grande parte da memória do século XVIII de Paracatu em torno da imagem estruturada a partir do encontro de duas bandeiras que se estabeleceram-se na mesma região, mas em áreas um pouco distante uma da outra, de forma que demoraram a perceber a existência entre elas no lugar. Uma das bandeiras é liderada por Felisberto Caldeira Brant (que chegou em Paracatu depois de deixar a região de Goiás), fixando-se onde seria mais tarde o centro do arraial, no córrego que ele denominou de “córrego Rico”. A outra era liderada por José Rodrigues Fróis, que veio da Bahia, e se estabeleceu na região do São Domingos, área que mais tarde será identificada como uma das regiões quilombolas em Paracatu.

Na narrativa de Gonzaga, há uma declarada predileção pelo bandeirante Caldeira Brant em detrimento do líder da outra bandeira, que terá sua memória silenciada por todos os escritos que se seguirão e que serão objetos da reflexão deste meu estudo. Nenhum dos autores aqui estudados descreve a história de José Rodrigues Fróis. Por quê? Talvez um dos motivos seja dado pela própria natureza da descrição feita por Gonzaga para os Caldeiras. Primeiro, porque ele os vincula aos paulistas, “*homens destemidos e corajosos*” que “*congregaram em torno de si muitos escravos e companheiros para emprenderem longas jornadas pelo interior das Minas Geraes, em busca do gentio e do ouro recatado*”, para depois explicar que esse bandeirante descendia de uma “*nobre linhagem descendendo de d. João III, príncipe da Belgica. A*

¹²⁸ Ibidem, p. 24-25.

¹²⁹ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Editora PUC Minas, 2008.

esposa de Felisberto, d. Branca de Almeida Lara, é igualmente de alta estirpe, provindo da Casa Patrícia dos Ordonhezes de Zamóra”.¹³⁰ Enfim, mesmo diante da profusão de atores sociais, ou mesmo diante da existência de outro bandeirante, conforme mencionado por Francisco Andrade, existe uma constância nessas narrativas que envolvem a descrição das empresas dos descobrimentos de colocar os seus protagonistas como homens de qualidade superior na hierarquia do sertão.¹³¹

As qualidades apontadas para a família de Brant dentro da narrativa de Olympio Gonzaga tendem a considerá-las dentro do contexto geral do século XVIII dado em Minas Gerais para esse tipo de ação seja sempre vista do ponto de vista de uma prática desbravadora.

Em breve tempo, Felisberto reuniu seus irmãos solteiros, Joaquim e Conrado, grande escravatura e diversos amigos, seguindo caminho de Goyaz à Paracatú, através de caudalosos rios, veredas invadeáveis, espessas florestas, serras escarpadas e de difícil acesso, chegando, depois de muitos dias de viagem ao cume de alta serra, que descortinava á vista bellissimo panorama do sertão attrahente e esperançoso.¹³²

Esse tipo de narrativa não foge muito daquilo que Francisco de Andrade percebeu em muitas produções da mesma época de Olympio Gonzaga ao que denominou de *historiografia convencional*:

Os descobrimentos de minerais preciosos nos sertões da América portuguesa sempre tiveram, na historiografia convencional, a partir de uma interpretação estreita e, em geral, alheia às manipulações formais dos textos coloniais, uma conotação de prática desbravadora.¹³³

Essa operação historiográfica construiu uma memória heroica para Felisberto Caldeira Brant, atribuindo a ele a responsabilidade pelo surgimento e desenvolvimento

¹³⁰ GONZAGA, 1988, p. 2-3.

¹³¹ ANDRADE, 2008, p. 40.

¹³² GONZAGA, 1988, p. 3.

¹³³ ANDRADE, 2008, p. 17.

de Paracatu. Enquanto isso, nessas narrativas, o bandeirante Fróis margeia a história de Brant de forma que, sempre quando é mencionado, essas menções são construídas como possibilidade de se projetar ainda mais a figura de Brant.

Portanto, acredito que essa seja uma primeira explicação para o fato de a história e memória de Fróis terem sido silenciadas por essas narrativas que constroem a memória da Paracatu do século XVIII. Exalta-se Brant pela sua ascendência nobre e atribui-se a ele a descoberta do ouro em Paracatu e também o desenvolvimento do arraial. Segundo Gonzaga:

O novo povoado fundado pelos Caldeiras, nas margens do córrego Rico, recebeu o nome de arraial de Sant'Anna [...] O arraial de Sant'Anna se desenvolveu rapidamente, erguendo-se diariamente inúmeras palhoças por aquele sítio e destacou-se de entre elas a morada dos Caldeiras. D. Branca, esposa de Felisberto, com seu gênio caritativo e afável distribuía viveres e presentes com as famílias pobres, pois não desejava ver ninguém sofrer.¹³⁴

Além de, em grande medida, a construção de essa memória heroica ter se dado, no meu entender, pelo fato de Brant estar vinculado às linhagens nobres (e Fróis não), o outro motivo que pode explicar esse silenciamento sobre a memória de Fróis se dá por aquilo que mencionei rapidamente em parágrafos anteriores. Fróis chegou em Paracatu depois de sair da Bahia e se estabeleceu em uma área que ficou muito associada à comunidade negra, a região de São Domingos (que dista dois quilômetros do centro da cidade).¹³⁵ Nesses textos, a memória do São Domingos é silenciada junto com a construção de uma imagem do século XIX que vinculava Paracatu a uma imagem de *isolamento e decadência*. Foi justamente nesse século que o São Domingos foi tão importante para a cidade, pois lhe fornecia mantimentos, fruto de sua produção

¹³⁴ GONZAGA, 1988, p. 4.

¹³⁵ GAMA, Alexandre de Oliveira. Memórias do noroeste de Minas Gerais no século XIX: silenciamentos e resistências. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 3., 2014, Salvador. *Anais...* Salvador: ANINTER-SH; UCSAL, 2014. 1 CD. Em texto apresentado no III CONINTER discuti a importância do São Domingos para o desenvolvimento da cidade e o quanto essa memória foi silenciada por aqueles que produziram ao longo do tempo uma determinada história da cidade.

agrícola.¹³⁶ Mesmo assim, silencia-se, pelos motivos citados, a memória do bandeirante José Rodrigues Fróis na historiografia estudada.

A forma como Gonzaga narra o momento em que esses bandeirantes se encontram, por volta de 1730, e o conteúdo construído por ele nessa narrativa torna-se, com o passar do tempo, definidor da personalidade e característica do povo da cidade. Segundo ele, numa “*bela manhã de outono, o ceu cor de rosa e com bellas nuven dispostas symetricamente, coroando o Alto do Corrego*” as gentes de Brant saem para caçar e avistam, “*com espanto, nas margens do corrego de S. Domingos, muitas barracas armadas e avultado numero de animaes pastando nos campos vizinhos. Não restava duvida, - ali tinha chegado grande bandeira*”.¹³⁷ A narrativa prossegue para tratar do desencadear das ações, e percebam que elas se referem desde o seu início, às atitudes tomadas por Felisberto Caldeira Brant. Fróis, como disse e poderemos verificar mais claramente a partir de agora, margeiam a história de Brant para engrandecê-lo ainda mais.

Os caçadores tendo narrado o ocorrido aos Caldeiras, foi despachado Joaquim Caldeira com alguns capatazes de maior valentia para o São Domingos, com o fim de saberem daquellas gentes quaes as suas intenções e o que buscavam. [...] Renhida foi a discussão travada entre Joaquim Caldeira e Fróes, não querendo nenhum delles ceder seu direito á posse das minas. A sorte das armas ia decidir aquella contenda. [...] Desde aquelle fatal encontro começaram os preparativos bellicos de parte a parte. Os capatazes mais valentes e praticos de Felisberto prepararam as armas, levantaram trincheiras e dispuseram tudo em ordem de combate. Havia toda a probabilidade de a *bandeira* de Felisberto esmagar a de Fróes por ser mais numerosa e bem armada; mas o seu chefe era homem do trabalho e da paz, sabia medir os horrores da guerra e suas funestas consequencias. Além disso, não desejava ver correr sangue no tranquillo valle de Paracatú, por causa de um metal tão abundante e que chegava de sobra para enriquecer as duas *bandeiras* e outras que viessem.¹³⁸

Como dissemos, Fróis será apresentado no conflito mais para dar a possibilidade para Gonzaga poder apresentar as *nobres* características de Brant, do que

¹³⁶ Veremos mais adiante sobre a construção dessa memória do século XIX que vincula Paracatu à imagem de isolamento e decadência.

¹³⁷ GONZAGA, 1988, p. 4-5, grifo do autor.

¹³⁸ Idem.

para apresentar o conflito em si. E não importa o fato de Brant ter vindo, como o próprio Gonzaga apresenta, de Goiás, após ser foragido da justiça do Rio das Mortes por ser autor “*dos tiros dados no Ouvidor*”.¹³⁹ A construção dessa história em Paracatu “redime” Brant de seus crimes (ele se torna um *homem de trabalho e de paz*), humaniza-o (*sabia medir os horrores da guerra e suas funestas consequências*) e faz dele um herói (*não desejava ver correr sangue no tranquilo valle de Paracatú*), pois ele apresentará uma solução para evitar o conflito e estabelecer a paz.

Interessante que esse tipo de narrativa construída por Olympio Gonzaga em torno da imagem do bandeirante Felisberto Caldeira, “responsável” pela descoberta do ouro e sua exploração em Paracatu foi muito comum entre as narrativas construídas para os descobridores das minas em Minas Gerais no século XVII e XVIII.¹⁴⁰ Francisco de Andrade afirma que, “*segundo a tradição dos discursos de descobrimentos de riquezas minerais, para uma expedição angariar crédito, os seus protagonistas devem possuir algumas virtudes morais que podem ser resumidas em duas: prudência e valor.*”¹⁴¹ O que podemos perceber em todas essas características descritas para o bandeirante Felisberto Caldeira nessa passagem, nas que antecedem e nas que se sucederão, são as qualidades de um homem nobre, dotado de prudência e valor, que são por Andrade assim definidos:

... a prudência era a arte de fazer justiça, que consistia em conceder com equidade, e conforme a qualidade de cada um, os benefícios e os encargos. [...] O prudente temperava engenhosidade, escolha ajuizada e liberalidade nos favores e nas concessões aos outros, obrigando-se ao reconhecimento da lealdade. [...] É necessário aos feitos virtuosos e prudentes o valor na execução. Pode-se pensa-lo como coragem, mas ele é mais do que isto. O sentido do valor compreende a constância e a fortaleza na conduta e a imitação dos feitos de outros, tentando, ao mesmo tempo, superá-los – a emulação.¹⁴²

¹³⁹ Ibidem, p. 4.

¹⁴⁰ Interessante que não há, na literatura consultada, nenhum dado que mostre que os Caldeiras tenham chegado primeiro que Fróis em Paracatu, mas mesmo assim, o pioneirismo de Brant é dado como certo.

¹⁴¹ ANDRADE, 2008, p. 47.

¹⁴² Ibidem, p. 49-50.

Felisberto Caldeira Brant foi descrito como esse homem dotado de prudência e valor, que temperou sua engenhosidade com uma escolha ajuizada, na qual mesmo com a probabilidade de sua bandeira *esmagar a de Fróis, por ser mais numerosa e bem armada*, conforme afirmou Gonzaga, escolheu abrir mão do conflito e distribuir com equidade, as minas do lugar de forma que impedisse assim, o derramamento de sangue. Desta forma, cada um ficou com o lugar que já explorava antes de tomarem conhecimento da existência do outro. Apesar de os dois líderes terem entrado nesse acordo, pela narrativa, isso partia de uma concessão feita pelo próprio Brant que, apesar das condições de vitória, decidia abrir mão do conflito para favorecer a todos com a paz na região.

Os dous chefes chegaram a um accordo e firmaram a paz. As gentes de Fróis ficaram com as minas dequelle corrego onde estavam abarracados, em todo seu curso; e a *bandeira* dos Caldeiras continuava na posse das minas do corrego Rico. Assim, evitaram uma luta, talvez de funestas consequencias. Para que a paz fosse duradoura foi pedida a mão da formosa d. Helena, irmã de Fróis, para esposa de Joaquim ou Conrado, aquelle que tivesse a dita de conquistar seu amor.¹⁴³

Para selar a paz, Gonzaga constrói a imagem desse casamento. Os dois líderes teriam decidido que um dos irmãos de Brant se casasse com a irmã de Fróis, d. Helena. Quando Fróis e Helena aparecem para uma visita na “espaçosa barraca” dos Caldeiras, novamente Fróis desaparece para dar oportunidade para Olympio Gonzaga descrever mais qualidades do *pioneiro* dos descobertos de Paracatu (Brant):

No dia seguinte, os Caldeiras, com indizíveis manifestações de contentamento, acolheram, em sua espaçosa barraca de palha, a José Rodrigues Fróis e a d. Helena, ricamente trajada á Luiz XIV, os quaes ali foram em visita. A prosa foi agradável e variada, expandindo se Felisberto sobre assumptos diversos, mostrando ser homem pratico na vida, tendo viajado muito, sahindo sempre victorioso das innumeradas difficuldades e embaraços em suas arriscadas aventuras pelo sertão.¹⁴⁴

¹⁴³ Ibidem, p. 4-5.

¹⁴⁴ GONZAGA, 1988, p. 6.

Estão aí as qualidades do desbravador. Felisberto é apresentado como um homem que conhece de diversos assuntos, cheio de experiências em sua vida e, acima de tudo, é apresentado como alguém que sempre se sai vitorioso em todas as dificuldades trazidas pela difícil vida no sertão.

Por fim, o irmão mais velho de Brant, Joaquim Caldeira, é escolhido para ser esposo de d. Helena e Olympio Gonzaga encerra a narrativa da seguinte maneira:

As trincheiras e preparativos bellicos da vespera haviam desaparecido, como por encanto; os mineiros tinham voltado aos trabalhos e palestravam alegres sobre as condições de paz, conjecturando a grande festa que ia haver com o enlace de d. Helena na família dos Caldeiras. [...] Com grande brilho a boda se realizou, pouco tempo depois, com a presença de todos, excepto Conrado que, vendo se desmornarem os seus castellos, se entregára aos pesados labores da mineração.¹⁴⁵

Como dissemos, esse modelo de história que exaltou os bandeirantes em suas conquistas e descobertas do ouro em Minas foi muito comum no conteúdo de narrativas de historiadores do início do século XX que exasperaram as virtudes desses personagens, atribuindo a eles a criação de um passado harmonioso, tal qual podemos ver na descrição feita acima por Gonzaga (na solução encontrada para o fim do conflito em Paracatu).¹⁴⁶ Esse tipo de narrativa dissimula o senso crítico e a existência de incompatibilidades sociais, conforme vimos na descrição dos mineiros que voltaram ao trabalho alegres, *conjecturando a grande festa que ia haver*. Nessa narrativa produzida por esse autor, bandeirantes mineradores, trabalhadores das minas e escravos viviam em plena harmonia.

Na narrativa de Olympio Gonzaga há um empenho em se fazer da história do lugar a legitimação da identidade da cidade relacionada a grandeza e proeminência de seus homens (o papel das mulheres na formação da cidade é por ele, em geral, silenciado, elas aparecem somente por ocasião da descrição das festas, como veremos mais à frente). Conforme destacado por Manoel Luiz Salgado Guimarães ao citar Pierre

¹⁴⁵ Ibidem, p. 7.

¹⁴⁶ KOBELINSKI, Michel. *Ufanismo e ressentimento*: de Minas Gerais aos sertões de São Paulo (século XVIII). São Paulo: Annablume, 2012, p. 17.

Nora, essa narrativa focada em engrandecer as origens (passado) na verdade cumpria o objetivo de tornar aqueles que o fazem (no presente) maiores.

... a associação entre História e Identidade sempre se fez presente no exercício do ofício de historiador, num procedimento em que muitas das vezes estas identidades foram como que naturalizadas e a História serviu de respaldo e legitimação para encontrar em tempos remotos as provas necessárias que sustentariam uma memória acerca de identidades de construção recente. Uma identidade que parecia encontrar através da história seu porto seguro e sua plena justificação, encobrindo o penoso processo de invenção desta identidade, que como parte da experiência humana só pode ter história. Segundo as instigantes colocações de Pierre Nora em seu texto introdutório à obra *Les lieux de mémoire*: “Quanto mais grandiosas fossem as origens tanto mais elas nos tornariam maiores. Somos nós que somos venerados através do passado”.¹⁴⁷

Essa foi a função da história, conforme conseguimos observar, na obra pioneira de Gonzaga, de lançar as bases de uma memória que, amparada na história, a partir de uma construção de uma narrativa heroica para suas origens, pudesse fundamentar as características da identidade do povo da cidade. Este é o sentido de suas palavras conclusivas ao término da obra, “*a semente está lançada*”!¹⁴⁸ A semente da memória que irá compor sua identidade, pois “*aprendemos com a história a construir identidades pelo viés da semelhança, reencontrando-nos sempre ao longo do passado revisitado*”.¹⁴⁹

Vale destacar o tempo em que Gonzaga escreve. Naquele período, e mesmo antes, no final do século XIX, Paracatu se encontrava no epicentro de um debate político, uma disputa de fronteiras entre o Estado de Goiás e Minas Gerais.¹⁵⁰ Segundo Oliveira Mello, a questão começou em 1838 quando, por serem adversários dos políticos da situação em Paracatu, os eleitores moradores da margem esquerda do rio São Marcos¹⁵¹ foram menosprezados na vila mineira. Assim, em represália, alistaram-se no território goiano. Esta província, a partir daí, estendeu seus domínios e suas taxações

¹⁴⁷ GUIMARÃES, 2003, p. 14.

¹⁴⁸ GONZAGA, 1988, p. 125.

¹⁴⁹ GUIMARÃES, 2003, p. 14.

¹⁵⁰ MELLO, 2002, p. 347-349.

¹⁵¹ O Rio São Marcos é hoje o marco limítrofe entre Minas e Goiás. A cidade de Paracatu se encontra em sua margem esquerda e a de Cristalina-GO em sua margem direita.

sobre esse lado do território mineiro, compreendido como parte do território da Vila de Paracatu (que se tornará cidade dois anos depois, em 1840). Assim, nasceu o litígio entre Minas e Goiás. Na época em que Gonzaga escrevia, os debates continuavam intensamente, sendo levado em 1884 pelo senador mineiro Virgílio Martins de Melo Franco (casado com Ana de Melo Franco, da família dos Melo Franco de Paracatu) ao Presidente do Estado...

...a existência de dúvidas sobre o limite de Minas Gerais com o Estado de Goiás, acompanhada de farta documentação a partir de 20 de outubro de 1798. A sua explanação é detalhada, declarando que “desde 1860, projetos legislativos quanto às questões de limites entre Minas Gerais-Goiás, não tiveram desenlace completo pelas dúvidas levantadas pelas deputações de Goiás e de Minas Gerais”.¹⁵²

A questão somente teve fim, depois de avanços e retrocessos no litígio, por intervenção do presidente Getúlio Vargas em 1943. De qualquer forma, ela aparece na obra de Gonzaga com certo destaque. Em determinada altura ele afirma: “*Temos sobre a nossa mesa de trabalho um volumoso livro manuscrito, pertencente ao arquivo da camara municipal de Paracatu... Esse livro é um documento de alto valor para firmar o nosso direito sobre a margem esquerda do rio São Marcos, actualmente em litígio.*”¹⁵³

Mais à frente, Gonzaga reforça a questão do litígio entre os Estados demonstrando que havia sim, naquele período, uma agitação tanto localmente quanto na esfera federal, ganhando publicidade cada vez maior. Segundo ele “*essa contenda de limites vai sendo agitada no seio do Parlamento Nacional e fóra delle, nos periodicos do Rio e de Minas*”.¹⁵⁴

O que quero dizer com tudo isso é que esse ambiente de disputas políticas acalorados de fronteira possivelmente influenciou o autor a tomar a iniciativa de abordar em seu livro sobre a *Memória Histórica de Paracatu* os traços históricos e culturais que vinculariam de forma indubitável a cidade ao território mineiro. Isso explicaria a preocupação constante de Gonzaga de sempre fazer menção (descrevendo de forma

¹⁵² Ibidem, p. 349.

¹⁵³ GONZAGA, 1988, p. 21.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 66.

pormenorizada) os limites do município de Paracatu e de seus distritos. Seria uma marca incontornável daquele tempo em sua obra. Para Gonzaga, o direito dos paracatuenses sobre aquela porção de terra era um direito *sagrado*. E o senador Virgílio de Mello Franco, por defendê-la, foi elevado à condição de um herói para os paracatuenses.

Apparece á frente dos paracatuenses o vulto do homem de letras, dr. Virgílio de Mello Franco, como um leão, batendo se pelos nossos sagrados direitos. Faz uma brilhante exposição á luz da historia de documentos incontestáveis, tanto na imprensa periodica como no seio do Congresso Nacional, provando o nosso direito pleno sobre a margem esquerda do São Marcos.¹⁵⁵

Portanto, a obra *Memória Histórica de Paracatu* de Olympio Michael Gonzaga atende a duas fortes demandas de seu tempo. Por um lado, a de lançar os fundamentos da memória que constituirá os alicerces da identidade do povo da cidade, de forma que engrandecê-la seria enaltecer os homens do seu presente. Por outro lado, sua obra também contribuía para ajudar a sepultar de vez (pelo menos em seu modo de ver), concedendo provas irrefutáveis ao problema que ainda envolvia a questão litigiosa entre os estados de Minas e Goiás. Vejamos agora as marcas do tempo e do lugar social na obra de outro autor que ajudam a construir algumas das memórias do noroeste.

Afonso Arinos publica em 1955 o livro *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* que conta a história de sua família desde sua origem (com a chegada do primeiro Melo Franco no Brasil e sua instalação em Paracatu) até culminar com a vida de serviços prestados por seu pai (Afrânio de Melo Franco) ao país. Dois fatos (um localizado dentro da própria obra e outro dado pelo contexto político da época) podem nos ajudar a compreender o sentido da escrita dessa memória.

Na introdução da obra, Afonso Arinos explica onde e quando teve a ideia de escrever um livro sobre seu pai. Ele conta que “*desde muito moço, em Genebra, veio-me a idéia de escrever a vida de meu pai. A lembrança, naturalmente, ocorrera com a primeira leitura, muito incompleta que então fiz, do Estadista do Império de Joaquim*

¹⁵⁵ Idem.

*Nabuco*¹⁵⁶. A princípio, portanto, a ideia decorreu de uma leitura descompromissada que havia feito da obra de Joaquim Nabuco. Não estava nada estabelecido ainda. Não havia estrutura e objetivos claros para a narrativa. Segundo ele, “*eram aspirações vagas, sugestões indecisas, que desabrochavam num rapaz de vinte anos, mais ou menos encerrado em casa, entre livros, por motivos de saúde*”.¹⁵⁷

Entretanto, com o passar dos anos, Afonso Arinos afirma ter amadurecido a ideia de escrever um livro que, para além da importância para a própria memória de Afrânio de Melo Franco, seria de grande valia para *outros*.

Começaram a se precisar, então, os contornos indefinidos dos planos de Genebra, bem como foi se configurando a importância objetiva de tal livro, pôsto de lado qualquer presumível interesse sentimental. Passei a conjeturar que êle talvez valesse por si mesmo e para os outros, e não apenas para mim e para a memória de Afrânio de Melo Franco.¹⁵⁸

Há algo nessa sua fala que não podemos concordar. A relação com o seu pai era, segundo ele mesmo afirma, muito boa. Seu pai ia à sua casa com bastante constância (“*conversávamos, às vezes, os dois, até horas tardias*”)¹⁵⁹ e, além disso, conforme se percebe ao longo do livro, Afonso Arinos o admirava. Assim, nessas circunstâncias, colocar todo *interesse sentimental* de lado, na produção dessa obra seria impossível. Ainda mais quando, já decidido a escrever o livro, começa a tentar levantar as informações de que precisava através dessas conversas informais, mas sem dizê-lo ao seu pai, pois “*temia constrangê-lo, torná-lo uma espécie de modelo vivo diante do pintor, prejudicar, quem sabe, a naturalidade recíproca de nossas relações que, sobretudo no fim da vida, eram extremamente estreitas*”.¹⁶⁰

Mesmo assim, um amigo de ambos, que Afonso Arinos não revela o nome, que sabia do “projeto de Genebra”, contou a Afrânio de Melo Franco das pretensões do filho. Mesmo depois de saber do projeto, de registro de suas memórias, Afrânio continuou mantendo suas conversas como de costume, sem que o filho desconfiasse de

¹⁵⁶ FRANCO, 1955, p. XVIII.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Ibidem, p. XIX.

¹⁶⁰ Idem.

que seus planos já haviam sido revelados. Isso somente aconteceu depois da morte de seu pai, quando “*o amigo que lhe tinha revelado meus planos contou-me que o havia feito*”.¹⁶¹ Logo em seguida a essa revelação, Afonso Arinos deixa claro o peso do sentimento que estaria em jogo na elaboração da obra que faria sobre a memória de seu pai: “*Foi então que o compromisso por mim assumido tornou-se, como disse, irretratável*”.¹⁶²

Neste sentido, estamos diante de um livro que será produzido sob o peso da responsabilidade de se perpetuar a memória de uma família e de um pai, Afrânio de Melo Franco. Esse aspecto subjetivo da obra é assumido pelo próprio Afonso Arinos mais adiante, quando explica seu sentido.

[O livro é] parcial nos dois sentidos: tende à valorização do personagem e aprecia, em função dêle, apenas uma parte da época estudada. Mas haverá biografia imparcial? Esta idéia, em si mesma, me parece absurda... Reconheço que, dentro da parcialidade inerente ao gênero biográfico, há gradações, e mais parcial será o livro escrito sôbre um conhecido, sôbre um amigo, especialmente sôbre um pai.¹⁶³

Afonso Arinos escreve sob o peso da responsabilidade que lhe caiu sobre os ombros logo após a morte de seu pai. Ele toma para si a tarefa de explicar, através de uma obra biográfica, as origens de uma família que sabia, como costumava afirmar, conviver em ambientes de cultura tão díspares, dos mais requintados aos mais simples do interior. A obra é escrita, em grande medida, com esse fim. Sendo assim, buscará no passado do século XVIII em Paracatu as raízes dessa característica tão própria de sua família.

Ao começar a narrar a história da chegada do primeiro Melo Franco no Brasil, ele destaca que “*João de Melo Franco, o fundador da família no Brasil, fixou-se em Paracatu no tempo da prosperidade da mineração*”.¹⁶⁴ Vemos uma necessidade de destacar e vincular as origens de sua família ao tempo da prosperidade que acometia a cidade por ocasião da descoberta do ouro no século XVIII. Ele se remete ao passado de

¹⁶¹ Ibidem, p. XX.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Ibidem, p. XXVI.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 24.

forma a toma-lo como um lugar de definição de um sentido original, como afirma Manoel Luiz Salgado Guimarães, como razão explicativa da própria existência do presente.

[Uma determinada cultura histórica] atrela, inevitavelmente passado, presente e futuro, remetendo-nos para o passado como lugar por excelência de definição de um sentido original, razão explicativa da própria existência do presente. Por este procedimento que veio a se consagrar após longa e acirrada disputa pela significação do passado, o presente estaria de certa maneira contido no passado de forma prefigurada.¹⁶⁵

No passado de prosperidade do arraial já estaria prefigurado, neste caso, toda a bem sucedida história da família que naquele momento se constituía no referido lugar. Ali, em meio àquele ambiente, João de Melo Franco além de ter feito riqueza, seja através de suas atividades com a mineração ou com a criação de gado, também teria se tornado uma personalidade de grande estima e reconhecimento absoluto por parte de todos os habitantes da cidade. Afonso Arinos descreve essa característica do primeiro Melo Franco da seguinte maneira:

Em Paracatu, na mineração e na criação de gado, João de Melo Franco enriqueceu. Tornou-se uma das personalidades da sua zona. Tão estimado era no arraial que, segundo contam, andava nas ruas acompanhado por um escravo que levava, sobre uma almofada, o chapéu do amo. Assim êste, simbolicamente, cumprimentava a todos os passantes, sem necessidade de estar retirando, a todo instante, o outro chapéu que trazia na cabeça...¹⁶⁶

O presente prefigurado no passado, que nos informa Manoel Sagado, fica ainda mais nítido quando Afonso Arinos explica as características das pessoas de sua família associando-as às especificidades da formação do arraial de Paracatu. A memória historiográfica consagrou o arraial como sendo resultado, inicialmente, do povoamento dos criadores de gado e, posteriormente, ter se desenvolvido através da exploração do

¹⁶⁵ GUIMARÃES, 2003, p. 11.

¹⁶⁶ FRANCO, 1955, p. 26

ouro. Paracatu seria o resultado desse encontro.¹⁶⁷ Sendo assim, o autor toma essa particularidade do arraial, construindo uma imagem de um ambiente que “*se mostrava propício ao aparecimento e predomínio de fortes personalidades, tal como se dera alguns lustros antes em Sabará, Pitangui ou no rio das Mortes*”,¹⁶⁸ para explicar as características de sua família.

Na fase provincial, estudarei a formação do núcleo social em que se aprofundam as raízes coloniais da sua gente, núcleo que se singulariza pela participação simultânea na democrática civilização do couro, e na patriarcal e semi-aristocrática civilização do ouro. O que deu em resultado a criação destes tipos de homens ao mesmo tempo simples e requintados, próximos do povo como os que mais o forem, mas sentindo-se a vontade nos grandes ambientes de cultura. Tipos humanos, mineiros e brasileiros, de que Afrânio de Melo Franco e seu irmão Afonso Arinos foram os mais característicos representantes.¹⁶⁹

Além dessa narrativa, Afonso Arinos também constrói a memória de sua família vinculando-a ao bandeirante Felisberto Caldeira Brant, um dos pioneiros na exploração do ouro em Paracatu. E, mais uma vez, veremos o silenciamento da memória do bandeirante José Rodrigues Fróis (só que por outros motivos que não aqueles apontados pela narrativa de Olympio Gonzaga). Como vimos, este autor trata dessa questão com uma riqueza de detalhes (discutíveis) que impressionam, mas, mesmo assim, não há consideração a José Rodrigues Fróis que foi quem anunciou a descoberta do ouro em Paracatu à Coroa e que figura entre os personagens importantes naquele processo histórico. O silenciamento sobre sua memória na obra de Afonso Arinos foi total (simplesmente seu nome não é citado) e ocorreu, a meu ver, para enaltecer ainda mais a família Melo Franco. E para que não reste dúvidas sobre a intencionalidade desse silenciamento, basta dizer que Afonso Arinos consultou a obra de Olympio Gonzaga para escrever essa parte da história ligada a descoberta do ouro em Paracatu por esses

¹⁶⁷ Esse tema será desenvolvido mais à frente.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 16.

¹⁶⁹ Ibidem, p. XV.

dois bandeirantes.¹⁷⁰ Portanto, sabia da existência das duas bandeiras e do contato pioneiro de Fróis com a Coroa.

Como afirmei, Afonso Arinos vincula os Melo Franco à Caldeira Brant: “*E entre os povoadores de Paracatu merece destaque o futuro intendente dos Diamantes, Felisberto Caldeira Brant, ligado aos Melo Franco, como se verá.*”¹⁷¹ Por isso, ao silenciar a memória de José Rodrigues Fróis, atribui ao Felisberto Caldeira Brant toda responsabilidade sobre as descobertas e a glória resultante da conseqüente *prosperidade* do lugar. Isso é o exemplo maior daquilo que afirmou Pierre Nora e já foi comentado anteriormente: “*Quanto mais grandiosas fossem as origens tanto mais elas nos tornariam maiores. Somos nós que somos venerados através do passado*”.¹⁷² Assim, Afonso Arinos constrói a memória de Paracatu, submetendo-a às demandas da memória de sua própria família. De forma que...

Passamos a ser o resultado das ações dos homens que não conhecemos e que viveram muito antes de nós, mas que, não obstante, “causaram” este presente em que vivemos. Nossos destinos parecem inexoravelmente marcados pelo passado assim como o das gerações o serão pelo nosso presente, tornado, então, ele mesmo, passado.¹⁷³

Creio existir também outra demanda que não foi imposta somente pelas necessidades de uma memória familiar, mas uma necessidade de afirmação da memória política da família diante de circunstâncias dadas pelo cenário político nacional.

Afonso Arinos, além de promotor, professor e escritor, foi político.¹⁷⁴ Antes mesmo de seguir esta carreira, envolveu-se nesta área sendo um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, carta aberta à população brasileira, cujos signatários pediam a restauração da democracia e o fim do Estado Novo. Começou a carreira em 1947 quando foi eleito deputado federal por Minas Gerais em três legislaturas sucessivas

¹⁷⁰ Ibidem, p. 13. Nesta página encontra-se a primeira nota inserida na obra de Afonso Arinos em que ele faz menção à obra de Olympio Gonzaga *Memória Histórica de Paracatu*.

¹⁷¹ Ibidem, p. 16.

¹⁷² NORA, Pierre apud GUIMARÃES, 2003, p. 14.

¹⁷³ GUIMARÃES, 2003, p. 15-16.

¹⁷⁴ Seus dados biográficos podem ser encontrados no sítio da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=26&sid=257>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

(1947-1958). Foi líder da União Democrática Nacional (UDN) até 1956. E seu discurso mais conhecido talvez seja aquele do dia 09 de agosto de 1954 em que pedia a renúncia de Getúlio Vargas (que veio a suicidar-se quinze dias depois). O período em que Afonso Arinos escreve as memórias de seu pai é um momento de intenso debate político. O populismo getulista havia, durante o Estado Novo, usado de forte censura e perseguição política à oposição. Mais tarde, a corrente udenista, liderada por Carlos Lacerda, havia tomado para si o papel de oposição política ao projeto populista de Getúlio Vargas e de todos os governos que foram eleitos dentro daquele programa.¹⁷⁵

Diante desse intenso debate, um livro de memórias sobre a família Melo Franco também serviria para legitimar o papel político da família na construção de um país melhor. De forma que Afrânio de Melo Franco representa esse personagem, no qual “*sua ação, sempre voltada para o mesmo rumo, que era o serviço do Brasil, já repercutia, então, nas vozes do mundo*”.¹⁷⁶ Dentro de um quadro de intensa confrontação política em que Afonso Arinos se colocava (contra aqueles que se encontravam na situação), seria interessante endossar, através da construção historiográfica, a lista de serviços que a família prestava ao bem do país. Essa, portanto, foi uma segunda forte demanda do tempo sobre a escrita elaborada por Afonso Arinos que inclui a construção de parte da história de Paracatu no século XVIII.

Passo agora, a discorrer e refletir sobre as várias demandas que envolvem a produção historiográfica do autor que mais publicou livros sobre a história da cidade: Oliveira Mello, nascido em Paracatu, em 22 de abril do ano de 1937. O autor permaneceu na cidade até concluir a primeira fase de seus estudos e, mais tarde, seguiu para São Paulo para se matricular no Seminário do Carmo de Itu. Depois da passagem pelo Rio de Janeiro e Patos de Minas, retorna à Paracatu em 1964 para lecionar na Escola Antônio Carlos.¹⁷⁷ É neste momento que Mello publica o seu primeiro livro sobre a história de Paracatu, *Paracatu Perante a História* (antes disso já havia publicado em 1961 *Afonso Arinos e o Sertão*). Daí seguiu dezenas de outros títulos que tinham como objeto a história, a memória, as gentes, a cultura, a religião, os patrimônios da cidade.

¹⁷⁵ Sobre esse momento político do Brasil, conferir capítulo XXIX (Tentação militares e outras tentações) da obra de PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, p. 332-344.

¹⁷⁶ FRANCO, 1955, p. XVII.

¹⁷⁷ Seus dados biográficos estão em *As Minas Reveladas* (2002).

Sobre quais circunstâncias e sobre qual contexto escreve Oliveira Mello? Qual o *lugar social* a que pertence na cidade? Nesta época Paracatu sofre a influência direta da construção da capital Brasília, inaugurada em 1960. Como professor e jornalista, Mello escreve sob o peso de uma época em que a Paracatu de traços arquitetônicos coloniais, passou a ser vista por alguns segmentos sociais da cidade como se tivesse sido atropelada pelo modernismo da capital que acabara de ser inaugurada. O resultado de tudo isso pode ser conferido nas próprias palavras do escritor:

Paracatu perdeu muito de seu aspecto urbanístico. Uma descabida demolição. E, ainda pior, a derrubada de suas igrejas, de seus sobrados, de suas casas, o desmancho de suas praças, a extinção de seus becos e a retaliação de suas vias urbanas [...] Na década de 1960, aconteceu a maior derrubada do velho. Uma pressa descabida para adquirir uma feição do novo, que na realidade não veio. Os becos, em sua maioria, quando não destruídos, foram fechados. Não houve nenhum projeto urbanístico para não descaracterizar a fisionomia da cidade.¹⁷⁸

As demolições estavam a todo vapor e o debate sobre a preservação da cidade também, tanto dentro quanto fora dela (através de estudos feitos pelo Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional - SPHAN). Internamente, os jornais publicavam textos que expunham aquele estado de coisas, tal qual podemos ver nesse posicionamento do autor que somente assina pelas suas iniciais, K. D., publicado pelo jornal *A Tribuna de Paracatu* (em que Mello também colaborava) no dia 20 de novembro de 1960:

...porque o prefeito está abandonando tanto esta parte velha e encantadora desta cidade, quando devia ser justamente o contrário, pois o que Paracatu tem de mais original e curioso está exatamente nas tradicionais construções que hoje já não se repetem e que atestam pitorescamente uma época de nossa história. Administração dinâmica e atualizada é aquela que sabe introduzir o novo e o moderno e conservar o antigo de maneira nova, isto é, dentro de um planejamento bem estruturado, obedecendo as boas técnicas de urbanização, conservando, é claro, alguns erros oriundos do passado, na impossibilidade

¹⁷⁸ MELLO, 2002, p. 130-131.

de transformá-los de repente, mas evitando criá-los no presente para evitar dificuldades no futuro.¹⁷⁹

As demolições seguem em ritmo tão acelerado que esse fato desperta preocupação entre os membros do SPHAN, que por sua vez, decidem proceder ao tombamento das duas igrejas mais antigas da cidade, símbolos da arquitetura do século XVIII, representantes do jesuítico setecentista. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres erigida em 1744 e a Igreja de Santo Antônio construída em 1746.

No documento técnico que justifica o processo de tombamento, Edgar Jacintho da Silva visita Paracatu entre os dias 5 e 6 de junho de 1961. Em seu documento, ressalta o impacto que a Rodovia BR 3 (hoje conhecida como BR-040, construída para ligar Brasília ao Rio de Janeiro) estava provocando na cidade. Segundo seu laudo, a rodovia era, de certa forma, responsável pelo *ímpeto de renovação desorientada* que a cidade experimentava naquele momento. Para ele, em *curto espaço de tempo* ela provocaria *a destruição de toda a fisionomia urbana setecentista* da cidade.

No ensejo de nossa estada em Paracatú, a 5 e 6 do corrente, verificamos a oportunidade e conveniência do tombamento da igreja Matriz de Santo Antônio... que constitui exemplar significativo de transição da área mineira para a arquitetura religiosa que floresceu nos sertões goianos. [...] A oportunidade, como dissemos, decorre do impacto econômico que a região, e mais ainda a velha cidade, vêm experimentando com a passagem da rodovia BR 3, de cujo ímpeto de renovação desorientada, resultará em curto espaço de tempo, a destruição de toda a fisionomia urbana setecentista deste centro irradiador da cultura do centro-oeste brasileiro.¹⁸⁰

Como resultado desse processo, o SPHAN efetua o tombamento das duas igrejas um ano depois, em 1962, estabelecendo um perímetro de proteção significativo para o entorno das edificações numa indicação clara de que com isso, estariam de alguma maneira, colaborando com a preservação daquilo que ainda restava em meio a todo aquele processo de descaracterização da fisionomia urbana setecentista da cidade.

¹⁷⁹ Apud MELLO, 2002, p. 131-132.

¹⁸⁰ BRASIL. Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Processo 636-T-61, D.P.H.A.N/D.E.T, Seção de História. Carta de Edgar Jacinto da Silva (Chefe do Serviço de Obras da DCR) de 23 de junho de 1961.

O que assistimos aqui é um processo que podemos chamar de *patrimonialização* de determinadas áreas e bens materiais da cidade (com o seu tombamento federal e anuência do poder Municipal), cujo tombamento desses elementos (da cidade que se transforma) extrapola a questão do bem material edificado.

Observamos as ações dos escritores, jornalistas e agentes sociais na construção de narrativas que trazem a existência desses elementos para a cena urbana. A posição de Oliveira Mello na constituição desses patrimônios da cidade é singular. E afirmamos isso porque, neste caso, também entendemos o patrimônio como um gênero de discurso, uma vez que “*os objetos que identificamos e preservamos como ‘patrimônio cultural’ (...) não existem como tais senão a partir do momento em que assim os classificamos em nossos discursos*”¹⁸¹. Por isso, ele pode ser percebido “*como esse esforço constante de resguardar o passado no futuro*”¹⁸², posição semelhante defendida pelo historiador François Hartog, quando afirma que:

o patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. (...) a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise.¹⁸³

Essa preocupação com as consequências da construção de Brasília sobre Paracatu, com a destruição do seu centro histórico, com a “perda” de sua memória, vai influenciar profundamente as obras de Oliveira Mello. Ele toma para si uma forte demanda de seu tempo, a preservação do patrimônio cultural (seja ele material ou imaterial) da cidade. Em todos os seus livros, essa preocupação é expressa de maneira muito clara em cada uma de suas palavras.

¹⁸¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 111.

¹⁸² FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*. Maringá, UEM, v. 10, n. 3, 2006, p. 79.

¹⁸³ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, jul/dez, 2006, p. 272.

Em *Paracatu Perante a História*, obra de 1964, ele ressalta que a cidade havia sido *redescoberta no alvorecer de Brasília*. Isso é muito comum em seus escritos. Apesar de ressaltar os problemas decorrentes da construção da capital no Planalto Central para Paracatu, ela teria sido responsável por retirá-la do *isolamento* em que estava vivendo por séculos. Tratarei disso mais adiante, mas, por ora, ressalto também a disposição de Mello em pedir para que seu livro seja tomado pelos paracatuenses como uma *cartilha de luta* e também como um *registro de sacrifícios* feito por ele que, naquele instante, procurava fazer algo por sua terra natal.

*Aqui se encontra, neste trabalho, a minha colaboração, de filho ausente, para com a terra redescoberta neste alvorecer de Brasília. Recebam-no todos os paracatuenses, como uma cartilha de luta e um registro de sacrifícios de alguém que procura fazer algo pelo seu torrão natal.*¹⁸⁴

Em 1978 ele publica *Paracatu do Príncipe: Minha Terra*. Neste livro, na apresentação da obra ele expressa um maior lamento pela perda do *caráter original* da cidade e reforça novamente, agora usando do recurso pronominal da primeira pessoa do plural (*nós*), a responsabilidade de *amar e conservar* tudo aquilo que remetia ao passado da cidade. E ainda destaca que ao fazê-lo, estariam contribuindo para a conservação da memória nacional (constituída do conjunto de memórias locais).

Paracatu, infelizmente, já perdeu muito de seu caráter original. Acabaram com os seus becos, com as suas igrejas, com os seus chafarizes, com as suas praças típicas, com os seus cruzeiros, com os seus trabalhos de arte, com a maioria de seus prédios. Alguns mais ricos, outros mais pobres, no entanto, todos repletos de histórias e acontecimentos. Nós **precisamos amar essas coisas e conservá-las**. Pois, conservando-as, estamos preservando a própria memória nacional. (Ela é constituída do conjunto de memórias locais). [...] Apesar de Paracatu ter **perdido muito de sua característica (principalmente nestas duas últimas décadas)**, ter muito de seu patrimônio artístico e cultural vilipendiado, ainda nos resta alguma coisa.

¹⁸⁴ MELLO, Antônio de Oliveira. *Paracatu Perante a História*. Patos de Minas: Editôra Folha Diocesana, 1964, p. 7.

É o instante de suas autoridades e de todo o seu povo se reunir a fim de preservar o pouco que ainda há.¹⁸⁵

Para ele, era necessário ter a consciência da preservação da memória local, mas isso somente seria gerado a partir do conhecimento da própria história do povo, de suas origens, do desenvolvimento histórico e cultural da própria terra. Sendo assim, chamava para si a responsabilidade de proporcionar essa consciência a partir de seu livro que naquele momento estava sendo publicado: “ *julgamos necessário a elaboração de um compêndio acessível sobre a nossa terra onde, diariamente, possamos embeber-nos de seus faustos, de suas decadências, de seu ressurgimento... Foi desta forma pensando que escrevi este livro...*”.¹⁸⁶

Em 1983 o autor publica *Paracatu do Príncipe: a Imemorial*. Nesta obra, em sua apresentação, Oliveira Mello demonstra ter consciência de seu papel na construção da memória da cidade que, apesar de estar desaparecendo junto com a cidade, estaria sendo recriada em seus livros. Essa seria uma forma dos leitores poderem contemplá-la em suas páginas.

Hoje, após muitos contratempos e dificuldades, conseguimos publicar, para todos verem, o retrato de uma Paracatu diluída no tempo e no espaço, sentindo-a tão longe, longe, cada vez mais longe, mas imaginando-a tão perto. A cidade antiga está desaparecendo, tornando-se um ser abstrato, recriado apenas. Agora, neste recriar da memória local, só a saudade sobre a cidade antiga e podemos contemplá-la encolhida num punhado de páginas.¹⁸⁷

No livro, o autor critica aqueles que, em nome de uma busca por um *falso progresso*, “*desmancharam a grande atração turística daquela parte do Brasil Central*”.¹⁸⁸ Assim, conclui que “*muito pouca coisa restou; mais significativamente, a Catedral de Santo Antônio, a Igreja do Rosário, e algumas poucas casas residenciais.*”¹⁸⁹ Demonstrando, nesse comentário, que o parecer técnico de justificativa

¹⁸⁵ Ibidem, p. 15, grifos meus.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 15-16.

¹⁸⁷ MELLO, 1983, p. 17.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 26.

¹⁸⁹ Idem.

do tombamento das duas igrejas realmente tinha sua procedência, uma vez que seu tombamento e seu perímetro de proteção estabelecido foram responsáveis por manter parte do núcleo histórico da cidade preservado do ímpeto de desmanche que acometeu Paracatu a partir da construção de Brasília.

Em 1990 publica *Memória Cultural* e, novamente, escreve com os olhos postos nas conseqüências trazidas a partir da construção de Brasília. Apesar de toda perda vivida pela cidade no final do século, ele menciona uma *cobrança* que viria de uma nova geração interessada em conhecer sua história e memória para preservá-la. Através de suas narrativas, Mello sempre se coloca no contexto o fato de estar contribuindo com essa demanda.

E nesta arrancada final do século, depois de haver destruído muito a sua paisagem física, desfigurado completamente o aspecto urbanístico da cidade, demolido o testemunho de sua arte, o *Philodramático*, velhos sobrados e casarões diversos, em nome de um falso progresso, há uma cobrança por parte da nova geração. Tornou-se um povo mais devotado ainda para a importância de seu passado, com a evidência de que tem muito a correr atrás do tempo para recuperar o que foi perdido. Agora procura preservar o pouco existente depois de haver colocado abaixo as suas praças com os cruzeiros... O paracatuense de hoje está à volta de meios para preservar a sua história e resguardar os resíduos que mãos inescrupulosas ainda não deitaram terra abaixo.¹⁹⁰

Por ocasião do lançamento do livro *Preservação da Memória* (1993) Oliveira Mello volta ao lugar comum de suas obras: seu dever é preservar a memória local e, assim, livrá-la do esquecimento. Lamenta, como em outras ocasiões, o fato de que governos não tenham ainda percebido essa necessidade, por isso, enquanto não há tais esforços, “*vamos, pouco a pouco, levantando os fatos e os feitos dessa nossa rica região. E, quando temos condições, publicamo-los em livros para a sua permanência, evitando o esquecimento. Assim, realiza-se a preservação da memória regional*”.¹⁹¹

As Minas Reveladas (1994) é a obra síntese de Mello. Ele condensa neste livro as informações de todos aqueles que foram publicados anteriormente acrescentando significativamente mais informações a cada um dos temas nele tratados, de forma que o

¹⁹⁰ MELLO, 1990, p. 21-22.

¹⁹¹ MELLO, 1993, p. 14.

autor tenta cobrir a história da cidade de sua origem em fins do século XVII até o tempo em que ele escreve, na década de 1990. Sendo assim, afirma estar entregando aos paracatuenses uma obra que proporcionaria a cada um deles, a chance de ver a cidade “*de forma global e totalizante, a eternidade plantada para a eterna Paracatu de todos nós*”.¹⁹² Semente esta que ele estaria lançando com a obra, de forma que todos pudessem descobrir em suas páginas, nada mais nada menos que “*a realidade do tempo do paracatuense*” (em nada mais nada menos que) “*em todos os setores de sua vida, do antes de realizar e do depois de revelar a descoberta das minas em 24 de junho de 1744*”.¹⁹³

Nesta obra, mais do que em todas as outras, Oliveira Mello consolida as bases de uma memória que já vinha sendo construída em seus escritos. A importância de Brasília é colocada como marco absoluto para a história da cidade, e isso trazia duas consequências fundamentais: por um lado, como já vimos demonstrando, as transformações urbanas com suas demolições e perda das edificações coloniais. Por outro, Oliveira Mello constrói uma memória de cidade *decadente e isolada* para a Paracatu dos anos anteriores à Brasília.

Na construção dessa memória, Mello elege dois momentos para ele fundamentais para a formação e desenvolvimento da cidade. De um lado, a descoberta do ouro no século XVIII com todas as consequências que teriam sido resultado desse fato e redundado no crescimento e desenvolvimento da cidade até ser elevada à condição de Vila de Paracatu do Príncipe em 20 de outubro de 1798. Por outro lado, a partir do esgotamento das jazidas, a cidade teria entrado em uma decadência profunda somente rompida com a construção de Brasília na segunda metade do século XX. Sob os efeitos de viver nesse momento, Mello ajuda a construir essa memória da Paracatu *isolada e decadente* que se encontra entre esses dois períodos. Em *As Minas Reveladas* ele reforça a construção dessa imagem em várias de suas páginas:

Verdade seja dita, longe de todo bairrismo, o paracatuense, apesar de todo isolamento vivido durante séculos, sempre lutou para a construção. [...] Paracatu foi uma cidade que ficou empacada no espaço durante longa época. Isolada. Sem estradas, sem caminhos mais fáceis para o homem ir em busca

¹⁹² MELLO, 2002, p. 41.

¹⁹³ Idem.

de outros mundos. O paracatuense se viu marcado pelos séculos distantes. [...] Pelo isolamento em que viveu, permaneceu com uma cultura propriamente fechada. Após a fundação de Brasília é que sofreu transformações substanciais. [...] O Paracatuense, apesar do isolamento em que vivia, tardiamente, participava de todos os acontecimentos marcantes do País.¹⁹⁴

O discurso da decadência também foi constante em seus escritos. Os tempos marcados pela abundância da riqueza mineral foram fugazes, mas o tempo de carestia atravessou todo o século XIX até meados do XX.

[Durante a exploração aurífera do século XVIII] a sociedade passava a esbanjar luxo, sem maiores preocupações de produzir, tudo importando, por preços muito elevados. Após, seu nascimento oficial, estava a nova sociedade mineira conhecendo a época de plena prosperidade, no isolado mundo sertanejo do Noroeste de Minas. Mas estava prestes, também, a ter conhecimento da decadência. A escravaria era cara. Os proprietários das lavras já não possuíam dinheiro para comprar novos escravos a fim de substituir os que iam morrendo. Viviam momento de pesar, de angústia. Haja vista as informações dadas pelos viajantes estrangeiros que percorreram o território nas primeiras décadas do século XIX. Aires de Casal chama Paracatu de “vila medíocre e famosa”. Uma antítese, mostrando nesta sintética frase a mesquinhez do presente (no período de 1814) em relação ao fausto do passado. No meio de tudo só restava a fama.¹⁹⁵

Antes de continuar a narrativa, abro aqui um parêntese para explicar rapidamente como Oliveira Mello interpreta fontes de testemunhas oculares, sobretudo os estrangeiros naturalistas que passaram pela cidade durante o século XIX. São eles, em princípio, os responsáveis por darem início à construção dessa imagem de *decadência* para a vila. A prioridade dada aos relatos feitos por testemunhas oculares deu-se pelo fato de que elas, por muito tempo, “*valeram como fontes primárias especialmente confiáveis*”.¹⁹⁶ A confiabilidade decorria, de um lado, do fato de a narrativa ser um discurso elaborado por cientistas (naturalistas) e, por outro, não podemos esquecer, são estrangeiros. Neste caso, está latente o poder do discurso de

¹⁹⁴ Ibidem, p. 40, 43, 247 e 345.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 114-115.

¹⁹⁶ KOSELLECK, Reinhart. Representação, evento e estrutura. In: KOSELLECK, 2006, p. 133-134.

autoridade. O estrangeiro também poderia ser visto como alguém capaz de fazer uma narrativa neutra, “isenta” de subjetividades e, por isso mesmo, verdadeira. Por isso os adjetivos aplicados a eles são tão elogiosos.

Mello afirma que “*a mais antiga e detalhada informação que temos sobre a Vila de Paracatu do Príncipe foi feita pelo meticuloso Saint-Hilaire*”.¹⁹⁷ Quais as qualidades apontadas para os escritos de Saint-Hilaire? É a mais *antiga e detalhada* informação do século XIX que possuímos e feita por alguém *meticuloso*, isto é, cuidadoso, neutro, por fim, comprometido com a verdade. Por esses testemunhos interpretados dessa forma, poder-se-ia sentir as características do povo daquela época e se chegar à conclusão para os motivos daquela completa *decadência*.

Paracatu foi elevada à categoria de Vila num período de completa decadência econômica de Minas Gerais. **Pelos testemunhos dos viajantes estrangeiros, sentia-se a indigência de seu povo.** Não conseguia nem terminar os seus templos, alguns já considerados em ruínas. Até os dias de hoje podemos observar que a Igreja Matriz (atual Catedral) e a Igreja do Rosário, as únicas ainda existente com construção iniciada no século XVIII, e tombadas pelo Patrimônio Histórico Nacional, estão inacabadas.¹⁹⁸

Através desses testemunhos o leitor seria transportado para fora do texto de tal forma que poderia até mesmo *sentir* o tempo passado. São as “*marcas de historicidade*” descritas por Krzysztof Pomian e citadas no texto de Antoine Prost, quando afirma que elas “*preenchem, no texto histórico, uma função específica: elas remetem o leitor para fora do texto, indicando-lhe documentos existentes, disponíveis em determinado lugar, que permitiram a reconstrução do passado.*”¹⁹⁹ São os viajantes estrangeiros, portanto, que deram início à construção dessa memória como sendo um século marcado pela *decadência* e, no caso de Paracatu, também pelo *isolamento*. Mello toma essa narrativa como verdadeira pelos motivos que apontamos acima, além de se referir a esses viajantes como *observadores contumazes* daquela *decadência*.

¹⁹⁷ MELLO, 2002, p. 119.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 125-126, grifo meu.

¹⁹⁹ POMIAN, 1989 apud PROST, 1998, p. 235.

Os viajantes estrangeiros, já nos anos finais do período colonial, no século XIX, como Saint-Hilaire, Pohl e outros, **observadores contumazes, registram a decadência acentuada da Vila**, após uma vida de fausto e nababo dos senhores que não se firmaram em fortunas sólidas, bem como depois de um desenvolvimento rapidíssimo. **Nunca é demais lembrar o epíteto de Aires de Casal, denominando Paracatu de “Vila medíocre e famosa”**. Era, por assim dizer, o momento da nostalgia de seu **esplendor do passado, diante da decadência do presente**. De fato, sente-se ainda essa nostalgia dentro do paracatuense, a razão de seu saudosismo, de sua vida em torno das glórias do passado.²⁰⁰

Quanto mais se reforçava a construção dessa memória de cidade decadente maior seria, para a região, o impacto causado pela construção de Brasília. Ela seria a responsável pelo *ressurgimento* de Paracatu. De forma que, na construção dessa memória, teríamos dois séculos de glória na história da cidade, o século XVIII e o XX, e um *período do meio* marcado pela *decadência*. As memórias do século XIX, apesar de presentes nas obras de Oliveira Mello, não recebem o mesmo tratamento dado aos dois séculos mencionados. Estes serão aproximados, vinculados, associados e identificados pela imagem do bandeirantismo.

Até então Paracatu era uma espécie de oásis dentro do sertão mineiro. Uma **testemunha silenciosa de séculos áureos perdido** dentro da “extensa campina”. Paracatu foi criada sozinha num canto do sertão. E ela embalou uma vida de progresso financeiro, político e intelectual para depois... cair no saudosismo. Pois o fruto da ambição, uma vez maduro, tende a cair por terra. E Paracatu nasceu da ambição dos homens... nasceu sob a sombra do ouro para crescer na vida intelectual que haveria de imortalizar. Pois se fosse apenas o ouro, Paracatu já haveria caído no esquecimento total... E com a **vinda de Brasília, Paracatu ressurgiu**. Criou vida. Era a chegada dos novos bandeirantes. Dos **bandeirantes do século XX**. E não encontramos mais a Paracatu sonolenta. **Brasília fez com que ela acordasse**. E denominaram-na até de “Trampolim de Brasília” e “Cartão de visita de Brasília”.²⁰¹

Existe outra questão a ser colocada ainda dentro dessa mesma reflexão, em relação à construção da memória do aniversário da cidade. Conforme já vimos, Paracatu surge como arraial em fins do século XVII. Será chamada de Arraial de São Luiz e

²⁰⁰ MELLO, 2002, p. 248, grifos meus.

²⁰¹ MELLO, 1979, p. 40, grifos meus.

Sant' Anna das Minas do Paracatu. O ouro começa a ser explorado extraoficialmente na década de 1730 e, em 1798, o arraial é elevado à condição de Vila de Paracatu do Príncipe. Somente no próximo século (XIX) a vila se tornará cidade, especificamente no ano de 1840.

As comemorações do aniversário de Paracatu tiveram início em 1964 (após a construção de Brasília) em meio a todas aquelas modificações de seu espaço urbano: a retirada das antigas pedras que calçavam as ruas, as demolições das edificações antigas (coloniais), a construção de novas edificações de estilo modernista e a inserção de *modernos* paralelepípedos com abertura de novas vias públicas. Em meio a esse ambiente de fortes mudanças foi criada essa tradição de se promover desfiles cívicos e apresentações culturais feitas pelas escolas e outras entidades em comemoração à data de 20 de outubro de 1798, tomada como referência para o aniversário. Apesar de ter sido criado por iniciativa do Lions Clube de Paracatu, a Prefeitura logo se apropriou dele, transformando-o em uma atividade de seu calendário de eventos municipais.²⁰² Sobre o evento, Mello afirma:

O paracatuense tem consciência de sua riqueza histórica e dela se orgulha. Por isso mesmo, sentiu a necessidade de criar uma festa em que se comemorasse a data de aniversário da cidade, divulgando a cultura local, incentivando e valorizando a arte, dando ao povo a oportunidade de melhor conhecer a sua história, o seu folclore, através de quadros vivos.²⁰³

Portanto, estamos diante de uma invenção de uma tradição.²⁰⁴ Segundo Gérard Lenclud, citando Pouillon, a tradição não é o produto do passado, mas “*um ‘ponto de vista’ que os homens do presente desenvolvem sobre o que os precedeu, uma interpretação do passado conduzida em função de critérios rigorosamente contemporâneos.*”²⁰⁵ Para Walter Benjamin, a tradição é um saber que circula pelos

²⁰² Ibidem, p. 82.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ A invenção dessa tradição em 1964 pelo Lions Clube talvez também esteja relacionado com a campanha cívica de combate aos comunistas intensificada no Brasil a partir dessa data, através do golpe militar. Entretanto, ainda necessitamos de um estudo específico sobre essa questão.

²⁰⁵ LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. In: *história, história: Revista do programa de pós-graduação em história - UnB*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013, p.157.

grupos sociais, transmitida oralmente, por gestos, imagens, compondo várias camadas de sentido que cabe ao historiador pesquisar. Para ele, segundo Gagnebin, a lembrança do indivíduo que cria a coincidência do passado com o presente “*opera uma espécie de condensação que permita ao presente reencontrar, reativar um aspecto perdido do passado, e retomar, por assim dizer, o fio de uma história inacabada, para tecer-lhe a continuação*”.²⁰⁶

Nesse sentido, a tradição não é vista aqui como um fenômeno estático, mas dinâmico, ela mesma inventada segundo os interesses e lutas de grupos sociais no tempo presente, sobretudo em tempos de transformações e mudanças, conforme apontado por Eric Hobsbawm:

Provavelmente, não há lugar nem tempo investigados pelos historiadores onde não haja ocorrido a ‘invenção’ de tradições neste sentido. Contudo, espera-se que ela ocorra com mais frequência: quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com os seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade, ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas, tanto do lado da demanda quanto da oferta.”²⁰⁷

Sendo assim, falo aqui de uma tradição que foi construída por determinados grupos sociais que propositadamente elenca elementos que associam seu passado recente às características mencionadas no texto. Uma fotografia do aniversário da cidade ilustra a página do livro em que Oliveira Mello explica a origem das comemorações. Conforme vemos abaixo, o evento retoma os temas relacionados à Paracatu do século XVIII, como a exploração do ouro e a escravidão, uma interpretação do passado conduzida por critérios do presente que almejavam associar a Paracatu da segunda metade do século XX com a Paracatu do XVIII.

²⁰⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 71.

²⁰⁷ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p.12-13.



(FIGURA 4: Representação de motivos históricos do Município em sua data aniversária).²⁰⁸

Voltando à questão que nos trouxe até aqui, o aniversário da cidade deveria, em uma época de intensas transformações urbanas, remeter o paracatuense às suas “origens”, relacionando seu passado a uma época (século XVIII, 1798) que experimentava igualmente uma intensidade de transformações tal qual se vivia no presente (1960 em diante). A construção dessa memória através da invenção dessa tradição tomava o passado como lugar de referência para o presente e, mais do que isso, construía a imagem de um presente que cumpria a função de dar continuidade ao período de glória vivido pela cidade no século XVIII, mas interrompido no final dele pelo declínio da produção aurífera. Os governos municipais, através de seus prefeitos, almejaram, portanto, trazer de volta, nos dois sentidos do termo, o período de ouro da cidade.

²⁰⁸ MELLO, 1979, p. 82. O autor da fotografia não é identificado no livro.

Sendo assim, não somente Brasília, por si só, seria a responsável por aquele tempo de mudanças e transformações que colocavam a cidade no tempo da modernidade. Os prefeitos também se colocavam como os promotores do progresso, (claro, sem desprezar seu passado). Selecionei quatro obras de Oliveira Mello que receberam o patrocínio da administração municipal para serem publicadas. Em cada uma delas, as palavras dos prefeitos reforçam a construção dessa memória que elege o século XVIII como ponto de referência para o seu presente e suas administrações como promotoras de um novo tempo para a cidade. Entendo que apesar de assinarem os textos, alguns desses prefeitos podem não ter sido os autores de seus conteúdos, mas levamos em consideração que os textos foram produzidos dentro de uma proposta de gestão que considera um horizonte de expectativas que lhes é comum.

Em *Paracatu do Príncipe: Minha Terra* (1979), o prefeito Almir Alaor Neiva que ocupou a prefeitura em duas gestões (1963 a 1967 e 1977 a 1982) utiliza-se da ocasião em que se comemorava o 180º aniversário da cidade para publicar o referido livro. Em sua narrativa, ele reforça a imagem da cidade isolada, mas que nunca deixou de lutar pelo “Progresso” (assim mesmo, com o “P” maiúsculo) e de buscar seu *destino consagrador*. Ele fala de uma tradição que permanece, mas que “*a cada dia se renova*”.

Feliz daquele que vive numa Terra **rica de tradições**... Da Vila – **Prisioneira das Distâncias** – da “Velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista”, das **lutas incessantes em busca do Progresso**, que sacia a ânsia dos homens, mas que não consegue apagar os vestígios da cultura e saber, segue nossa querida terra em **busca do seu destino consagrador**... Suas ruas tortuosas, seus becos bucólicos, suas igrejas imponentes, sua fidalguia natural, dão à nossa cidade aspectos variáveis de **rara beleza colonial**... Admirar seu conteúdo, mirar no seu exemplo, acalenta e enobrece seus filhos. Neste ano, em que se comemora o 180º aniversário da Cidade, visando presentear nossos conterrâneos e, principalmente esta juventude estudiosa, entramos em contato com o ilustre escritor paracatuense Oliveira Mello, uma das personalidades de destaque da cultura do nosso Estado, visando a edição de um livro que mostrasse à nossa gente e, antes de tudo, aos novos paracatuenses, os caminhos percorridos, caminhos esses que engrandecem a história de Minas e do Brasil, continuando assim viva a TRADIÇÃO QUE A CADA DIA SE RENOVA.²⁰⁹

²⁰⁹ NEIVA, Almir Alaor. In: MELLO, 1979, p. 13, grifos meus em negrito, grifo do autor ao final do texto, em caixa alta.

As referências que devem ser objeto de exemplo às novas gerações, apontadas na narrativa do prefeito, são aquelas relacionadas ao século XVIII (com suas *ruas tortuosas, becos bucólicos, igrejas imponentes, a beleza colonial que é rara*). Mas, as menções ao século XIX são sempre acompanhadas de expressões associadas a ideia de superação: *luta, busca do progresso, busca do destino consagrador*. Enfim, estão aí aquelas referências que compõe a base da construção da memória de Paracatu dada pela historiografia nessa segunda metade do século XX: o século XVIII como exemplo a ser seguido, o XIX como época a ser superada (ou apagada e esquecida) e o tempo presente (segunda metade do XX) como época de retomada dos valores e progressos perdidos no final do século XVIII.

Em *Paracatu do Príncipe: a Imemorial* (1983) o então prefeito Diogo Soares Rodrigues (que ocupou a prefeitura em duas gestões, uma entre 1971 e 1973 e a outra entre 1983 e 1988) também toma a data de 1798 como referência para a criação do Município. Nela, ele lamenta uma Paracatu que *deixou de existir*, mas toma para si, na impossibilidade de *reconstruí-la*, a responsabilidade de dar aos paracatuenses a possibilidade de *contemplá-la* através daquele livro. E, claro, ao final, endossa o fato de que os paracatuenses viviam naquele momento, em uma *cidade transformada*.

Paracatu do Príncipe: a Imemorial é publicado quando transcorre o 185º aniversário da criação do Município de Paracatu. Quis uma publicação artística sobre **a cidade que deixou de existir**. Infelizmente **não posso reconstruí-la**, mas, nem por isso, quero privar a juventude paracatuense de contemplar uma Paracatu de que tanto já ouviram falar. Tristemente, pouco nos resta da memória local. É meu anseio que a juventude, com esta publicação **se desperte para o pouco existente do nosso passado**. E com esse despertar, **ame-o e preserve-o**, a todo custo, para aqueles que vierem depois de nós. Por outro lado, revive na memória daqueles que na Paracatu deste álbum e, agora, **vivem numa cidade transformada**.²¹⁰

Na primeira edição de *As Minas Reveladas* (1994) o prefeito Manoel Borges de Oliveira (gestão de 1993 a 1996) exalta a cultura secular da cidade de Paracatu, mencionando o barroco, o gado, o ouro, enfim, até *desaguar na contemporaneidade com o advento de Brasília*. Será Brasília a responsável, neste caso, por quebrar as

²¹⁰ RODRIGUES, Diogo Soares. In: MELLO, 1983, p. 6, grifos meus.

amarras das distâncias que acometiam a cidade no seu *isolamento*. Ele encerra sua escrita colocando sua administração como aquela que tinha a responsabilidade de cuidar de todas as esferas públicas (seja a cultura, saúde, educação ou economia) de forma a garantir-lhe um *desenvolvimento harmonioso em todos os seus estratos*.

Cada país, cada cidade, cada comunidade tem sua cultura própria, seu modo de ser, sua história. Paracatu tem uma cultura de mais de dois séculos, sedimentada no sertão dos buritizais, das veredas. A arte barroca paracatuense não é a mesma de Ouro Preto, Diamantina, Congonhas, Tiradentes etc. Tem uma força telúrica e a leveza dos horizontes quebrados pelas ondulações dos morros que circundam a cidade. Além do barroco, aqui vicejou uma cultura diversificada. **Passou pela cultura do ouro** ou da mineração, **do couro** ou do gado, **para desaguar na contemporaneidade com o advento de Brasília. As marras das distâncias são quebradas. A cidade se moderniza. Sua economia se revitaliza com a retomada da mineração do ouro incrustado no seio dos morros.** A pecuária e a agricultura ganham campo. Os meios de comunicação nos despejam uma cultura de massa. As distâncias se tornam curtas. **A cidade se modifica. Onde aquela Paracatu de ontem? Onde os nossos homens que plantaram esta cidade nestas terras de Paracatu? Onde estão os seus continuadores?** É tudo isso que trazemos aos leitores neste livro *As Minas Reveladas* (Paracatu no Tempo) [...] Com esta edição, jogamos por terra o preconceito de que o poder público não dá valor às coisas da cultura. Entendemos que a administração pública tem, por obrigação, de cuidar de sua comunidade como um todo. De modo que o **desenvolvimento se dê harmonioso em todos os seus estratos.**²¹¹

É interessante notar o esforço do prefeito em fazer do tempo de Brasília e do seu próprio presente (1994, um pouco distante) como um único tempo. Ele aproxima sua administração das “conquistas” que Paracatu obteve a partir do estabelecimento da capital. Por exemplo, quando ele afirma que com o advento de Brasília *as amarras são quebradas*, ele também diz que a cidade *se moderniza e sua economia se revitaliza com a retomada da mineração do ouro incrustado no seio dos morros*. Aparentemente, fatos que se dão em um mesmo plano temporal, em curto espaço de tempo. Mas não. Neste caso, a retomada da mineração deu-se no final de 1980, como veremos mais adiante, a partir da exploração feita pela Rio Paracatu Mineração S/A. Ele se referia à época de sua gestão (início de 1990 quando a exploração mineral da empresa ganhou volume na

²¹¹ OLIVEIRA, Manoel Borges de. In: MELLO, 2002, p. 19-20, grifos meus.

cidade). Com isso, na narrativa de Manoel Borges, sua gestão estaria associada à Brasília (já consolidada na memória historiográfica como motivo do rompimento da *decadência e isolamento* da cidade) e ao século XVIII, época do primeiro ciclo de exploração aurífera, *retomada* nessa nova fase de exploração.

Tanto a segunda edição de *As Minas Reveladas* (2002) quanto a publicação de *Paracatu do tempo e em tempo* (2001) são feitas pela e durante a gestão de Antônio Arquimedes Borges de Oliveira (na gestão de 2000 a 2004). No segundo livro, destaco dois momentos de sua narrativa que contribuem para reforçar esse aspecto da memória da cidade que estamos tratando. Em primeiro lugar, Arquimedes Borges fala da necessidade de se modernizar *sem colocar abaixo símbolos de um passado grandioso*, isto é, coloca-se, como os prefeitos anteriores, como responsável por esse tipo de política que, apesar de moderna, não desvaloriza o passado. Em segundo, coloca sua gestão como responsável por ser o *elemento unificador de duas épocas igualmente importantes, pelo que representam de visão moderna do difícil mister de administrar*. As duas épocas a que se refere são, por um lado, a sua própria, por outro, a época em que Paracatu foi elevada à condição de vila em 1798, data em que estavam na ocasião comemorando com o lançamento do livro. Mais uma vez uma aproximação do presente com o século XVIII.

Quando surgiu a ideia da publicação deste livro, nossa principal intenção era estar levando ao conhecimento dos paracatuenses, de hoje, o que foi a cidade no passado, mesmo que por meio de um trabalho iconográfico. [...] **O desenvolvimento tecnológico e o econômico tem o seu verdadeiro progresso quando em conjunto nas realizações culturais.** Um vive ao lado do outro. Pois, tanto o desenvolvimento tecnológico como o econômico muito servem para auxiliar a manutenção do cultural e social. Ele existe como meio para preservar a cultura mais genuína, não permitindo reduzir a pó toda a história da marca do progresso de um povo. **Mesmo com o pretexto de se modernizar, de promover a melhoria, de acompanhar novos tempos, não se pode colocar abaixo símbolos de um passado grandioso,** legítimas relíquias de eras gloriosas, documentos vivos de manifestações da inteligência de um povo. [...] A publicação deste volume, nas comemorações do 203º aniversário da criação da Vila de Paracatu do Príncipe, portanto, é, ao mesmo tempo, um resgate da memória da cidade, daquilo que se perdeu no tempo, e um preito a um de seus filhos mais ilustre, sempre voltado para o resgate dessa memória. Com esta decisão, a Prefeitura Municipal de Paracatu, acreditando que a cultura, para ser verdadeira não pode separar *progresso* de *valores históricos*, julga estar cumprindo o papel que lhe cabe a História deste tempo, qual seja, o de **elemento unificador de**

duas épocas igualmente importantes, pelo que representam de visão moderna do difícil mister de administrar.²¹²

Na segunda edição de *As Minas Reveladas*, publicada um ano depois desta última obra, em 2002, o prefeito Arquimedes Borges também estabelece como característica de uma *gestão moderna* (que dava a entender ser a sua) a valorização da cultura do povo, uma vez que dizia estar fazendo exatamente isso com a publicação do livro. Ressalta a posição de Paracatu e sua importância para Minas e para o Brasil, além de enfatizar que a cidade havia se desprendido de seu *barroquismo* para se lançar no que ele chamou de *pós-modernismo*. Isto é, na sua administração, Paracatu se encontrava em um novo estágio de seu desenvolvimento. Um desenvolvimento não mais associado à chegada do modernismo com Brasília, mas à chegada de um novo tempo denominado *pós-modernista*. Portanto, as conquistas alcançadas pela cidade a partir da construção da capital estariam sendo superadas em seu governo.

Qualquer administração pública que se queira moderna, legítima e com visão de totalidade, há que se cuidar da política cultural com a mesma seriedade, com a mesma vontade dedicadas às demais atividades político-administrativas. [...] No fundo, esta 2ª edição é uma lição eloquente de historiografia. Revela o que foi Paracatu e o que a cidade representa nos contextos históricos de Minas e do Brasil. **Mostra o desenvolvimento de Paracatu nestas últimas décadas. Cidade que se desprende de seu barroquismo para se lançar no pós-modernismo.**²¹³

Sendo assim, na reflexão feita até aqui sobre algumas das obras de Oliveira Mello sobre Paracatu, podemos perceber que, em vários sentidos, elas estão marcadas pelo tempo em que são escritas, pois ele as escreve em épocas de intensas transformações no espaço urbano da cidade. Transformações que resultaram em várias demolições de suas edificações coloniais, levando instituições como o SPHAN a intervirem na cidade efetuando o tombamento em 1962, das duas igrejas setecentistas do lugar, por temerem que nada mais restasse em meio àquele *ímpeto de renovação*

²¹² OLIVEIRA, Antônio Arquimedes Borges de. In: MELLO, Antônio de Oliveira. *Paracatu do tempo e em tempo*. Paracatu: Ed. Prefeitura Municipal, 2001, p. 3-4, grifos meus e, do autor, as palavras *progresso* e *valores históricos*, no final do texto.

²¹³ OLIVEIRA, Antônio Arquimedes Borges de. In: MELLO, 2002, p. 21-22.

desorientada pela qual passava a cidade. Diante da perda, Mello se coloca em seus escritos como o responsável pelo registro daquilo que poderia se perder para sempre e confirma aquilo que Carl Becker havia mencionado sobre a história ser fundamentalmente um elemento do presente:

Ao nos prepararmos para o que vem ao nosso encontro temos de nos lembrar de determinados acontecimentos do passado, assim como antecipar (observem que não digo predizer) o futuro. [...] A lembrança do passado e a antecipação dos acontecimentos futuros avançam lado a lado, se dão as mãos...²¹⁴

Além de atender a essa demanda de seu tempo, também constrói uma memória que elege o século XVIII como referência para a formação da identidade da cidade como forma de também atender à demanda dos governos municipais. A esses governos (que publicaram várias das obras de Mello) interessavam a construção de uma memória de cidade *isolada e decadente* para que, através de suas administrações, colocassem-se como aqueles que teriam promovido a superação desse período, de forma que fossem vistos como os responsáveis pelo rompimento daquela época de sono em que a cidade vivia. Daí, reforçaram em seus escritos a imagem dos momentos anteriores à 1960 como de permanência de Paracatu na *decadência* que a havia atingido no século XIX. Essa noção de tempo construída por Oliveira Mello e os prefeitos mencionados nesta pesquisa aproximam-se bastante daquela função mencionada por Ilmar Rohloff de Mattos em que:

A noção de tempo que também triunfava cumpria o papel de um agente organizador. De um lado, unindo passado ao presente. De outro, possibilitando a passagem de um momento anterior, sempre compreendido como desorganizado e bárbaro, não obstante os aspectos positivos que o passado colonial encerrava, a um outro momento entendido como superior porque o *lugar* da Ordem e da Civilização.²¹⁵

²¹⁴ BECKER, Carl. apud PROST, 2008, p. 272.

²¹⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 297, grifo do autor.

Essa noção de tempo cumpria duas funções apontadas por Mattos que são vistas claramente nos escritos de Mello e nas narrativas dos prefeitos: de um lado unia passado e presente, e de outro, proporcionava a passagem de um momento anterior (decadente) para um momento superior. Na primeira função desse tempo, vimos o esforço que as administrações dos prefeitos fizeram para se identificarem com a Paracatu do século XVIII.

Portanto, durante as comemorações cívicas empreendidas pelos governos municipais, todos os prefeitos se identificaram com aquela data e relembrou os tempos de glória de outrora da Vila. O que existia para eles eram duas datas: a presente, em que viviam, associada a uma imagem de progresso, com indicações para o futuro, para onde deveria caminhar toda “boa gestão” (e aqui temos a outra função dessa noção de tempo, associada à ideia de superação); e, por outro, a data de 1798, pois interessava vincular a memória da cidade e dos governos ao período de exploração aurífera.

E Brasília, enquanto símbolo do modernismo, associada à ideia de progresso, foi utilizada para promover a imagem desses governos municipais, construindo uma memória de período de mudanças e transformações, mas com a devida valorização do passado colonial (XVIII) da cidade. Entretanto, vimos também que em dado momento, a capital, símbolo da modernidade, foi “suplantada” pelo *pós-modernismo* de que fala Arquimedes Borges referindo-se à sua gestão.

Através desses exemplos, percebemos o quanto esta operação de escrita da história em tudo lembra as afirmações feitas acertadamente por Manoel Salgado Guimarães quando relaciona a escrita às demandas impostas no presente: “*pela escrita, regradada a partir de certos dispositivos, o passado deve ser controlado, ajustado às demandas de um presente que se pretende inaugurando um novo tempo*”.²¹⁶ Assim, esses referenciais da memória de Paracatu vão sendo estabelecidos nas narrativas de Oliveira Mello a partir das demandas que até aqui conseguimos trazer à luz do entendimento. Procuramos também refletir sobre as demandas do tempo próprio do período em que escrevem os dois autores que serão, a partir de agora, mencionados.

Tanto Bernardo Mata-Machado quanto Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho escrevem, em maior ou menor grau, influenciados pelos acontecimentos que se sucederam em Paracatu durante a década de 1980 tanto na área econômica

²¹⁶ GUIMARÃES, 2006, p. 51.

quanto na cultural. De um lado ou de outro, ambos projetaram a cidade em cadeia nacional.

Na economia, os eventos estão ligados à mineração. Entre o final da década de 1970 e 1980 o garimpo era explorado de forma corriqueira pelos ribeirinhos nos córregos. E durante esse período, várias empresas especializadas passaram a fazer pesquisas nas áreas auríferas da cidade, de forma que “*desde 1980, a Rio Tinto Zinc (RTZ) do Brasil, subsidiária da Zinc Corporation, da Inglaterra, realizava minuciosa pesquisa e estudos sobre a viabilidade econômica da exploração, em escala industrial, em virtude do baixo teor do ouro existente naquela jazida*”.²¹⁷ Diante desse contexto, a mídia anuncia em cadeia nacional que em Paracatu havia mais de noventa toneladas de ouro no chamado “Morro do Ouro” (que já era de propriedade da Rio Tinto Zinc).

Neste meio tempo, os grandes jornais, as grandes revistas, as principais televisões e todos os outros meios de comunicação do País alardearam que, em Paracatu, existiam 95 toneladas de ouro concentradas no chamado Morro do Ouro. Desde o final de julho de 1985 o garimpo passou a agitar a vida da histórica cidade. De um momento para o outro se viu invadida por aventureiros de todos os recantos do país. (...) A imprensa [Mello se refere à reportagem do Correio Brasiliense “*Boom do ouro agita vida de Paracatu*” do dia 17/08/1985], no seu sensacionalismo, chegava a afirmar que os garimpeiros, com bateia, extraíam cerca de 28 quilos de ouro/dia e, as dragas, 12 quilos.²¹⁸

Por decorrência desta situação trava-se uma luta entre os garimpeiros que chegavam e a proprietária e detentora da autorização para a exploração do Morro do Ouro (RTZ). Há um esforço e um incentivo, por parte desta mineradora em promover a proibição do garimpo que logo passaria a ser visto como atividade clandestina. A exploração dos garimpeiros segue para outras regiões (como no córrego Rico, que se encontra dentro da cidade) e a degradação ambiental se intensifica, com a transformação da “praia” (como era chamada a área deste córrego explorada pelos garimpeiros) em grandes tanques.²¹⁹ A situação envolve ações do governo do Estado em Paracatu.

²¹⁷ MELLO, 2002, p. 467.

²¹⁸ Ibidem, p. 468-469.

²¹⁹ Tenho em minha memória duas lembranças que retratam esse momento. Passei minha infância morando próximo ao Córrego Rico e me lembro de brincar na região dos tanques com meus primos

O Governo do Estado, depois de realizar a operação “SOS São Francisco”, através do Batalhão de Polícia Florestal (BPFlo), em conjunto com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), nos dias 18 e 19 de outubro de 1989, executou a operação “SOS Paracatu”. O objetivo era coibir as atividades garimpeiras, numa área localizada de 15 quilômetros da cidade de Paracatu e que abrange atividades exercidas nos Córregos Rico e São Domingos, Ribeirão Santa Rita e São Pedro, cujas águas são afluentes do Rio Paracatu.²²⁰

Os garimpeiros tentam se organizar criando uma associação registrada em cartório em 1990 como *Cooperativa dos Produtores de Ouro de Paracatu* a fim de obter junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral o direito de lavra.²²¹ Depois de idas e vindas no processo, “a exploração do ouro ficou apenas com a *Rio Paracatu Mineração S/A... detentora da jazida do Morro do Ouro*”²²² onde se comprovou uma reserva medida de 130 milhões de toneladas do minério. O início da construção da planta deu-se durante o processo aqui descrito (em 1985) e a produção do ouro a partir de 1987.

A empresa não era (e ainda hoje não é) vista em todos os meios sociais de Paracatu como um ganho absoluto para a cidade. Até hoje (não mais a antiga RTZ, pois hoje a concessão da mina foi adquirida pela indústria canadense Kinross), campanhas políticas, passeatas de carros, eventos na Câmara Municipal, marchinhas de carnaval são escritas criticando a atuação e degradação ambiental que a empresa traz para a cidade. É uma luta ainda presente que mereceria um estudo específico sobre a questão. Mas, o que quero dizer é que ao final de 1980, a mineradora precisa melhorar sua relação com setores da sociedade, pois seu estabelecimento na cidade deu-se de forma conturbada e conflituosa (sobretudo com a gente mais simples). Ela carece de legitimidade e também precisa se distanciar da imagem de uma empresa conflituosa.

(quando ameaçávamos jogar um ou outro dentro deles para que “morressem intoxicados”). A paisagem que construí em minha memória não é bem a de um córrego, mas de um ambiente “lamacento”, cheio de terra e barro, com tanques com águas avermelhadas e máquinas (dragas) ao redor. E também me lembro de conversar, quando fazia a graduação na Universidade de Brasília entre os anos de 2000 e 2004, com o proprietário de uma loja de festas na W3 SUL que me disse ter ido para Paracatu na década de 1980 para tentar ganhar dinheiro com o garimpo e que, com o dinheiro que conseguiu com a extração de ouro na cidade, havia conseguido retornar à Brasília e montar aquela loja.

²²⁰ Ibidem, p. 469.

²²¹ Idem.

²²² Ibidem, p. 472-473.

Parte dessa solução, a RTZ irá buscar na escrita da história. A importância da história se dará pelo contexto que agora passo a descrever.

Nessa mesma década de 1980 o movimento cultural em Paracatu era intenso.²²³ Foi uma época em que jovens que haviam se formado fora regressavam à cidade, após a conclusão dos estudos universitários. Estes recém-formados liderados por Max Ulhoa e Jueli Cardoso Jordão, criaram em 1984, o Movimento Cultural de Paracatu. No mesmo ano, a Fundação Pró-Memória (vinculada ao Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN) começou uns trabalhos de levantamento dos valores históricos do Município. Essas primeiras atividades evoluíram, no ano seguinte, para a assinatura de um convênio com a Prefeitura para restauração de um prédio de estilo colonial do século XIX para abrigar a futura Casa de Cultura e para a restauração do telhado da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres (edificada em 1744). Nesta época também foi elaborado um projeto de lei que tinha uma proposta de preservação do núcleo histórico de Paracatu que, depois de intensos debates, fora e dentro da Câmara Municipal, foi aprovado como Lei 1517 no ano de 1987. A Casa de Cultura foi inaugurada durante as comemorações dos 190 anos de criação da Vila de Paracatu, em 20 de outubro de 1988.

Em resumo, em Paracatu a década de 1980 foi intensa dentro do campo da economia, pautada pela mineração, e da cultura. Os conflitos sociais foram resultado do estabelecimento no município de uma mineradora que iniciava suas atividades de exploração do ouro ao mesmo tempo em que as atividades dos garimpeiros foram fortemente banidas da cidade. No campo cultural, várias ações que tinham como alvo a preservação do patrimônio cultural de Paracatu foram promovidas por movimentos dentro e fora da cidade.

É nesse contexto que a obra de Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho é produzida. Na verdade, a autora foi contratada pela mineradora (na época chamada de Rio Paracatu Mineração S/A, portanto, já devidamente “naturalizada”) para escrever *Paracatu: Morro do Ouro*. Na apresentação da obra publicada em 1992, assinadas pelo presidente da RTZ Mineração Ltda, Apolimar Guzman, e pelo presidente da Autram Mineração e Participações SA, Eike Batista, eles começam sua narrativa com os seguintes dizeres:

²²³ Ibidem, p. 303-311: Para conferir as informações que se seguem.

A cidade de Paracatu, a noroeste de Minas Gerais, nasceu no início do século XVIII sob o signo do ouro. Um dos primeiros núcleos de povoamento da cidade foi o legendário “Morro do Ouro”. Milhares de pessoas para lá se dirigiram, seduzidas pelas promessas de riqueza e opulência que a descoberta do ouro trazia. **Durante algum tempo o ouro foi abundante e floresceu, generosamente, dos depósitos aluviais, sustentando os sonhos e as esperanças dos mineradores. Mas, aos poucos, vieram as desventuras: o ouro de aluvião tornou-se escasso e os mineradores foram vencidos pelos desafios da montanha.** Foi pensando em **fazer uma homenagem a Paracatu e sua gente**, que convidamos a professora Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho para contar a história do Morro do Ouro no século XVIII.²²⁴

Nesta apresentação da obra, os presidentes atribuem à exploração aurífera o surgimento da cidade de Paracatu. Destacam a abundância do ouro por *algum tempo* a sustentar *sonhos e esperanças dos mineradores* que, mais tarde, vieram a ser *vencidos pelos desafios da montanha*. Nesta narrativa, destacam primeiro, a importância do ouro para a cidade; segundo, a possibilidade deste ouro sustentar e concretizar sonhos e esperanças dos mineradores, isto é, parte da população; por fim, apontam a capacidade limitada dos homens (mineradores) continuarem suas atividades na montanha (pois careceriam de técnicas, máquinas e recursos para isso). E quando afirmam estar fazendo *uma homenagem à Paracatu e sua gente* vemos aqui uma tentativa de se usar o passado para justificar e legitimar as ações dos homens no presente.

Essa é uma tentativa da empresa de se aproximar da população demonstrando ser ela mesma capaz de trazer aquele período de volta, pois teria as técnicas, máquinas e recursos para tal empreendimento. Os mineradores/garimpeiros não teriam condições de explorar novamente a montanha. Suas possibilidades haviam sido exauridas desde o final do século XVIII. Maria Conceição de Carvalho deixa isso claro em sua introdução quando afirma:

A exemplo do que ocorreu em toda a Colônia, coube ao escravo o desenvolvimento dos trabalhos extrativista em Paracatu. Após a abundância do ouro aluvial, inicia-se **o gradativo declínio produtivo, quando do**

²²⁴ GUZMAN, Apolimar; BATISTA, Eike. In: CARVALHO, 1992, p. 5, grifos meus.

inevitável confronto entre a jazida primária – pela dureza da rocha, difícil localização no topo de um morro e ausência de água – **e o minerador – descapitalizado e sem a técnica e os equipamentos que a nova fase exigia.**²²⁵

Essa era uma maneira, de alguma forma, de a empresa se eximir da “culpa”, diante da população, do banimento do trabalho de garimpo que acontecia na cidade durante quase toda a década de 1980 e início dos anos 1990 e, por outro lado, de legitimar suas atividades. É nesse período que a obra de Maria Conceição Carvalho é escrita. E essa demanda lhe cai sobre os ombros, pois foi chamada para essa tarefa. De certa forma, apesar de toda pesquisa e mérito da obra, não restam dúvidas da influência da demanda de uma corporação que queria a construção de uma memória que a vinculasse às origens de Paracatu. Ainda em sua introdução a autora afirma:

Ao declínio da produção seguiu-se a estagnação da atividade mineral, ainda no mesmo século do descobrimento do ouro. **Dois séculos se passaram até aqui, utilizando tecnologia moderna e a mesma tenacidade dos antigos mineradores, o homem retornasse ao local e iniciasse o segundo ciclo do Morro da Cruz das Almas que passou a se chamar, então, MORRO DO OURO.**²²⁶

A autora, através dessas palavras, procurava construir uma memória que a vinculasse aos antigos mineradores (pois teria sua *mesma tenacidade*), mas, de forma a associar com isso, a *tecnologia moderna*, algo que somente nos tempos mais atuais seria possível conseguir. Esses dois vínculos (mineradores do passado e as tecnologias do mundo moderno) dariam-lhe condições de retirar da montanha *sonhos e esperanças* que os antigos não mais conseguiram. Por detrás de tudo isso, vemos o esforço da corporação para que, utilizando a história e a construção de sua memória, ela deixasse de ser associada a uma grande corporação internacional e passasse a fazer parte da memória da cidade. Através da obra *Paracatu: Morro do Ouro*, a mineradora procurava se *naturalizar* na região, remetendo suas raízes ao período de fundação do arraial, época em que a cidade teria se desenvolvido, nos dizeres dos presidentes da corporação.

²²⁵ CARVALHO, 1992, p. 7, grifos meus.

²²⁶ Idem.

Outra demanda que recaía sobre os ombros da autora era originária de todo aquele movimento cultural que acontecia na cidade durante aquela década e que prosseguiu para os anos 1990. Os formadores de opinião, jornalistas, escritores, intelectuais e profissionais liberais arregimentados pelo movimento cultural reivindicavam mais atenção para a cultura de Paracatu, há muito marginalizada.²²⁷ Assim, ao patrocinar a publicação do livro, a mineradora procurava se aproximar desses segmentos sociais que giravam em torno do movimento cultural de Paracatu.

Sendo assim, ao publicar o livro, a mineradora poderia, por um lado, construir uma memória que a distanciasse do histórico de lutas contra os garimpeiros e a vinculasse a uma imagem que a remetesse aos antigos mineradores, com o diferencial de possuir tecnologia moderna que lhe desse condição de iniciar um novo ciclo de exploração do minério na cidade, tal qual havia acontecido no século XVIII. Ao retratar esse período da história, em “todo seu esplendor”, a mineradora se colocava como a esperança de que ele pudesse ser trazido de volta, ou revivido, uma vez que tinha condições técnicas e recursos para isso. Por outro lado, através da obra, a mineradora também se aproximava de segmentos da sociedade que reivindicavam maiores investimentos na cultura. É neste contexto que surge *Paracatu: Morro do Ouro*. E é levando em consideração as características desse tempo em que é produzido que o livro deve ser lido e interpretado.

Destaco que essa não foi a primeira ação da Rio Paracatu Mineração S/A que seguia esse princípio de atingir esses segmentos sociais que reivindicavam maiores investimentos na área cultural da cidade. Ela também publicou em 1990, *Memória Cultural (A Cultura em Paracatu)* e *Paracatu, meu bem querer*, ambos escritos por Oliveira Mello. Este último, um livro didático elaborado para ser utilizado nas escolas pelos professores de história do Ensino Fundamental. Nele, o Diretor-Presidente da RPM, Antônio Zini, deixa claro o objetivo da empresa, a preocupação que tinham nesse período e a motivação para apoiar a publicação daquela obra:

Ao participar com o nosso apoio, a **empresa está demonstrando que não deseja viver num ambiente que lhe seja hostil**. Com a edição de Paracatu, Meu Bem Querer para a geração de hoje, **estamos visando as futuras gerações**. Assim agindo, acreditamos poder fazer nossas as palavras do

²²⁷ MELLO, 2002, p. 304-305.

próprio Oliveira Mello, viemos ajuntar-nos aos da terra **para consolidarmos a eternidade de uma cidade.**²²⁸

Quando o presidente diz que com esse apoio “*a empresa está demonstrando que não deseja viver em um ambiente que lhe seja hostil*”, vemos aqui, nessa frase que faria a apresentação do livro, mais um recado de paz para aqueles que se levantavam criticando suas atividades mineradoras na cidade do que uma mensagem didática para as crianças que usariam o livro em seu cotidiano escolar. Sem sombra de dúvidas esse é um momento muito delicado para a Rio Paracatu Mineração S/A e ela, pelo que estamos percebendo, não mediu esforços para construir uma memória da cidade que lhe fosse favorável em seus empreendimentos. Por fim, vejamos ainda dentro desse mesmo período a publicação de outra obra.

A obra de Bernardo Mata-Machado foi produzida também neste contexto de eventos que marcou a cidade durante a década de 1980. Apesar de seu livro *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)* ter sido publicado somente em 1991, ele havia sido produzido um pouco antes, a partir de sua dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais em 1985.

Em 1974 Mata-Machado entrou para a Fundação João Pinheiro para estagiar no Centro de Estudos Históricos e Culturais. Acredito que decorra daí seu interesse em, mais tarde, estudar o noroeste de Minas Gerais. Mais especificamente a partir de 1978 quando apresentou o *Relatório de Pesquisa: Formação Histórica da Região Noroeste de Minas Gerais (1690-1967)*.²²⁹ Havia uma demanda decorrente da falta de interesse dos pesquisadores que se debruçavam sobre Minas Gerais pela região do noroeste. E isso é reiteradamente enfatizado quando a obra de Bernardo Mata-Machado é publicada. Conforme já mencionamos anteriormente, na apresentação de Jarbas Medeiros ele afirma: “*O que pretende Bernardo? Nada mais nada menos mostrar que a história de Minas não se resume ao seu centro geopolítico minerador*”.²³⁰ E mais à frente, na introdução ele comunica que a escolha do tema da dissertação devia-se, “*em primeiro*

²²⁸ ZINI, Antônio. In: MELLO, Antônio de Oliveira. *Paracatu, meu bem querer*. 3ª ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2007, p. 24, grifos meus.

²²⁹ Informações obtidas a partir do currículo Lattes do autor. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787066Y8>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

²³⁰ MEDEIROS, Jarbas. In: MATA-MACHADO, 1991, p. 11.

lugar, a inexistência de pesquisa semelhante em nossa historiografia”.²³¹ Um pouco mais adiante, endossa novamente: “*Iniciar o estudo pelo noroeste mineiro deve-se ao pequeno investimento feito no local pelos historiadores...*”.²³² O que teremos a partir daí será, como ele mesmo afirma, um síntese histórica.

Pelo mesmo motivo, o desconhecimento geral da história de Minas, optei por realizar uma síntese em lugar de escolher um assunto específico. Acredito que, desta maneira, estarei contribuindo para despertar a curiosidade sobre temas ainda não trabalhados e assim incentivar a multiplicação das pesquisas. Ficarei satisfeito se esta dissertação for útil aos estudantes e professores de história e contribuir, de alguma forma, para a melhoria do ensino.²³³

Portanto, o que vemos na obra de Mata-Machado é a necessidade que ele coloca de, ao estar em contato com estudos sobre cidades mineiras na Fundação João Pinheiro, atender a demanda deixada pelos pesquisadores de Minas Gerais e assim, preencher uma lacuna deixada na historiografia de Minas em relação à história do noroeste.

A reflexão sobre a produção historiográfica do noroeste de Minas Gerais nos proporcionou possibilidades de compreender um pouco mais sobre como se deu a construção da memória da cidade ao longo do século XX. Percebemos, através da leitura dos autores elencados prioritariamente para essa reflexão (Olympio Gonzaga, Afonso Arinos de Melo Franco, Oliveira Mello, Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho e Bernardo Mata-Machado) que todos eles elegem, por motivos diversos, o século XVIII como referência para a construção dos elementos que compõem a memória da cidade no século XX.

Olympio Gonzaga, como o pioneiro a produzir uma obra sobre a cidade, construiu uma memória para os setecentos a partir da glorificação de alguns de seus personagens (a figura do paulista bandeirante, os primeiros políticos administradores da vila, os mineradores, enfim) de forma a fundamentar a identidade de Paracatu no início do século XX. Afonso Arinos também faz o mesmo, mas por outros motivos. Ele

²³¹ Ibidem, p. 17.

²³² Ibidem, p. 19.

²³³ Ibidem, p. 21.

enaltece o século XVIII como se nele estivesse contido de forma prefigurada a explicação para todo o *brilhantismo* da família Melo Franco no Brasil. Tanto em Gonzaga quanto em Arinos, o passado foi utilizado para a glorificação daqueles que viviam no presente.

Oliveira Mello escreve durante o período em que Paracatu vivia sob os efeitos da construção de Brasília e da BR 040 (passando dentro da cidade). O conjunto de transformações urbanas desencadeadas por esses fatos (com as demolições das edificações coloniais, dos becos, da abertura de novas avenidas, novas construções de estilo modernistas) faz com que Mello se coloque como o responsável pelo registro daquilo que ainda permanecia de pé na cidade. Por isso, elege o século XVIII como referência de uma cultura que deveria ser preservada pelos gestores políticos de Paracatu.

Seus livros são publicados a partir de 1964. Muitos deles são patrocinados pelos prefeitos que colocarão suas gestões como as responsáveis por promover o *progresso* da cidade, rompendo com o longo período de *decadência* e *isolamento* em que viveu desde o declínio do ouro, no final dos setecentos. Sendo assim, promovem suas administrações como aquelas que seriam capazes de trazer novamente o esplendor da Paracatu do século XVIII para o seu presente. Por isso, a eles, interessava construir a imagem de *isolamento* e *decadência* que teria acometido a cidade do final do XVIII até meados do XX, pois quanto mais reforçada fosse essa imagem, maior seria o feito atribuído a cada um deles ao se colocarem como os responsáveis por dar fim a esse período.

Maria da Conceição Amaral é contratada pela mineradora que se estabelecia na cidade na década de 1980 para escrever um livro sobre a história da mineração do morro onde ela havia se instalado. Como houve um conflito com os garimpeiros e sua imagem foi arranhada em todo esse processo (e era crescente a demanda do movimento cultural que reivindicava mais apoio e investimento para a cultura da cidade), a mineradora publicou um livro onde, em linhas gerais, identificava-se com as qualidades dos mineradores do século XVIII e se colocava como a única capaz de trazer de volta as esperanças e sonhos daquela época, perdidos com a decadência da exploração.

A glorificação do século XVIII não acontece na obra de Bernardo Mata-Machado como se deu nas outras. Creio que isso se dá pela própria natureza da

publicação, fruto de uma dissertação de mestrado produzida em meados da década de 1980. Entretanto, permanece o lugar comum presente em todas elas: o século XVIII, como aquele que trouxe para a região do noroeste uma dinâmica que seria perdida com o declínio da produção aurífera e o profundo isolamento e decadência em que ela seria submetida no próximo século.

Portanto, concluímos que essa produção historiográfica, composta também por todos os outros autores que também mencionaremos ao longo do trabalho, foi responsável por construir isso que aqui chamei de memórias hegemônica do noroeste de Minas Gerais, que toma o século XVIII como referência, como época mais importante a ser retomada, o XIX e a primeira metade do XX como períodos de decadência a serem superados e a segunda metade deste século como o retorno aos tempos de esperança e sonhos do XVIII.

CAPÍTULO III

MEMÓRIAS DA PARACATU DO SÉCULO XVIII NAS CONSTRUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS.

A partir deste momento, procuraremos desvendar a direção do olhar de vários agentes sociais sobre Paracatu e assim, compreender como construíram e configuraram a paisagem cultural e as memórias da cidade para o século XVIII. Afinal, quais foram os objetos, os atores e as cenas selecionadas e construídas por eles para compor esse cenário histórico da cidade? Segundo Regina Fernandes Saraiva:

A rigor, todo olhar humano, desde as interferências físicas ou simbólicas, em relação ao mundo natural, configuram sua atuação na construção de uma paisagem cultural, ou como diria Brandão, dão um sentido ao cenário,

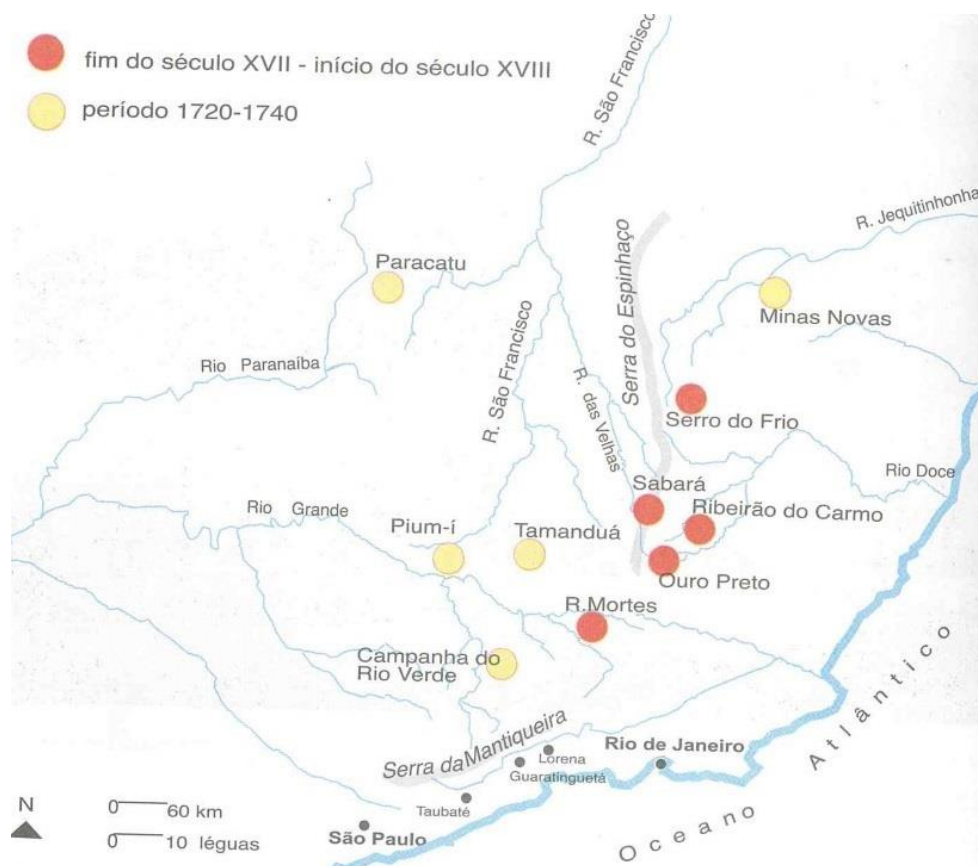
formam “cenários culturais” que são permeados por memórias, por representações e constroem identidades.²³⁴

Para chegarmos ao entendimento dessa questão, começo pela configuração do cenário do povoamento do arraial de Paracatu e do sertão do noroeste, depois procuro explicar como se construiu na historiografia, as memórias hegemônicas que fundamentam a identidade do povo paracatuense. Também faço uma reflexão sobre os silenciamentos e apagamento de memórias de alguns grupos da cidade, com particular atenção para a memória indígena. Por fim, demonstro como os autores citados construíram a paisagem e a memória de Paracatu como uma grande encruzilhada de diversos caminhos em pleno Brasil central.

3.1 A ORIGEM DO ARRAIAL DE PARACATU NESSAS CONSTRUÇÕES

Paracatu tinha dois ‘inconvenientes’ quando comparada aos outros núcleos de mineração da capitania. O primeiro: enquanto os arraiais e vilas vinculadas à exploração aurífera se desenvolviam, como consequência da descoberta do ouro já no princípio do século XVIII, o ouro em Paracatu somente foi descoberto mais tarde, oficialmente, em 1744. O segundo: a distância. Paracatu está localizada em área da capitania muito distante dos demais núcleos, tais como Vila Rica, Mariana, São João Del Rei, Pitangui (FIGURA 5) e, inclusive, a oitocentos quilômetros da sede de sua comarca, a Vila de Sabará. Isso poderia marcar profundamente a história da cidade: a imagem da vila distante e isolada. Entretanto, não é essa a memória que se tem de Paracatu. Pelo menos não agora, no século XVIII.

²³⁴ SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Sertão, cerrado e identidades. In: MATSUMOTO, Roberta Kumasaka; BARBATO, Silviane (Orgs.). *Oralidade e outras linguagens*. Cadernos Ceam-Necoim, n.15, UnB, Brasília, 2004, p. 81.



(FIGURA 5: As primeiras zonas auríferas exploradas pelos colonos situavam-se ao longo da serra do Espinhaço.²³⁵)

Acredito que esses sejam os motivos da preocupação daqueles escritores que, conforme vimos, no século XX, escreveram sobre a história da *origem* do arraial, o motivo de enfatizarem algumas informações que ganharão destaque em seus escritos. Primeiro, existe uma preocupação por parte deles de “descobrir” em que momento a região do rio Paracatu²³⁶ começou a ser povoada. Em segundo, o arraial constantemente aparece, antes de 1744, vinculado a caminhos variados que o colocava em contato com vários núcleos de exploração aurífera da capitania das Minas, bem como a outras regiões e capitanias da colônia. Assim, apesar de estar distante dos outros núcleos, de seu ouro ter sido descoberto muito tempo depois e, por isso, ter seu desenvolvimento urbano tardio (quando comparada aos outros núcleos de exploração aurífera de Minas), Paracatu é representada como um arraial que já havia se estabelecido antes de 1744 e que também antes desse período já estava em constante contato, fazendo trocas

²³⁵ FONSECA, 2011, p. 238.

²³⁶ Paracatu é o nome do rio afluente da margem esquerda do São Francisco que significa no tupi “Rio Bom”.

comerciais, com os rincões da colônia. Nessas narrativas sobre a paisagem de Paracatu, que inauguram uma determinada forma de percebê-la e de dá-la como existente na cena histórica, pelo menos no século XVIII, a distância não será um problema e Paracatu não será representada como uma cidade (arraial) *isolada*.

Oliveira Mello ajudará profundamente na construção dessa memória a partir da publicação de *Paracatu do Príncipe: Minha Terra* (1979). Neste livro ele tem a preocupação de informar ao leitor que apesar da primeira menção oficial feita sobre a cidade datar de 1603, com a passagem da bandeira de Nicolau Barreto, a presença de outras expedições na região foi muito anterior a essa data. Ele afirma:

“Os historiadores costumam registrar a bandeira de Nicolau Barreto como a primeira a atingir os sertões de Paracatu. Mas pelas tribos dos índios aí moradores, pode-se facilmente identificar as bandeiras que precederam à de Nicolau Barreto nos sertões paracatuenses, apesar de não registrarem o topônimo em seus roteiros.”²³⁷

Para ele, o fato do nome Paracatu não aparecer nos relatos escritos dos bandeirantes que seguiram percurso parecido com o da bandeira de Nicolau Barreto, não serve como base para afirmar que por aqui não tenham passado outras bandeiras. Sendo assim, conforme se lê logo acima, para ele a presença de outras bandeiras na região pode ser “facilmente” identificada com a utilização de seus roteiros.

Neste mesmo livro, Oliveira Mello reproduz os roteiros das possíveis bandeiras que tenham passado por Paracatu, e assim, caminha em direção a demonstrar que a região não está completamente isolada das atividades que movimentavam o litoral. Sobre a bandeira de Nicolau Barreto ele escreve: “*Nicolau Barreto partiu de São Paulo entre setembro a novembro de 1602, a frente de perto de 300 homens brancos, afora índios e mestiços. Em dez meses ele alcançava as ribeiras do [rio] Paracatu, de onde trouxera cerca de 3.000 cativos*”.²³⁸

²³⁷ MELLO, 1979, p. 24.

²³⁸ *Ibidem*, p. 25.



(FIGURA 6: Bandeira de Domingos Luís Grou: 1586-1587)²³⁹



(FIGURA 7: Bandeira de Nicolau Barreto: 1602-1604)²⁴⁰

²³⁹ Ibidem, p. 24.

²⁴⁰ Idem.



(FIGURA 8: Bandeira de Lourenço Castanho Taques: 1670)²⁴¹

Em todas essas imagens (FIGURAS 6, 7 e 8) produzidas para seu livro, vemos aquilo que Laura de Mello Souza escreve ao se referir sobre o trabalho de Cláudia Fonseca no prefácio de seu livro: “*Há corporeidade nesse sertão, em tudo diferente da ideia de um vazio, muito comum nas imagens construídas ao longo dos séculos sobre entradas pelo território mais interior...*”.²⁴² O que temos com os escritos e imagens que compõem algumas das memórias de Paracatu construídas por Oliveira Mello é justamente uma tentativa de se preencher esse *vazio* do sertão no noroeste de Minas, em período muito anterior à revelação de suas minas.

Esse autor fala da dificuldade dos bandeirantes paulistas se fixarem nos sertões, o que fariam somente se descobrissem o ouro, uma vez que “*não viam condições de fixarem-se, povoar o sertão, para viverem da agricultura*”.²⁴³ Ele cita como exemplo o interior de São Paulo, ressaltando que, apesar de sua proximidade com o litoral, enfrentava dificuldades para se efetuar o comércio com aquela região. Sendo assim, qualquer empreendimento por parte dos bandeirantes paulistas no interior dos sertões mineiros somente valeria a pena se trouxesse rendimentos imediatos, o que aconteceria

²⁴¹ Ibidem, 25.

²⁴² SOUZA, Laura de Melo. In: FONSECA, 2011, p. 17, grifo meu.

²⁴³ MELLO, 1979, p. 24.

caso o ouro fosse descoberto. Para ele, “*o exemplo se encontrava na própria vila de São Paulo, a poucas léguas do litoral, e sem mercado para o comércio de suas colheitas. E no sertão, se não fossem as minas, qual seria o destino de sua produção agrícola?*”²⁴⁴

Mafalda Zemella em sua tese de doutorado, que mais tarde se torna uma referência fundamental nos estudos das minas setecentistas mostra outra situação: os paulistas nem mesmo tinham grandes produções para exportação. Entendimentos contrários, na sua percepção são discutíveis e foram suplantados pelas pesquisas posteriores.

Essa produção paulista antes da descoberta do ouro era pequena. São Paulo só produzia para as suas necessidades os gêneros de consumo e artigos manufaturados. Se bem que Barreto Sampaio, na informação acima citada, mencione a exportação de produtos paulistânicos para outras capitâneas, a informação é discutível, pois pesquisas feitas nos inventários e testamentos paulistas, provaram a pequena extensão das lavouras existentes no Planalto. As regiões vicentinas, em verdade, durante o século XVII, só possuía uma mercadoria para exportar: o escravo ameríndio; as outras produções só se intensificaram um pouco mais quando a indústria do apesamento declinou, a partir dos meados do século XVII, mas não a ponto de alimentar exportação perceptível.²⁴⁵

Conforme já mencionei anteriormente, Márcio Santos em *Bandeirantes Paulistas no sertão do São Francisco* (2009) também demonstrou que, ao contrário do que se tinha afirmado até então (de que os bandeirantes somente se instalaram nessa região a partir da descoberta do ouro), o povoamento do noroeste e norte de Minas se deu a partir do estabelecimento de várias fazendas de paulistas antes mesmo da exploração aurífera.²⁴⁶

Mas, no argumento de Oliveira Mello, a informação levantada por ele acerca do mercado paulista confirmava que a distância e dificuldades geradas por ela representavam grande problema para o povoamento e desenvolvimento do sertão. Apesar de todas as informações e novas descobertas feitas no trabalho de Zemella, está ali reforçada a certa altura, a imagem do sertão como um espaço vazio e inculto: “a

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 56.

²⁴⁶ SANTOS, 2009.

*localização da zona aurífera em regiões despovoadas e incultas, longe dos centros produtores de artigos alimentícios fez com que o problema da fome fosse particularmente grave nos primeiros anos da história das minas.”*²⁴⁷

A localização do arraial de Paracatu no sertão poderia trazer-lhe toda a carga representacional negativa que envolvia essa palavra e todas as imagens a ela associadas. A construção dessa memória da cidade de Paracatu no século XVIII que estamos tratando neste trabalho apresentou, como um de seus eixos centrais, o dualismo entre o litoral e o sertão, presentes tanto no conjunto de obras específicas aqui selecionadas quanto numa tradição de estudos que teve como objeto o homem das regiões interioranas.

Portanto, segundo Oliveira Mello, os paulistas somente se instalariam em Paracatu após a descoberta do ouro, por volta de 1730, muito tempo depois das demais cidades mineiras que, como vimos, tiveram a história de seu desenvolvimento urbano vinculado à descoberta e exploração do ouro. Mas, e Paracatu? Esperaria tanto para deixar a condição de sertão e se tornar um arraial em franca prosperidade? Não. Conforme veremos, esse sertão paracatuense será logo domado e povoado, mesmo que não seja pelos bandeirantes paulistas.

3.2 UM MAL ESTAR DA HISTORIOGRAFIA: PARACATU NO SERTÃO

O sertão de que estamos falando neste trabalho não é simplesmente um espaço geográfico, definível com fronteiras físicas. Era o lugar do vazio, do selvagem, do indecifrável e também do fantástico. Era o oposto daquilo que se configurava no litoral.

Espaço mais simbólico do que geográfico, o sertão situava-se nas margens do mundo conhecido, ao qual ele se opunha, rejeitando os valores da vida civilizada... Na América Portuguesa, as referências ao sertão principiam no século XVI, quando o interior do continente definiu-se em oposição à faixa litorânea, espaço privilegiado então da colonização portuguesa. A etimologia da palavra permanece desconhecida. Para alguns autores, o sertão derivaria do latim *desertus*, por intermédio do latim vulgar *desertanu*, que pode significar deserto, abandonado, inculto, selvagem, desabitado ou pouco habitado. Nos primeiros relatos sobre a região aurífera, em fins do século

²⁴⁷ Ibidem, p. 174, grifo meu.

XVII, o sertão aparece como lugar inóspito, de difícil acesso, cortado por rios caudalosos e intransponíveis, envolto em matas fechadas e escuras.²⁴⁸

Lylia da Silva Guedes Galetti em *Sertão, fronteira, Brasil* afirma, ao citar os estudos de Gilberto Mendonça Teles, que a definição etimológica da palavra não é clara. Na verdade, Teles afirma que deriva dessa *obscuridade etimológica* a maior motivação para as várias significações que o vocábulo foi adquirindo à medida que o espaço brasileiro foi se ampliando para o oeste. Neste sentido, em linhas gerais “o sertão designaria o lugar do desertor, do que sai da ordem, o terreno incerto e desconhecido e, ainda, o que não está entrelaçado ao conhecimento”.²⁴⁹

A autora também afirma, com base em estudos feitos por Janaína Amado, que a expressão já era utilizada pelos portugueses em Portugal antes de chegarem ao Brasil para designar áreas situadas dentro do Estado, mas distantes da capital Lisboa. Seria então utilizado para se referir a “*espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam*”.²⁵⁰

Nísia Trindade Lima em *Um sertão chamado Brasil* reforça a ideia de que a origem do vocábulo, segundo os estudos etimológicos a que ela se refere, esteja de fato ligada à ideia de deserto, por ser oriunda da expressão *desertão*. O seu sentido, segundo ela, “*encontra-se em uma dupla ideia – a espacial de interior e a social de deserto, região pouco povoada.*”²⁵¹ Apesar de, em nota, afirmar que não há consenso a respeito da etimologia da palavra, observando que “*a conotação de deserto e de tudo o que se encontra distante da civilização é bastante frequente e duradoura no pensamento social brasileiro*”.²⁵²

Erivaldo Fagundes Neves, na introdução da obra organizada por ele, *Caminhos do sertão*, defende que essa relação entre a ideia de sertão e deserto originou-se de um erro. Ele cita os estudos feitos por Gustavo Barroso no *Dicionário da Língua Bunda de Angola*, publicado em Lisboa em 1804, que “*conferiu sua origem ao vocábulo*

²⁴⁸ ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004, p. 271.

²⁴⁹ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2012, p. 48.

²⁵⁰ AMADO, Janaína. Apud GALETTI, 2012, p. 50.

²⁵¹ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 103.

²⁵² Idem.

muceltão, *corrompido para celtão e depois, certão, cujo significado em latim seria locus mediterraneus, ou lugar entre terras, interior, sítio longe do mar, mato distante da costa*”, de forma que, quando o vocábulo apareceu em Portugal “*essa significação africana recebera, indevidamente a equivalência de ‘desertão’, deserto grande, de onde surgira ‘sertão’, como forma contraída.*”²⁵³

De qualquer forma, o que sabemos é que toda essa polissemia que envolve o vocábulo gerou um acúmulo de densidade semântica da noção de sertão, produto das práticas que foram próprias do processo civilizador que se deu particularmente, neste caso, no Brasil. Então, ao contrário do que se afirma, de que a noção estaria relacionada meramente em oposição ao litoral, o que se tem é que, o sentido dado aí seja não ao litoral em si, mas ao *locus* do poder, da ordem, isto é, o espaço já cooptado pela administração colonial. Nísia Trindade de Lima defende claramente essa ideia quando diz que “*mais do que em oposição ao litoral, é em contraste com a ideia de região colonial que o imaginário sobre sertão se constitui*”.²⁵⁴

O mesmo será defendido por Lylia da Silva Galetti. Para ela, nos estudos de Elisa Mader “*sobre a ideia de sertão nos séculos XVI-XVII, conclui que a noção de sertão se constitui em oposição à região colonial, caracterizada como o mundo da ordem, onde reinavam, como instâncias de poder, a Igreja e o Estado*”.²⁵⁵ Sendo assim, o mundo do sertão estaria associado a tudo que lhe fosse contraponto. Daí a ideia de vazio, do desconhecido, o mundo da desordem e da barbárie, da selvageria e do diabo. É desse espaço imaginário que os autores, interessados em construir a memória de Paracatu no século XVIII, querem retirar a cidade. Não há dúvida, Paracatu se encontra inserida nesse sertão.

Podemos perceber essa questão através da representação da região nos documentos cartográficos da época. E não somente nos documentos, mas também naquilo que foi registrado a partir de reflexões sobre eles. É o que se pode constatar através do *Mapa do Certão entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco* de 1770 (FIGURA 9). Percebe-se como a região, mesmo quando se leva em conta todo o movimento populacional já produzido pela descoberta do ouro tanto de

²⁵³ NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcadia, 2007, p. 9, grifos do autor.

²⁵⁴ LIMA, 2013, p. 104, grifos da autora.

²⁵⁵ GALETTI, 2012, p. 57, grifos da autora.

Goiás quanto do noroeste de Minas, em Paracatu, é claramente representada como uma região vazia, desabitada.



(FIGURA 9: MAPA DO CERTÃO entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco. [s.d.] (Ca. 1770). 35 x 44 cm; IEB-USP (COL. JFAP, 23 – Folha 23).²⁵⁶

Não somente a região foi retratada na cartografia como uma região “ocupada” pelo vazio, como também as reflexões, feitas a partir desses documentos acabaram levando autores a afirmarem isso, é o que observamos nas descrições feitas a partir desses mapas sobre os sertões mais ao leste: “Estradas entre a região das minas e o Espírito Santo, passando pelo leste de Minas Gerais, só foram possíveis a partir da conquista dos sertões *despovoados* e de seus índios botocudos antropófagos.”²⁵⁷ Antônio Gilberto Costa fala de sertão despovoado ao mesmo tempo em que indica seus

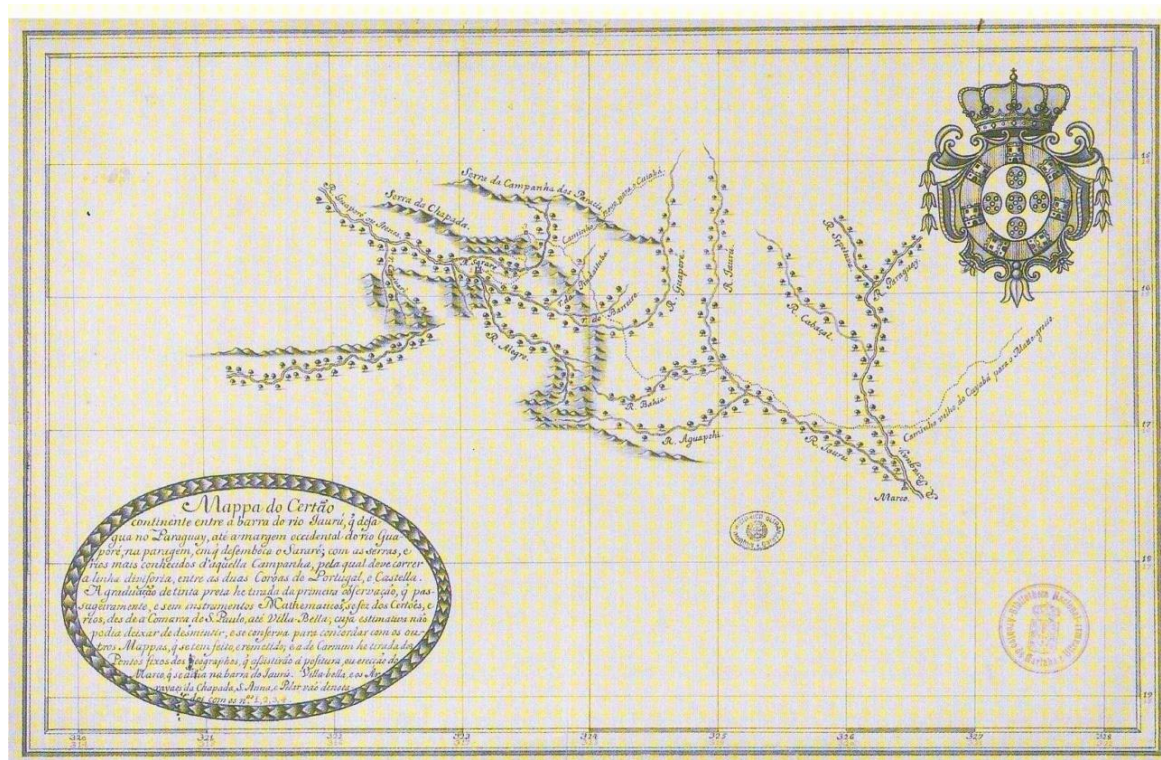
²⁵⁶ COSTA, 2004, p. 182.

²⁵⁷ Ibidem, p. 65, grifo meu.

habitantes: índios botocudos. Uma clara contradição, reveladora de que os indígenas não eram considerados seres humanos, pessoas com cultura e organização social.²⁵⁸

Nesse mapa, percebe-se que o sertão ocupa a maior parte do centro da imagem, e é flagrantemente a região mais vazia do documento. Não há nem mesmo montanhas ou rios, há somente um espaço vazio. Enfatizo que o mapa foi feito em 1770, época em que a região já havia passado por longo estado de exploração e muitos de seus núcleos auríferos já se encontravam em franco estado de decadência.

Em outro mapa (FIGURA 10), também intitulado *Mapa do Certão*, de 1750, seu autor representa a região isolada pelo vazio, como se não estivesse integrada à outras regiões. Neste caso, o espaço vazio não preenche o centro da representação (como na FIGURA 9), mas a isola e a “comprime”, de forma que na representação cartográfica, o lugar parece estar ocupando o centro de uma região desértica. Neste caso, somos levados a confundir o sertão com o deserto.



(FIGURA 10: MAPPA DO CERTÃO continente entre a barra do rio Jaurú, q’ deságua no Paraguay até a margem ocidental do rio Guaporé, na paragem, em q’ desemboca o Sararé; com as serras, e rios mais conhecidos d’aquella Campanha, pela qual deve correr a linha divisória, entre as

²⁵⁸ Discutiremos o silenciamento da memória indígena do noroeste mais à frente.

duas Coroas de Portugal e Castella. Post. 1750. 30 x 22,5 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 93/1253)).²⁵⁹

Essa é com recorrência a imagem construída e reproduzida dos sertões. Márcia Regina Naxara ressalta a importância dessas representações cartográficas do espaço como elementos de constituição da paisagem cultural do país, uma vez que “*promovem atos de reconhecimento do país por suas paisagens e pela conformação imaginária e cartográfica que lhe é própria*”.²⁶⁰ O que temos nesses exemplos da cartografia setecentista sobre o sertão é a construção imaginária dessa paisagem cultural que poderia marcar profundamente sua definição associada ao deserto. Uma construção social tão forte e tão arraigada no imaginário social que...

Seja qual for a definição, caracterização ou definição geográfica que se queira dar ao sertão, uma ideia que permeia o imaginário nacional, até os dias atuais, é a de que os sertões se identificam pela carência de civilização, está distante, é interior e, normalmente, pobre, e pertence ao espaço do rural. Daí, portanto, a rápida associação que fazemos do sertão somente com o semi-árido nordestino.²⁶¹

Mafalda Zemella cita a descrição de um cronista anônimo sobre um caminho aberto pelos paulistas que ligava suas vilas ao nordeste, passando pelos sertões (em seu texto, associado ao deserto). É interessante que ao mesmo tempo em que ele menciona deserto ele fala de aprisionamento de indígenas Tapuyas.

Das vilas de São Paulo para o Rio de São Francisco descobrirão antigamente os paulistas hum caminho a que chamavão Caminho Geral do Certão pelo qual entravão cortando os **vastos desertos** que medeão entre as ditas Vilas e o dito Rio nelle fizerão varias conquistas de Tapuyas e passarão a outras para

²⁵⁹ Ibidem, p. 33.

²⁶⁰ NAXARA, 2013, p. 102.

²⁶¹ SARAIVA, 2004, p. 80.

os sertões de diversas Juridições, como foram Maranhão, Pernambuco e Bahia...²⁶²

Seja através da escrita ou das representações cartográficas, Paracatu, creio estar claro, encontra-se numa região assim, associada à ideia de deserto e isolamento. O que estou afirmando é que, entre os autores até aqui discutidos, esse isolamento poderia diminuir a importância do seu arraial e de sua história por decorrência dessa distância da região, de seu estado representado ora como uma região coberta de gentios selvagens ora como espaço vazio, ainda a ser preenchido, dominado. Tratava-se então de relacionar Paracatu, e posteriormente seus habitantes, com os elementos vindos do litoral.

3.3 SEMENTES DA CIVILIZAÇÃO PLANTADAS NO SERTÃO DO NOROESTE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO PARACATUENSE

No livro *Memória Cultural* (1990), Oliveira Mello emite seu posicionamento sobre a miscigenação que ocorre no arraial já em tempos anteriores à descoberta do ouro, mas que teria se intensificado após o seu anúncio em 1744. Ele afirma que “*em virtude de todo caldeamento, podemos assegurar que o paracatuense é dotado da resistência e da energia do caboclo, da bondade resignada do preto, da intrepidez dos antepassados colonizadores e da pertinácia dos reinóis*”.²⁶³ A característica com que descreve os colonizadores, a *intrepidez*, teria tornado possível a ocupação efetiva desse “deserto selvagem” chamado sertão.

É interessante perceber o quanto as fronteiras do sertão são móveis, e por mais que portugueses e agrupamentos humanos das regiões litorâneas adentrassem o espaço que lhe era designado, “*o sertão, com todo o imaginário que lhe era peculiar, continuou a existir, deslocando-se em direção às regiões que permaneciam fora da esfera do poder metropolitano*”²⁶⁴. Segundo essa ideia de sertão, à medida que o povoamento

²⁶² “Informações sobre as minas do Brasil”, ms. Anônimo da Biblioteca de Ajuda, in Anais da Biblioteca Nacional, vol. LVII, p. 172 apud ZEMELLA, 1990, p. 125.

²⁶³ MELLO, 1990, p. 20.

²⁶⁴ ROMEIRO; BOTELHO, 2004, p. 271.

chegava à regiões mineiras pertencentes ao sertão (como Vila Rica, Mariana e Sabará), tais regiões deixavam de ser identificadas como pertencentes a esse espaço, pois cada vez mais ganhavam as características das populações do litoral e a ele se integravam. Entretanto, a fronteira do sertão se estendia para aquelas regiões que ainda não se encontravam identificadas e povoadas pelo homem do litoral. Esse seria o caso de Paracatu que somente terá o estabelecimento de seu núcleo urbano a partir do anúncio oficial da descoberta do ouro, o que somente ocorrerá em 1744. Enquanto isso não acontece, a região, ao contrário do que ocorria em Vila Rica, Mariana, Sabará, continua a ser identificada com a representação de sertão aqui discutida.

Entretanto, Oliveira Mello escreve que o arraial já havia se formado muito antes da descoberta do ouro, julgando que o povoado teria surgido exatamente dentro do período em que as primeiras áreas de mineração foram descobertas e começaram a ser exploradas no território mineiro. Segundo ele, “*não há uma data precisa de quando surgiu o povoado. Julgo que tenha sido entre 1690 a 1710. Paracatu já devia ser habitada quando servia de caminho que ligou o centro minerador de Goiás aos centros criadores dos afluentes do São Francisco.*”²⁶⁵ Assim, por essa narrativa do autor, Paracatu estaria, juntamente com os outros núcleos de mineração da capitania, ocupada não por *vazios* ou por seus indígenas selvagens, mas já povoada por elementos *civilizados*.

Essa representação do arraial já povoado e de sua região já explorada antes mesmo da descoberta do ouro, pelos criadores de gado do nordeste que montavam seus currais margeando o São Francisco e seus afluentes, não é própria de Oliveira Mello - já estava presente na obra de Afonso Arinos de Melo Franco, quando este afirma que “*as terras iam ficando livres do gentio pela caça que lhes faziam os preadores de escravos e, nas regiões assim limpas, os paulistas introduziam assim seus rebanhos*”.²⁶⁶ Paracatu e a região do São Francisco vão constituir seus primeiros núcleos de povoamento a partir do momento em que os indígenas (o *gentio hostil, selvagem*, elemento típico do sertão, como vimos) forem eliminados e os criadores de gado do nordeste transformarem essas terras em importantes currais de gado.

²⁶⁵ MELLO, 1979, p. 27.

²⁶⁶ FRANCO, 1955, p. 10.

Destruido o gentio hostil, fundados os núcleos de suprimento e comunicações como Morrinhos e S. Romão, prosseguiu a expansão vagarosa da civilização do couro. Os sertões foram sendo conquistados e as manadas se estendendo aos poucos, pontilhando-se as terras de fazendas de criar em grande parte do curso mineiro do S. Francisco e dos seus afluentes de ambas as margens: o rio das Velhas, o Urucuia, o Paracatu.²⁶⁷

O autor citado acima, Afonso Arinos, era tio de Afonso Arinos de Melo Franco. Além de reconhecido jurista e escritor, ficou conhecido por ser o introdutor do regionalismo na literatura brasileira, motivo pelo qual se tornou o ocupante de número 40 da Academia Brasileira de Letras. Além disso, é bom lembrar, Afonso Arinos nasceu em Paracatu. Oliveira Mello escreveu dois livros específicos sobre ele e sua literatura: *Afonso Arinos e o Sertão* (1961) e *De volta ao Sertão (Afonso Arinos e o regionalismo brasileiro)* (1975). Em *Afonso Arinos e o Sertão* ele afirma:

Nenhum escritor, nem mesmo Euclides da Cunha, fôra tão sertanista quanto Arinos. Pois Euclides escreve sobre o sertão com a técnica, enquanto Arinos, com o coração. Sua pena traçou em páginas sublimes as qualidades heróicas das populações sertanejas.²⁶⁸

Seus escritos não somente influenciaram seu sobrinho, como também tornaram-se parte significativa dos escritores da cidade que geralmente o citam como referência em seus escritos e memórias. Oliveira Mello fará diversas referências às obras e aos escritos de Arinos.

Em um de seus contos mais conhecidos, *Pelo Sertão*, de 1898, Afonso Arinos endossa a imagem construída do sertão como um lugar distante, deserto e, ao mesmo tempo, ocupado por *tribos nômade*s. Ao se referir a um velho buriti da região, ele escreve:

Talvez passaram junto de ti, há dois séculos, as primeiras bandeiras invasoras, o guerreiro tupi, os escravos dos de Piratininga, parou então

²⁶⁷ Ibidem, p. 11.

²⁶⁸ MELLO, Oliveira. *Afonso Arinos e o Sertão*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1961, p. 41.

estático diante da velha palmeira e lembrou os tempos de sua independência, quando as **tribos nômades vagavam livres** por essa terra. **Poeta dos desertos**, cantor mudo da natureza virgem **dos sertões**, evohé! Gerações e gerações passarão ainda, antes que seque este tronco pardo e escamoso. A terra que te circunda e os campos adjacentes tomaram teu nome, ó epônimo e o conservarão. Se algum dia a civilização ganhar essa **paragem longínqua**, talvez uma grande cidade se levante na campina extensa que te serve de soco, velho Buriti Perdido.²⁶⁹

Estão aí todas aquelas referências que foram utilizadas para representar os sertões: as *tribos nômades livres* (entenda selvagem) que não tinham controle da natureza, sem domínio da agricultura, que vagavam pela região; o *deserto* que ora substitui ora se mescla com a ideia de sertão; e a distância, a *paragem longínqua* que se mantinha afastada da civilização que compunha o litoral. Essas referências estarão presentes também na obra de seu sobrinho.

Nos escritos de Afonso Arinos (sobrinho) é flagrante como o indígena da região se torna um problema para o estabelecimento da civilização que ele denomina “do couro”.²⁷⁰ Bem antes da descoberta do ouro, pouco a pouco a região, entenda sertão, foi sendo conquistada, domada, “como é necessário fazer” com tudo aquilo que não se submete à ordem e ao padrão das gentes civilizadas e ordeiras do litoral.

Waldemar Barbosa de fato cita, conforme mencionei anteriormente, uma série de documentos que comprovam a concessão de sesmarias para criadores de gado que vinham do nordeste, sobretudo da Bahia.²⁷¹ Sendo assim, em dado momento de seu texto conclui: “*que o arraial é anterior ao manifesto das minas de ouro, não há dúvida*”.²⁷²

Interessa aqui a representação de uma Paracatu dinâmica e ativa, com presença de grupos de culturas diferentes, pois esta imagem da cidade serviria para explicar e justificar as características “brilhantes” de pessoas como Afonso Arinos. A representação de uma cidade tomada pela selvagem em pleno deserto não contribuiria para ajudar a compreender a origem de “tipos humanos” como aqueles que descenderam

²⁶⁹ Ibidem, p. 51-52, grifos meus.

²⁷⁰ Essa noção de *civilização do couro* expressava a ideia de um novo tempo, com novas práticas de trabalho e sociabilidades que retiravam o sertão do estado da selvageria e desordem total. Podemos ver uma reflexão sobre a expressão em: LIMA, 2013, p. 103-110.

²⁷¹ Cf. nota de número 80.

²⁷² BARBOSA, 1995, p. 237.

da família Melo Franco. Assim, na introdução de sua obra, conforme já apontamos anteriormente, Afonso Arinos (sobrinho) explica:

Na fase provincial, estudarei a formação do núcleo social em que se aprofundam as raízes coloniais da sua gente, núcleo que se singulariza pela participação simultânea na democrática “civilização do couro”, e na patriarcal e semi-aristocrática “civilização do ouro”. O que deu em resultado a criação destes tipos de homens ao mesmo tempo simples e requintados, próximos do povo como os que mais o forem, mas sentindo-se à vontade nos grandes ambientes de cultura. Tipos humanos, mineiros e brasileiros, de que Afrânio de Melo Franco e seu irmão Afonso Arinos foram os mais característicos representantes.²⁷³

A representação de um arraial que desde cedo estava ocupado pelos sertanejos criadores de gado não é simplesmente um dado objetivo, tal qual nos apresenta Waldemar Barbosa elencando os vários documentos que revelam as concessões de sesmarias na região do rio Paracatu. Ela cumpre duas funções significativamente importantes dentro da construção historiográfica do noroeste.

A primeira função diz respeito à origem de Paracatu. Enquanto as outras cidades mineiras já assistiam seu espaço urbano adquirir corpo a partir da exploração das minas no final do século XVII e início do XVIII (com a chegada dos elementos que referenciavam a civilização europeia), Paracatu permaneceria no espaço do sertão com suas minas somente exploradas a partir da década de 1730. A chegada dos sertanejos trouxe para o arraial que se formava os elementos dessa civilização do couro que fizeram com que sua origem, nessa produção historiográfica, fosse datada da mesma época de formação das outras cidades mineiras que já estariam em estágio avançado de desenvolvimento urbano e com fortes laços com a administração colonial.

A segunda função dessa representação do arraial (desde cedo, fins do XVII para o XVIII, ocupado pelos sertanejos) estava relacionada à explicação das características de algumas das gentes da cidade. Nesse caso, cumpria a função de equilibrar a história de fausto que o arraial vai vivenciar durante o período da exploração aurífera e, conseqüentemente, de formar o caráter do homem paracatuense que ao mesmo tempo que é simples, pode ser também muito requintado. A *civilização*

²⁷³ FRANCO, 1955, p. XV.

do couro em Paracatu, segundo a representação construída por Afonso Arinos, contribuiu para a formação de um povo mais simples, acostumado ao tempo mais tradicional (em que as experiências humanas seguem em compasso com as “determinações” das estações climáticas da natureza que, de certa forma, impõe tempo para plantio, colheita, festividades e outras atividades sociais), enquanto a *civilização do ouro* fê-lo ser alguém capaz de extrapolar a vida rudimentar que caracterizava a cultura sertaneja, capacitando-o a conviver adequadamente *nos grandes ambientes de cultura*.

Colocado no encontro das duas grandes eras históricas sertanejas, a do couro e a do ouro, cada uma com as suas características culturais definidas, Paracatu participou dos dois ambientes. Foi, desde o século XVIII, centro das duas atividades econômicas, a criadora e a mineradora, conforme demonstram velhos documentos municipais. Conheceu ao mesmo tempo a vida requintada e luxuosa da mineração e a formação social igualitária da criação. E **estas influências formadoras, até certo ponto contrastantes, explicam, em grande parte, traços psicológicos** de alguns dos filhos mais destacados do velho centro mineiro, como os irmãos Afonso Arinos e Afrânio de Melo Franco (grifo meu).²⁷⁴

Tristão de Athayde ao escrever sobre Afonso Arinos reforça essa imagem ao afirmar:

Tôda a sua primeira infância, até aos nove anos, passou-a Afonso Arinos na vila natal [Paracatu]. A vida livre de então, na cidadezinha pacata e sonolenta, onde não havia mister prender as crianças, pois todo ela era como o jardim da casa, gravou-se indelevelmente em sua alma (...) Pouco antes de morrer ainda evocava com ternura essa paisagem que o vira nascer e na alma lhe deitara raízes indeléveis: - “A alma dessa paisagem, para onde quer que andemos longe, nos segue de perto e nos acompanha...”²⁷⁵

Como um arraial que teria demorado tanto a se desenvolver, ainda tão isolada em uma região associada ao deserto, e ao gentio selvagem, poderia ter contribuído para a formação de uma alma tão expansiva e requintada como a de Afonso Arinos? Se o

²⁷⁴ Ibidem, p. 14.

²⁷⁵ MELLO, 1961, p. 21-22.

ouro, o desenvolvimento urbano, a circulação de centenas de aventureiros e a vida baseada no enriquecimento fácil e na existência cheia de fausto, somente chegariam a partir de 1744, o caráter do sertanejo de vida simples e humilde formou-se anteriormente a esse fato, durante o ciclo do couro, com o povoamento gradual que aconteceu nas margens do rio Paracatu com o estabelecimento dos currais.

Essa maneira determinista de se conceber a influência dos aspectos físicos e geográficos do lugar sobre o espírito humano foi largamente trabalhado por um autor que se tornou muito conhecido nesse período em que escreve Afonso Arinos: João Camillo de Oliveira Torres. Em seu livro publicado em 1944, *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*, que ganhou o Prêmio “Diogo de Vasconcelos” de Erudição da Academia Mineira de Letras, de 1943, o autor trabalha claramente essa ideia. Sobre ela, Mariza Guerra de Andrade afirmou:

João Camillo de Oliveira Torres planta uma tese de inspiração ‘determinista’ e amparada pelo ‘paradigma geográfico tradicional’, em curso no país até a década de 1950. Nesses termos, a situação geográfica e topográfica conformou Minas Gerais e os mineiros, ainda que a combinação de fatores como a economia fugidia da mineração, a vida urbana e o municipalismo, o fisco, as ideias europeias da Ilustração, o Cristianismo e o espiritualismo influíssem decisivamente naquela conformação.²⁷⁶

Tanto o sertão do noroeste quanto o paracatuense serão profundamente marcados pela interação entre esses dois “ciclos” que farão com que a formação do arraial seja resultado da interação entre aquilo que na historiografia da região chamaram de *civilização do couro* e *civilização do ouro*. Vimos que a *civilização do couro* foi responsável por formar a personalidade de humildade e simplicidade de homens e mulheres do sertão. Entretanto, são os bandeirantes os representantes maiores daquilo que chamam de *civilização do ouro*. Vemos isso arraigado muito fortemente nos escritos de Oliveira Mello, quando afirma que “*as bandeiras andaram, sem cessar, durante quase dois séculos e com pouca mutação de itinerários. Por onde passavam,*

²⁷⁶ ANDRADE, Mariza Guerra de. In: TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 29.

inconscientemente, deixavam o rastro da civilização”.²⁷⁷ Mesmo que isso não fosse exatamente sua intenção, estariam tão imersos dentro da cultura civilizada que a semeariam involuntariamente por onde quer que passassem.

Quando Oliveira Mello, em *Paracatu do Príncipe: Minha terra* (1979) afirma que o Brasil, por ocasião da chegada dos portugueses, em 1500, “*era habitado por homens que não conheciam a civilização*” ele diz que, por isso mesmo, “*não usavam roupas, viviam em aldeias, morando em grandes tabas... usavam penas como enfeites, pintavam o corpo e sua arma era a flecha. Viviam em constantes guerras com outras tribos e se alimentavam de caça pesca e alguma vegetação*”.²⁷⁸ Por trás dessa imagem de civilização está a concepção já abordada por Norbert Elias, da noção da expressão como “*a consciência que o Ocidente tem de si mesmo: tudo aquilo em que a sociedade ocidental [...] se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais primitivas*”.²⁷⁹ Por isso, paulistas, bandeirantes e europeus são narrados numa posição de superioridade em relação às gentes que se encontravam na cidade. Olympio Gonzaga vai descrever os paulistas, conforme já vimos, como homens *destemidos e corajosos*.²⁸⁰ Há, na construção da historiografia do noroeste (e, de um modo geral, na historiografia mineira) um investimento simbólico na façanha dos bandeirantes, e no caso de Paracatu, na façanha de Felisberto Caldeira Brant. Isso aconteceu “*não tanto pelos seus supostos resultados imediatos, mas pelo que nela serviu de moldura prestigiosa*” para os homens e elites posteriormente.²⁸¹

A adoção desse modelo de civilização europeia em Paracatu, abarcou um processo que não foi simples, pois envolvia o esforço para a construção e invenção de tradições em que as elites e, mais tarde, os próprios escritores da memória da cidade, elaboraram representações que em nada ficavam a dever para a cultura europeia. Para isso, são construídos os elementos simbólicos que compõem essa nova memória do sertão do noroeste: “*mitos de origem, tradições, heróis, fatos históricos singulares*”.²⁸² Toda essa criação era extremamente importante na conversão do sertão do noroeste em um ambiente civilizado.

²⁷⁷ MELLO, 2002, p. 109.

²⁷⁸ MELLO, 1979, p. 23.

²⁷⁹ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 64.

²⁸⁰ GONZAGA, 1988, p. 2.

²⁸¹ ANDRADE, 2008, p. 21.

²⁸² GALETTI, 2012, p. 28-29.

Em Paracatu teremos exemplos para todos esses elementos simbólicos. A construção de mitos de origem e narrativas que constituíram os heróis da cidade pode ser vista na passagem em que, na historiografia elencada, os autores narram o encontro das bandeiras de Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis. A invenção de tradições também, como no caso da narrativa que constrói a imagem de um arraial liderado por uma pessoa justa (Felisberto Caldeira Brant) que preferia abrir mão do aumento de suas riquezas e promover a paz do lugar em troca de não ver sangue sendo derramado no arraial e as vidas das pessoas serem preservadas, conforme mencionado por Olympio Gonzaga e Oliveira Mello.²⁸³ Nas palavras de Gonzaga, Brant foi um herói cuja “*boa estrella sempre lhe guiára os passos*”.²⁸⁴

Também tivemos a *invenção de tradições*²⁸⁵ que em nada deviam às europeias. Temos como exemplos aquelas narrativas que descrevem as festas da cidade, como a que ocorreu por ocasião da elevação de Paracatu à condição de vila de Paracatu do Príncipe e por ocasião do estabelecimento da primeira Câmara na vila, no ano de 1799.

Acompanhado de numerosa tropa de cavallaria e infantaria, o ouvidor entrou no arraial a 13 de dezembro de 1799, sendo delirantemente aclamado pelo povo que o recebeu com grandes festas. [...] Na instalação da camara, a 18 de dezembro de 1799, os vereadores estavam trajados a Luiz XIV, vestidos de calção, casaca de bico de vistosas cores, capa sobre os hombros, cabellos grandes penteados, elegantes chapéus de pluma, espadim á cinta, meias altas e sapatos com fivellas de ouro. Nessas ocasiões, as senhoras trajavam vestidos de seda com saias de balão, com grande roda e libras de ouro ao pescoço. Era uso das ricas sahirem a passeio carregadas em rêdes ou palanquins por criados agaloados. Aquellas senhoras que vieram de suas fazendas e chacaras assistir á instalação da camara, entraram na villa vestidas de *robe*, montadas em bonitos corceis, sobre sellins, cujo assento era forrado de velludo e usavam esporas.²⁸⁶

Nessa paisagem construída por Olympio Gonzaga, Paracatu, possivelmente, em nada devia para eventos como esses que aconteciam na Europa. Em nada se parecia com a ideia de sertão associada à deserto, selvageria e falta de ordem. O sertão do

²⁸³ GONZAGA, 1988, p. 5-7 e MELLO, 1979, p. 29.

²⁸⁴ GONZAGA, 1988, p. 7.

²⁸⁵ Ver nota 207.

²⁸⁶ GONZAGA, 1988, p. 21.

noroeste de Minas está domesticado. Está inserido, a partir de agora, nos domínios coloniais. Mas, apesar da construção dessa memória hegemônica para a sociedade paracatuense do século XVIII, que vincula a formação da vila aos elementos da civilização europeia, também houve a construção, para o mesmo período, de uma memória para as pessoas simples, negras e indígenas.

Paracatu atraiu muitos portugueses depois do anúncio de suas minas feito pelo bandeirante José Rodrigues Fróis, em 1744. No trabalho de Renato Pinto Venâncio intitulado *Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII*, ele analisa o processo de povoamento da região noroeste de Minas Gerais, em particular, da vila de Paracatu. A quantidade de portugueses que foram atraídos pelo anúncio foi significativa, pois “*no noroeste mineiro, em cada grupo de quatro pais que, em 1775, levaram o filho à pia batismal, um havia nascido em Portugal*”, a ponto de o autor se referir ao arraial como “*posto avançado do império colonial português*”.²⁸⁷ A quantidade de grupos sociais que aqui se encontraram acabaram interagindo e se misturando num *caldeamento de raças*, conforme palavras do próprio Oliveira Mello. Essa mistura (também decorrente da miscigenação), na construção feita por ele, afetou negativamente o seu povo em três áreas: na religião, no físico e no conhecimento.

Para ele, “*pelo caldeamento, o espírito de religião de nossa gente já se tornou desorientado. Confundem dogmas com infundas credices e, em lugar da fé, nascem a superstição e o sincretismo religioso*”.²⁸⁸ O sincretismo religioso seria um sério problema para a fé pura, no caso, a católica. Sendo assim, outras manifestações religiosas não atingiriam o status de religião, mas sim de credices e superstições. No campo da beleza, do físico do paracatuense, para ele “*essa mestiçagem faz com que o paracatuense não seja um tipo de beleza ideal. Apesar de haver saído de seu meio um dos homens, até hoje, ao lado de Joaquim Nabuco, considerados dos mais belos tipos masculinos do Brasil: Afonso Arinos*”.²⁸⁹ Pela forma como descreve o europeu e deprecia tanto os indígenas quanto os negros, temos aí a constatação de que o tipo de beleza ideal a que se refere estaria relacionado às características dos europeus. E, em relação ao conhecimento e à razão, que se fundamenta em fatos verdadeiros (e não *folclóricos*), Paracatu perdeu com a influência dos negros e da gente simples. Uma vez

²⁸⁷ VENÂNCIO, 1998, p. 90.

²⁸⁸ MELLO, 2002, p. 312.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 79.

que com eles ocorre um maior apego às lendas e folclores. Podemos perceber essa sua posição na seguinte narrativa:

Em toda a região, em que Paracatu exerceu sua influência, notadamente no noroeste de Minas, o negro sempre está presente. As velhas localidades preservam, em seu meio, um número maior de fatos folclóricos. Pois a terra, quanto mais antiga, é mais suscetível a lendas e tradições, que a alma do povo, principalmente do povo simples, vai criando e passando de geração em geração.²⁹⁰

Portanto, os negros e as gentes mais *simples* são vistos por ele do ponto de vista da cultura europeia, por isso, representados em Paracatu segundo os preconceitos do etnocentrismo. Também podemos perceber isso no relato que ele faz dos negros, colocando-os como uma “*raça mais submissa*” que os indígenas brasileiros que não aceitavam a escravidão.²⁹¹ Sobre isso, Mello afirma que “*Portugal colonizava também a África. Os nativos africanos eram mais civilizados e mais dóceis do que os nossos*”.²⁹² Mais *civilizados* porque estavam em contato com o europeu há mais tempo que os nativos brasileiros e *mais dóceis* porque “aceitavam” de forma mais submissa o domínio do português.

Dessa forma, portanto, foi construída a memória do noroeste de Minas pela historiografia. A região foi representada inicialmente, como todo interior da colônia brasileira, como um sertão *vazio* e, ao mesmo tempo, *infestado* pelos gentios selvagens. Assim, foi pouco a pouco *assistindo à chegada*, já no final do século XVII, dos elementos da *civilização do couro* com a introdução das fazendas e da cultura sertaneja como elementos que formarão a personalidade marcada pela humildade e simplicidade entre as várias gentes do lugar. Os bandeirantes serão vistos como os semeadores da civilização, responsáveis pela riqueza e pela formação de uma *civilização do ouro* que proporcionará aos paracatuenses o contato com os mais requintados elementos da cultura europeia. O que podemos perceber nessa construção foi a glorificação do elemento europeu e desvalorização da memória das pessoas mais simples, dos negros e indígenas. Sobre estes últimos, passo agora a fazer uma reflexão sobre o registro de sua

²⁹⁰ Ibidem, p. 313.

²⁹¹ Ibidem, 311.

²⁹² Idem.

memória, ora silenciada ora construída de forma a engrandecer os feitos dos *homens do litoral*, através das poucas informações que conseguimos encontrar na historiografia aqui estudada.

3.4 A MEMÓRIA INDÍGENA DO NOROESTE NOS DOCUMENTOS

O *vazio demográfico* deixado pela historiografia produzida na segunda metade do século XX sobre populações indígenas de Minas foi significativo, já afirmava Adalgisa Arantes Campos na apresentação de sua obra *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)* de Adriano Toledo Paiva.²⁹³ No prefácio deste livro, Adriana Romeiro afirmou também que, com raras e louváveis exceções, a história indígena em Minas Gerais “*ainda permanece relegada a um lugar secundário, como que a reiterar as velhas teses – hoje, já superadas – sobre o extermínio das populações indígenas, nos primeiros tempos da descoberta do território, ainda em fins do século XVII.*”²⁹⁴

Nesse sentido, as narrativas construídas em torno dessa temática constroem uma memória que banuiu a presença indígena da história dos povoados mineiros durante o século XVIII. Desta forma, explica Toledo, “*na historiografia desenvolveu-se a noção de ‘vazio demográfico’, na qual a colonização se processa desprovida de quaisquer conflitos, como se a conquista transcorresse por territórios despovoados*”.²⁹⁵ A construção da noção de sertão discutida anteriormente ajuda a compor essa memória, digamos, contraditória, ora de um espaço vazio, ora de um espaço ocupado por selvagens.

Grande parte do que sabemos sobre essas populações decorre de estudos feitos por pesquisadores e memorialistas das cidades, tais como aqueles que selecionamos para este estudo em Paracatu. Essas narrativas são um exemplo bem nítido da noção elaborada por Walter Benjamin para *documentos de barbárie*.²⁹⁶ São documentos elaborados e transmitidos a partir das lutas estabelecidas pelas narrativas produzidas

²⁹³ PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010, p. 13

²⁹⁴ Ibidem, p. 17.

²⁹⁵ Ibidem, p. 22.

²⁹⁶ BENJAMIN, 1987, p. 225.

pelos vencedores. É uma narrativa que exclui, que silencia e apaga a memória dos sujeitos ou de grupos inteiros na construção da memória. Diante de toda a dificuldade estabelecida pela situação de silêncios e apagamentos relacionados à cultura daqueles que também não tinham uma tradição gráfica, cabe ao historiador, no entender de John Monteiro, o desafio de não simplesmente eliminar as lacunas historiográficas na análise dessas sociedades, mas de desconstruir “*as imagens e pressupostos etnocêntricos arraigados em nosso imaginário e recorrentes nas representações de nosso passado.*”²⁹⁷

Podemos afirmar que em relação à construção da memória de Paracatu, houve esse esforço de se silenciar e apagar a memória indígena de sua história. Podemos apontar algumas características gerais na narrativa historiográfica da cidade sobre esses grupos indígenas. Em primeiro lugar, elas são generosas em relatar o sofrimento do vencedor no contato com esses grupos indígenas. Em Paracatu, no enredo dessas narrativas, os indígenas entram em cena assim que os bandeirantes chegam à região para aprisioná-los. E, em uma dessas ações, o nome Paracatu aparece pela primeira vez em um documento. Segundo Olympio Gonzaga, Oliveira Mello, Afonso Arinos e Maria da Conceição Miranda de Carvalho, o nome Paracatu aparece pela primeira vez em um testamento, em que o membro da bandeira de Nicolau Barreto diz ter sido ferido por uma flecha de índio tupinaês.²⁹⁸ Não há nenhuma menção sobre o sofrimento desses grupos com os conflitos decorrentes dos aprisionamentos e lutas com os paulistas, mas há referência sobre os ferimentos causados por eles, em mais de um documento (testamento). Ressalto também que a única menção feita ao grupo indígena no livro *Paracatu: Morro do Ouro*, de Maria da Conceição Miranda de Carvalho, acontece justamente para narrar esse fato e explicar a origem do nome Paracatu, que, por sinal, é indígena e, no tupi, significa *Rio Bom*.

Outra característica desse tipo de narrativa, é que nela, os indígenas ocupam as margens e, em alguns momentos, o centro desses enredos, de forma que ora são apresentados como vilões ora como elementos da conquista. Os conflitos são narrados de forma a enaltecer as qualidades, a força e as estratégias dos bandeirantes. Quando os grupos indígenas são chamados de *temidos*, esse artifício da narrativa reforça o heroísmo dos bandeirantes que os venceram e concederam a eles, condições de se

²⁹⁷ PAIVA, 2010, p. 23-24.

²⁹⁸ MELLO, 2002, p. 74-75. Ver também: FRANCO, 1955 (o primeiro capítulo do Tomo 1).

superar ainda mais no domínio do mais interior do sertão. A descrição da *façanha* de Castanho Taques por Oliveira Mello demonstra isso: “*Castanho Taques, após enfrentar temidos indígenas e tê-los vencido, em definitivo, na região de conquista, avançou até os sertões dos Araxás, de onde se pôs sertão adentro.*”²⁹⁹

Outra característica é que, nas narrativas, ou elas descrevem a eliminação completa dos indígenas ou, nos enredos da ocupação dos sertões, são escravizados. Em Afonso Arinos a *civilização do couro* prosseguia à medida que o indígena (*gentio hostil*) ia sendo destruído: “*As terras iam ficando livres do gentio pela caça que lhes faziam os predadores de escravos e, nas regiões assim limpas, os paulistas introduziam aos poucos seus rebanhos*”.³⁰⁰ E, mais à frente reforça ainda mais essa necessidade de destruição do indígena para que a região pudesse ser integrada aos elementos da civilização: “*Destruído o gentio hostil, fundados os núcleos de suprimento e comunicação como Morrinhos e S. Romão, prosseguiu a expansão vagarosa da civilização do couro.*”³⁰¹ Oliveira Mello segue o mesmo caminho, na verdade, quase numa cópia daquilo que havia escrito Arinos: “*Foram sendo destruídos os gentios bravios e fundados os centros de abastecimento e comunicações.*”³⁰² E Bernardo Mata-Machado reproduz exatamente as palavras de Afonso Arinos.³⁰³ Em outro momento, ao justificar a escolha do primeiro marco cronológico que estampa o título do seu livro *História do sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)* afirma que foi escolhido por que nesta data se deu “*o final da conquista do sertão brasileiro, a derrota e escravização dos nativos e o início do povoamento da região sob o jugo da colonização portuguesa*”.³⁰⁴ Não há espaço em sua narrativa para as associações ou outro tipo de estratégia de convivência entre indígenas e portugueses ou bandeirantes. Nela, duas únicas versões, conforme já dito, superadas pela historiografia: ou os indígenas são escravizados ou eliminados.

Além de tudo isso, nessas narrativas os indígenas ainda são exaustivamente discriminados, conforme já se percebeu até aqui. Nas palavras de Olympio Gonzaga, “*as minas de Pyracatú, collocadas no extremo occidente da Capitania, jaziam ignotas,*

²⁹⁹ Ibidem, 2002, p. 76.

³⁰⁰ FRANCO, 1955, p. 10.

³⁰¹ Ibidem, p. 11.

³⁰² MELLO, 1979, p. 27.

³⁰³ MATA-MACHADO, 1991, p. 51.

³⁰⁴ MATA-MACHADO, 1991, p. 19-20, grifo meu.

conhecidas apenas, pelos índios que infestavam essas paragens”.³⁰⁵ Para Oliveira Mello, são os selvagens “*que não conheciam a civilização*” e, por isso, “*não usavam roupas, viviam em aldeias, morando em grandes tabas... usavam apenas enfeites, pintavam o corpo e sua arma era a flecha... viviam em constante guerra com outras tribos*”.³⁰⁶ Em outros momentos pertenciam a eram um tipo de homens *mais rudes* que os criminosos.³⁰⁷

Portanto, dessa forma foi, por um lado, silenciada a memória desses grupos indígenas e das possíveis relações complexas engendradas por eles, dentro de todo o processo colonial. Por outro, construída uma memória, a partir das narrativas desses atores coloniais, que lhes imputaram uma carga de valores negativos gerados a partir de uma cultura pautada no olhar etnocêntrico e na desconstrução do *outro* como forma de afirmação dentro do espaço colonial.

Interessante notar que nessas *regiões de fronteira*, como é o caso em Paracatu, temos vários estudos que apontam para as complexidades de relações entre os grupos indígenas e a sociedade colonial, conforme vemos abaixo em um apontamento feito por Maria Regina Celestino de Almeida. Entretanto, não é o que constatamos no conjunto de obras que compõe parte significativa da historiografia da região.

As complexas relações entre grupos indígenas das aldeias e dos sertões, entre si, e com os não índios, nas várias situações de guerra, desconstroem a ideia de oposição rígida entre o sertão e a colônia, entre índios mansos e índios selvagens ou entre os chamados estados de barbárie e de civilização. Essas divisões estavam muito mais presentes nos discursos de autoridades, colonos, missionários e até das próprias lideranças indígenas do que no cotidiano dos sertões, aldeias e vilas, onde as misturas eram grandes. Os índios dos sertões não viviam absolutamente isolados do mundo colonial. Entravam e saíam dele conforme possibilidades e circunstâncias. Vários estudos sobre regiões de fronteiras internas e externas revelam as múltiplas e variadas relações bélicas, culturais e comerciais entre índios aldeados, índios dos sertões e não-índios.³⁰⁸

³⁰⁵ GONZAGA, 1988, p. 2.

³⁰⁶ MELLO, 1979, p. 23. Ver também MELLO, 2002, p. 109.

³⁰⁷ MELLO, 2002, p. 311.

³⁰⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 64. (Coleção FGV de Bolso. Série História).

Sendo assim, ainda há muito que se pesquisar sobre a cultura indígena dos setecentos no noroeste, mas acredito que, como afirmou John Monteiro, já é um grande desafio começar pela “*desconstrução de imagens e pressupostos etnocêntricos arraigados em nosso imaginário e recorrentes nas representações do nosso passado*”.³⁰⁹

3.5 A O SERTÃO DO NOROESTE DE MINAS DOMESTICADO

Até agora, em linhas gerais, o que se pode perceber nesta reflexão que empreendo é que a formação da memória da cidade durante todo o século XVIII, na verdade, fundamentou-se dentro de um processo que poderíamos chamar de *domesticação do sertão*.³¹⁰ Entendemos que, um processo assim deve ser percebido dentro de uma concepção expansionista e civilizadora do Império português. Essa compreensão já tinha sido dada por Lylia da Silva Galetti quando, ao explicar esse mesmo processo de domesticação para a região do Mato Grosso, ela afirma:

É fundamental frisar que a domesticação do sertão e de seus habitantes, vista como o efetivo estabelecimento e manutenção de uma sociedade ordenada, capaz de se contrapor à barbárie que a rodeava, impunha-se como uma tarefa tão crucial quanto aquelas destinadas à **edificação material dos marcos fronteiriços**. Melhor, era parte essencial do projeto expansionista e civilizador do Império português.³¹¹

Dessa forma, a constituição desses *marcos fronteiriços* de que fala a autora seriam fundamentais para a cooptação desses espaços coloniais para a administração e controle metropolitano. A historiadora Isabel Castro Henrique faz uma importante reflexão sobre os marcos simbólicos utilizados na construção de um determinado espaço

³⁰⁹ MONTEIRO, John. Apud PAIVA, 2010, p. 23-24.

³¹⁰ Novamente faço a ressalva de que entendo essa domesticação como o esforço dos autores (com os quais estou trabalhando neste estudo) de construírem determinada imagem para a região que a associasse aos elementos do litoral. No meu entendimento, apesar desse esforço, seja o sertão ou as sociedades, eles nunca serão “plenamente” domesticados, porque as lutas de ontem acabam sempre sendo retomadas hoje, enfim, sempre houve a contra-domesticação, as resistências.

³¹¹ GALETTI, 2012, p. 85.

colonial (no caso do estudo da autora, sua reflexão se dá sobre o espaço territorial de Angola).

Uma das ações dos colonizadores que constituem suas práticas de dominação e controle do espaço colonial é procurar “*desmantelar ‘cientificamente’ a terra*” retirando dela as características dadas pelos nativos “*para construir, por esta via, um território colonial ‘branquizado’*” de forma a criar uma nova identidade integradora do colono branco, depois de esvaziar a força dos elementos nativos naquelas terras.³¹² Através da historiografia e da cartografia, (este último, conjunto de documentos sobre os quais nos deteremos com mais atenção a partir de agora) percebemos um processo de construção da memória de Paracatu do século XVIII em que o noroeste vai sendo esvaziado dos aspectos da cultura indígena e sua identidade sendo constituída com cada vez mais elementos da cultura portuguesa, integrando-se, com o passar do tempo mais fortemente ao lugar.

Para isso, o recurso à imagem e à cartografia, no entender de Isabel Henrique, é essencial, pois permite a materialização e manipulação dos aspectos identitários do lugar. Monumentos, construções de diversas naturezas, “ídolos”, danças, rituais, sepulturas, árvores, mapas, caminhos construídos pelo homem, símbolos religiosos (como cruzes e crucifixos), nomes e designações, documentos e todo tipo de elemento simbólico europeu, tudo é utilizado para afirmar a dominação portuguesa no território colonial. Vamos, a partir de agora, mais detidamente, analisar como a cartografia foi utilizada pelos portugueses para, por um lado, dar visibilidade ao espaço que se quer dominar, por outro, definir as condições de organização do território para o estabelecimento do seu efetivo controle.

A cartografia permite pois dar uma visibilidade inédita ao espaço que se pretende ocupar e permite igualmente definir as condições de sua organização. É como se qualquer território fosse um espaço sem conteúdo e sem vida, redutível a um mapa de papel – plano e liso, delimitado por linhas/fronteiras, preenchido por símbolos e códigos abstratos, vazio de homens, de estruturas políticas, sociais, religiosas, vazio de histórias seculares. A pretendida cientificidade que preside à elaboração do mapa

³¹² HENRIQUE, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília: UnB, vol. 12, n. ½, 2004, p. 11, grifo meu.

garantiria pois a legitimidade da apropriação dos territórios... pelas potências europeias.³¹³

Os principais *marcos simbólicos* que serão estabelecidos pelos portugueses nos seus mapas do noroeste de Minas do século XVIII são as fazendas, os *registros* (postos de cobrança de impostos), as igrejas e os caminhos.

No *Mapa da Freguesia da Manga* de 1764 (FIGURA 11), temos um bom exemplo sobre isso que estamos falando. Os mapas produzidos sobre as regiões das minas também decorriam da necessidade da Coroa portuguesa de aumentar o conhecimento sobre o sertão.³¹⁴ Os mapas produzidos nessa época, portanto, passam a descrever com mais riqueza de detalhes toda intervenção humana no espaço. Neste caso, a presença dos caminhos, das igrejas e do gado representa um território conquistado. Sobre isso, afirma Antônio Gilberto Costa:

Os acidentes naturais estão bem demarcados: serras, rios montanhas, matas, capoeiras aparecem retratados cada vez com mais exatidão. Os rios e caminhos dominam a paisagem, afinal eram fatores fundamentais para a penetração na área conforme salientam os relatos dos sertanistas. Mas não só os rios e os caminhos abertos, toda a presença humana está bem presente na construção das capelas e estabelecimento das fazendas, freguesias, arraiais, vilas e cidades, etc. A ocupação portuguesa está em quase todas as partes, retratando um espaço de exploração econômica, nas referências, por exemplo, às “terras diamantinas”, ou “por aqui se esperam grandes haveres de ouro”, ou ainda “povoação nova a título de descoberto de ouro”, que aparece no *Mapa da freguesia da Manga*.³¹⁵

³¹³ Ibidem, p. 27.

³¹⁴ COSTA, 2004, p. 18.

³¹⁵ Ibidem, p. 19 e 21.



(FIGURA 11: MAPA DA FREGUESIA DA MANGA. ca. 1764. 84 x 61 cm; Manuscrito desenho e aquarela colorida; AHU (n. 252/1158).³¹⁶).

Sobre este mesmo mapa, Cláudia Furtado o descreve da seguinte maneira: “Mapa representando a ‘divisão da capitania de Goiás com as Minas Geraes’. Na margem esquerda do rio São Francisco, o arraial de Paracatu aparece em meio a

³¹⁶ Ibidem, p. 228.

fazendas e sertões”.³¹⁷ Ressalta-se, portanto, a presença, nos sertões, do povoamento e domínio português. No caso do noroeste de Minas, uma área tão distante dos demais núcleos de povoamento e de exploração aurífera da capitania, as fazendas e igrejas serão as referências para o domínio dessas áreas e a presença do povoamento, conforme representado no mapa anterior. Neste sentido, Afonso Arinos (sobrinho) constrói a imagem do gado curraleiro como o *povoador plebeu dos sertões*.

Êstes vastos campos do maciço mineiro, a oeste do São Francisco, foram desde cedo considerados excelentes para a criação. Urbino Viana refere-se à multiplicação das fazendas, ou “currais de gado”, em toda aquela zona, a partir da segunda metade do século XVII, movimento que deu origem ao famoso gado curraleiro, povoador plebeu dos nossos sertões, cujo destino se veria ofuscado depois pelo culto quase religioso (como na Índia) do aristocrático zebu.³¹⁸

A outra referência usada no mapa é a das igrejas. Os três principais templos de Paracatu são representados nele. A igreja de Sant’ Anna construída em 1736, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Livres (1744) e a igreja da Matriz (1746). As igrejas representam o controle e a ordem, a essência de uma cultura religiosa do dominador europeu. As paróquias eram células indispensáveis “*na organização administrativa e territorial portuguesa*”.³¹⁹ Um claro sinal de sua presença e seu domínio com tudo aquilo que ela representava, pois a religião trazia consigo “*o apoio moral sem o qual não se podia organizar a sociedade em bases duradouras*”.³²⁰ Além disso, representavam a superação do mundo do sertão: “*em meio à construção de templos e edifícios – concentrados especialmente na segunda metade do século XVIII -, perpassava o desejo de superar a aparência rústica de um mundo erigido no sertão*”.³²¹

Não desconsideramos o fato de que essa imagem da igreja como a promotora da ordem também se devia, em grande medida, às determinações que advinham do próprio regime do padroado. Através dele, “*a Coroa interferia nos assuntos*

³¹⁷ FONSECA, 2011, p. 263.

³¹⁸ FRANCO, 1955, p. 11.

³¹⁹ PAIVA, 2010, p. 13.

³²⁰ GUEDES, João Alfredo Libânio, apud COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 188.

³²¹ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto – Estado e sociedade nas Minas Gerais setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 59.

eclesiásticos, assumindo a reponsabilidade pela construção e manutenção de templos e pelo pagamento dos eclesiásticos, administrando receitas, apresentando à Santa Sé nomes para dignidades eclesiásticas” em geral.³²² Portanto, a presença da igreja nessas regiões representava a presença do braço da administração colonial nessas áreas longínquas do sertão. Uma vez que em ações como essas, “mais do que a preocupação religiosa, moviam a Coroa portuguesa interesses de natureza geopolítica”.³²³



(Parte em destaque da FIGURA 11 mostrando as três principais igrejas de Paracatu no setecentos, alguns registros e fazendas).

Nessa representação cartográfica, portanto, além do córrego Rico, do apontamento de alguns arraiais (São Domingos e São Sebastião), de lavras e registros, temos dois elementos que foram fundamentais, dentro das construções historiográficas e cartográficas, para representar o domínio do colonizador nos sertões do noroeste: o gado (a presença das fazendas) e a igreja. Enquanto os demais arraiais e vilas mineiras estão sendo descritas pelas suas características urbanas, e pelas intensas correntes migratórias

³²² VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 25.

³²³ *Ibidem*, p. 35.

atraídas em seus núcleos pela descoberta do ouro, Paracatu é descrita como a área largamente ocupada por fazendas e com a forte presença da igreja.

O sertão paracatuense, por mais distante que estivesse dos demais núcleos de mineração, estava assim, livre de permanecer no vazio e debaixo da presença dos elementos que lhe representava: o *gentio hostil e selvagem*. O sertão de Paracatu vai sendo também *domesticado* pela cartografia através dos *marcos simbólicos* inscritos nos mapas produzidos pelos europeus.

Temos, na maioria desses mapas e livros consultados a construção de uma memória que fazia de Paracatu uma importante região de encontro de diversos caminhos que se cruzavam no arraial. Paracatu no século XVIII será representada dessa forma, como um ponto de convergência de vários caminhos que a vinculava e a colocava em contato intenso com várias regiões da capitania e da colônia.

A historiografia e cartografia constrói a imagem de um arraial no século XVIII que mesmo antes da descoberta do ouro interagia com diversas regiões de minas e outras capitanias da colônia. A paisagem cultural de Paracatu foi construída de forma a enfatizar sua posição geográfica e estratégica como uma grande encruzilhada do Brasil central. É importante atentar para essa construção, pois nem sempre a paisagem da cidade será representada dessa maneira.

3.6 A CONSTRUÇÃO DE PARACATU COMO *ENCRUZILHADA DO BRASIL CENTRAL* NA HISTORIOGRAFIA

Conforme discuti anteriormente, quando falei sobre as *marcas dos tempos* nas obras de Oliveira Mello, com o declínio da exploração aurífera, o antigo arraial que agora já se tornou vila de Paracatu do Príncipe (desde 1798) parece “perder” todos esses caminhos e se trancar no sertão em meio ao seu isolamento característico. Os caminhos e estradas que se encontravam em Paracatu “desaparecem”. A distância, que no século XVIII não foi considerada um problema para a historiografia, constitui-se agora como um dos grandes responsáveis pelo *isolamento e decadência* da vila (a Villa de Paracatu do Príncipe será elevada à condição de cidade em 1840). Esse isolamento somente será *rompido*, dentro dessa perspectiva historiográfica, com a construção de Brasília e, por conseguinte, com a abertura da rodovia BR-040 que passará por Paracatu, ligando-a à

capital e ao Rio de Janeiro. Portanto, temos ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX representações distintas para a paisagem cultural construída para Paracatu. Entretanto, para maior parte da historiografia consultada, Paracatu está mais do que integrada à Minas e às outras regiões da colônia no século XVIII. Segundo essa memória, ela é percebida como uma grande encruzilhada de diversos caminhos.³²⁴

Para Diogo de Vasconcelos, a história da abertura desses vários caminhos que passavam por Paracatu estava associada, em primeiro lugar, à Goiás, e em segundo, ao contrabando do ouro. Segundo ele “*a multidão, indo e vindo para Goiás, abriu por várias direções trilhos e veredas que serviam aos extraviadores de ouro*”.³²⁵ Para ter maior controle sobre o transporte do metal, Gomes Freire decidiu “*abrir uma estrada normal para o novo distrito com todas as comodidades possíveis e segurança, além de que fosse mais breve, pela qual os viajantes honestos, preferissem transitar*”³²⁶. O caminho ligaria Pitangui, considerada uma importante encruzilhada de várias estradas que a ligavam ao Rio de Janeiro, à São Paulo e à Vila Rica, até às minas de Vila Boa em Goiás.

...um atalho do caminho velho de São Paulo partindo da encruzilhada de Manuel de Sá até Pitangui, e com este, o prolongamento de Pitangui até à Vila Boa [...] O Capitão-mor Manuel da Costa deveria, partindo daquele ponto, vir, e passar pelo Rio Verde e pelo Angaí atravessar seguindo o sertão de Tamanduá e chegar a Pitangui, povoação esta que se tornaria centro das estradas para São Paulo, Rio e Vila Rica, ótimo de ser viajado pelo fisco, auxiliado pelo comércio lícito que aí entrasse.³²⁷

³²⁴ A historiografia menciona a expressão *caminhos*, em vez de estradas. Essa era a expressão utilizada tanto por Capistrano de Abreu em *Caminhos antigos e povoamento do Brasil (1988)*, quanto por Sérgio Buarque de Holanda em *Caminhos e Fronteiras*. Geralmente esses caminhos eram tidos como herdeiros das trilhas indígenas ou como caminhos indígenas que, mais tarde, ao serem utilizados pelas populações sertanejas, ensejaram a dinâmica de todo um movimento cultural, técnico e comercial entre as populações sertanejas e as indígenas (Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.). Estradas, em geral, eram vistas como “caminhos do período colonial onde o poder do Estado se fez presente em forma de registros ou outros pontos de cobrança, seja de pedágios, dos direitos de entrada, seja do quinto do ouro” cf. RENGGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735). In: RESENDE; LILALTA, 2007, p. 135.

³²⁵ VASCONCELOS, 1999, p. 139.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Ibidem, p. 140.

Esse caminho será muito importante na construção da memória de Paracatu, pois seu surgimento antecede a descoberta do ouro e já anuncia o povoamento da região. Oliveira Mello faz menção da *Picada de Goiás* em vários de seus livros. Como vimos, quando autorizada por Gomes Freire, seu objetivo não era vincular Paracatu a algum centro minerador, mas sim aos demais núcleos mineradores de Minas (a partir de Pitangui) a Goiás. Mas, o fato de a estrada passar pela cidade será enfatizado como algo que proporcionará a ela intenso trânsito com vários outros centros mineradores da colônia. A estrada parece, nos escritos, ter sido construída para atender aos interesses da cidade, e não esta ter sido beneficiada indiretamente por ela.

Oliveira Mello cita Paracatu como o lugar de arranchamento daqueles que transitavam pelo caminho, utilizando-o para chegar à Goiás: “*Paracatu já devia ser habitada, mesmo como local de arranchamento dos que se serviam desse caminho que ligou o centro minerador de Goiás aos centros criadores do Noroeste de Minas*”³²⁸. Mas ao mesmo tempo, o autor enfatiza que este não era o único caminho que cortava o arraial em direção à Goiás. Para isso, ele cita as informações trazidas por Waldemar Barbosa.

Não há dúvida que, em 1736, quatro diferentes caminhos para Goiás passaram a fazer junção em Paracatu: a Picada de Goiás, cuja construção foi permitida por despacho do Governador Gomes Freire de Andrade, de 8 de maio de 1736; a de Pitangui a Goiás, também autorizada em 1736 ao requerente Domingos de Brito e seus sócios; a que passava por São Romão, onde desembocavam caminhos de Minas, da Bahia e de Pernambuco; e o caminho que transpunha o São Francisco na passagem do Espírito Santo, nas proximidades da barra do Rio Abaeté”.³²⁹

Dessa forma, podemos constatar que o arraial muito provavelmente se beneficiou desse cruzamento dos vários caminhos que se encontravam ali. E isso trouxe a imagem de um arraial movimentado, mesmo antes do anúncio da descoberta de seu ouro. Sobre o movimento dos caminhos, Barbosa afirma que o caminho de Goiás era o mais freqüentado.

³²⁸ MELLO, 2002, p. 109.

³²⁹ BARBOSA, 1995, p. 237.

A Picada de Goiás e a que passava por São Romão eram as mais freqüentadas; sobre esta última há o seguinte documento de 1736: ‘este caminho há de ser o geral e mais freqüentado para os goiases’ (Ver. A.P.M. XVI, 375). E deste mesmo ano de 1736 há uma sugestão de Simão da Cunha Pereira ao Governador da Capitania; era tão freqüentada que convinha pôr contrato (Cód. 54, fls. 75v). Ora, se estes quatro caminhos diferentes iam juntar-se em Paracatu, de onde apenas um continuava para Goiás, é bem possível que aí nesse entrocamento houvesse, então, casas de hospedagem, e, provavelmente algum povoado com recursos para os viajantes.³³⁰

O que percebemos aqui é um arraial vinculado ao movimento dos caminhos que se uniam nele para, a partir desse ponto, tornar-se um só até as minas de Goiás. Além disso, pelo que vimos, entre os quatro principais a se encontrar na região de Paracatu, os mais movimentados eram, por um lado, aquele que vinha do norte por São Romão (onde se encontravam os caminhos que vinham da Bahia, Pernambuco e de Minas), e por outro, ao sul, a Picada de Goiás, “*com início em São João del Rei, numa sequencia do caminho velho de São Paulo*”³³¹. A ideia de trânsito de pessoas por esses caminhos foi reforçada pelos escritos que retrataram a época. Essa paisagem movimentada foi assim descrita por Oliveira Mello:

A área regional foi primeiramente ocupada por criadores de gado. Todo o ocidente são-franciscano se povoou de sesmarias e o comércio de gado foi iniciado. Era gente provinda dos longes do nordeste através de estradas que passavam por São Romão e chegavam até Paracatu, preocupada com a descoberta do ouro. São Romão era o centro do norte mineiro, onde se reunia essa gente, principalmente da Bahia e de Pernambuco, com destino às minas de Goiás. Uma picada de bastante movimento, superada apenas pela famosa Picada de Goiás. Paracatu era uma encruzilhada de todos os caminhos com destino à Goiás. Foram eles a causa do incremento econômico, através do intercâmbio comercial entre Paracatu e as principais regiões já povoadas das Minas Gerais e de Goiás, e mesmo com as do Nordeste do País.³³²

Percebe-se assim, que em momento algum, a distância é colocada como um problema para o desenvolvimento do arraial que agora já aparece identificado como uma encruzilhada *de todos os caminhos que levam à Goiás*. Paracatu está vinculada,

³³⁰ Idem.

³³¹ MELLO, 2002, p. 429.

³³² Idem.

segundo informações que são fornecidas nesses textos e segundo o que já mencionamos anteriormente, aos rincões da colônia. Mello fala (nota anterior) de um *intercâmbio comercial entre Paracatu e as principais regiões já povoadas das Minas Gerais e de Goiás, e mesmo com as do Nordeste do País!*

Essa imagem de um arraial vinculado às mais distantes regiões por caminhos muito utilizados por aqueles que seguiam para Goiás e por onde passavam também mercadorias para abastecer ou movimentar seu comércio também foi reforçada por Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho no livro *Paracatu: O Morro do Ouro* (1992). Neste livro a autora apresenta a história da exploração aurífera na cidade até chegar ao tempo atual. Para ela:

A circulação do ouro na região do Paracatu e a movimentação intensa da população incentivaram o comércio local que foi favorecido pela confluência de importantes estradas... O encontro das estradas que convergiam para essa região resultava em apenas uma via que se dirigia às minas goianas, possibilitando o intercâmbio entre Paracatu, principais regiões de Minas Gerais e Goiás.³³³

Mas será Oliveira Mello que consolidará essa representação da paisagem paracatuense movimentada e integrada. Ele associa os tropeiros do período do ciclo do ouro aos bandeirantes, colocando-os como os continuadores de suas conquistas. E também ressalta a importância da navegação do Rio São Francisco (o Rio Paracatu é seu afluente pela margem esquerda) para o transporte de produtos ao nordeste. De qualquer forma, a imagem construída de Paracatu nesse período se assemelha a um grande empório comercial em pleno sertão, sem grandes concorrentes por perto, pois a região de Goiás, como veremos, *apesar de fértil, não possuía meios para exportar seus produtos.*

Os tropeiros se transformaram nos continuadores das conquistas dos bandeirantes. O incremento comercial da Vila teve como fator importante o Rio Paracatu. Era a estrada líquida do sertão integrando aquele mundo ao comércio nordestino, principalmente com a Bahia e Pernambuco, através da

³³³ CARVALHO, 1992, p. 42.

navegação que se implantou. As tropas eram as únicas ativadoras do comércio sertanejo. Transportavam cargas do extremo norte do município (Vale do Carinhanha), até ao oeste e Triângulo Mineiro. Dentre as principais exportações de indústrias manufatureiras estavam as velas de sebo e o sabão. Havia também a exportação de couro, de algodão, de cereais. Na mesma época existia o precário e incipiente transporte fluvial, praticado pelos barranqueiros do São Francisco, principalmente de São Romão, de Januária e até de Juazeiro (na Bahia). As barcaças vinham carregadas sobretudo de sal. Voltavam levando cereais, couros, solas, sabão, açúcar, cachaça. A região goiana que faz divisa com Paracatu, apesar de fértil, não possuía meios para exportar seus produtos.³³⁴

As informações trazidas pelos autores são construídas com o objetivo de esclarecer algumas questões, as quais ficarão mais nítidas aqui: em primeiro lugar, o arraial de Paracatu não estava isolado; a região se vinculava às várias partes da colônia por uma rede de caminhos (estradas e picadas), como as quatro mencionadas até agora; esses caminhos foram construídos antes que as minas de Paracatu fossem declaradas descobertas em 1744; essa rede ensejou intercâmbios econômicos entre Paracatu e outras regiões; e, por fim, o arraial já era possivelmente povoado quando tudo isto aconteceu.

Ricardo Ferreira Ribeiro em *Florestas anãs do Sertão (2005)* também enfatiza a importância dos caminhos para fomentar o intercâmbio de pessoas, produtos e a ocupação dessa região do sertão. Ele afirma:

A abertura desses caminhos, além de representar um importante avanço da colonização no Cerrado da região Centro-Oeste de Minas, tem um significado especial para a divulgação das minas de Paracatu, pois era nessa localidade que todos eles se fundiam rumo à Goiás. É certo que a região já era explorada muito antes... É possível que por volta dessa data [1727], quando se descobriram as minas de Goiás, também se tenha iniciado a formação do arraial. O fato de todos os caminhos, abertos em 1736, aí se encontrarem é indicativo de uma presença de população, oferecendo ali pouso e comida aos que iam para Goiás. Naquela época, onde havia um núcleo de colonização, havia gente lavando o cascalho dos rios, e é bastante

³³⁴ MELLO, 2002, p. 431.

provável que por muito tempo o ouro foi extraído nessa região, antes que as lavras de Paracatu fossem anunciadas às autoridades coloniais, em 1744.³³⁵

Fernanda Borges de Moraes, em *De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais* (2007), também ressalta a importância da descoberta do ouro em Goiás na geração dessas novas frentes de povoamento com o estabelecimento de “*articulações expressivas no território mineiro*”.³³⁶ Pelos caminhos que surgiram nessa época, afirma a autora que “*redes urbanas dispersas e isoladas foram alinhavadas*”³³⁷.

Esses caminhos que passaram a existir a partir da descoberta do ouro em Goiás, foram tão variados que “*tantas eram as picadas que a tudo iam chamando de picada de Goiás*”³³⁸, afirmou Barbosa. Segundo Fernanda Moraes, isso “*indicava a importância dada a articulação dessas regiões*”³³⁹. E não somente isso, como também a importância desses caminhos na formação dos próprios arraiais, pois segundo Sylvio de Vasconcelos, que se interessou pela morfologia das vilas e arraiais de Minas, as povoações mineiras esparramadas e longilíneas surgiram em sua maioria de estradas “*cujas margens construídas acabaram por transformá-las em ruas*”³⁴⁰. É o que acontecerá em Paracatu, com a Picada de Goiás dando origem a uma de suas principais ruas, a Rua Goiás, que Oliveira Mello cita sem, contudo, indicar a fonte: “*Confirma-se a sua existência através de uma correspondência de 20 de novembro de 1769, do Guarda-mor Teodósio Duarte Coimbra ao governador Conde Valadares, que escreveu: ‘A chapada deste arraial, por cima da rua chamada dos Goyazes’*”³⁴¹.

³³⁵ RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do Sertão – o Cerrado na História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 183.

³³⁶ MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; LILALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, 1*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 74.

³³⁷ *Ibidem*, 75.

³³⁸ BARBOSA, 1995, p. 237.

³³⁹ MORAES, 2007, p. 74.

³⁴⁰ VASCONCELOS, Sylvio de. Formação das povoações de Minas Gerais. In: _____. *Arquitetura no Brasil: pintura mineira e outros temas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959, p. 5-6.

³⁴¹ MELLO, 2002, p. 110.

3.7 A CONSTRUÇÃO DE PARACATU COMO *ENCRUZILHADA DO BRASIL CENTRAL* NA CARTOGRAFIA

Na cartografia, Paracatu apareceu representada da mesma forma como acabamos de ver em todas as obras discutidas anteriormente, como uma encruzilhada de diversos caminhos que seguiam para Goiás. Nos séculos anteriores à descoberta do ouro, praticamente não encontramos representações cartográficas da região mineira. É o “*grande afluxo populacional e a falta de estrutura administrativa nas minas [que] reforçaram a demanda por mapas*”³⁴², segundo Friedrich Renger. A necessidade de garantir a arrecadação dos tributos para a Fazenda Real fez com que diversas normas fossem expedidas de Portugal no sentido de se produzirem mapas mais exatos, com o apontamento de caminhos e de registros presentes em cada um deles.³⁴³

Os motivos não se limitam às necessidades de arrecadações da Coroa ou de se administrar com mais controle as regiões mineiras. Havia o interesse dos portugueses de garantir as possessões dos sertões ante a notícia da chegada na região de jesuítas espanhóis. Dessa situação decorre a implantação, já em 1717, do Projeto de Mapeamento do território da América portuguesa e redefinição de seus limites e extensão.³⁴⁴ Nesse contexto, durante o século XVIII, podemos encontrar Paracatu em várias dessas representações.

O *Mapa da Capitania de Minas Geraes com a devise de suas Comarcas*, e tornou-se uma referência para vários documentos cartográficos, produzidos não somente no fim do século XVIII, como também no XIX. Segundo Antônio Gilberto Costa, o documento produzido por Jozé Joaquim da Rocha, em 1778, “*pode ser considerado o primeiro documento que traz a representação de todo o conjunto da capitania.*”³⁴⁵ Neste documento, Paracatu aparece como o arraial onde chegavam dois caminhos. A partir daí, há a indicação de um caminho em direção a Goiás (FIGURA 12).

³⁴² RENGER, 2007, p. 114.

³⁴³ Ibidem, p. 118.

³⁴⁴ COSTA, 2007, p. 105.

³⁴⁵ Ibidem, p. 151.



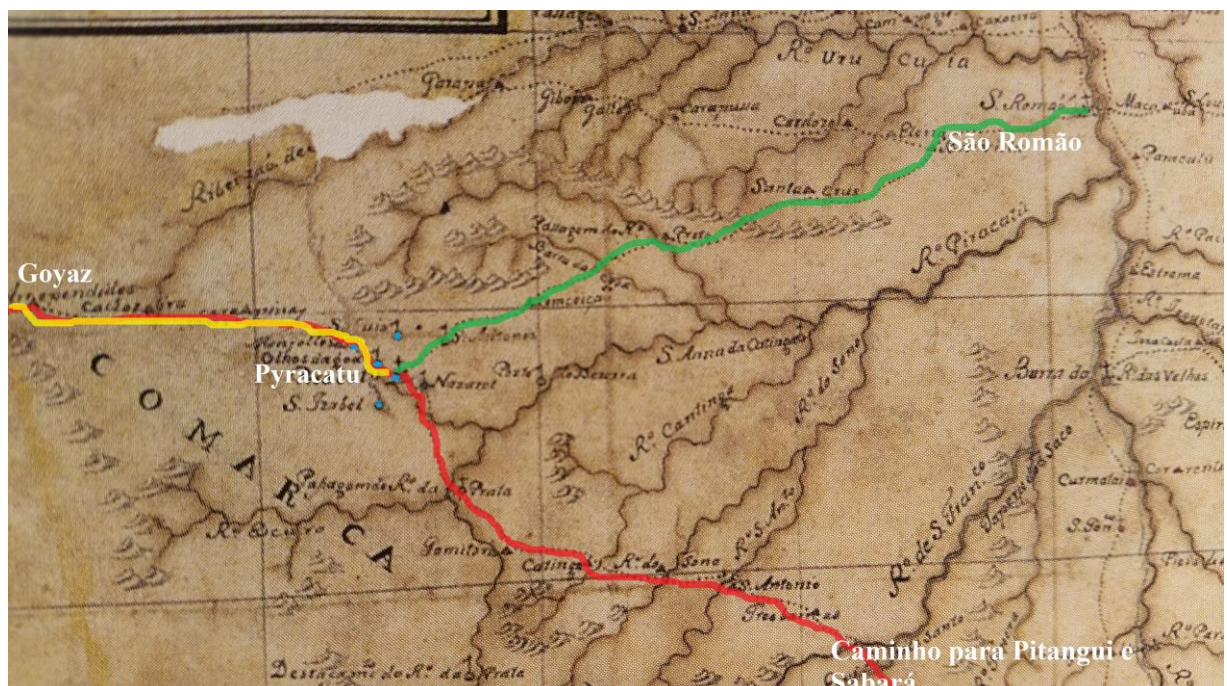
(FIGURA 12: MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES COM A DEVISA DE SUAS COMARCAS. Jozé Joaquim da Rocha, 1778. 41,9 x 35,1 cm; Aquarela. AHEx).³⁴⁶

É interessante notar que neste mapa não temos registro de “diversos caminhos” que fazem de Paracatu um grande entroncamento no Brasil central. São dois importantes caminhos, é verdade, mas que ainda não dão a entender que em Paracatu

³⁴⁶ COSTA, 2004, p. 147.

chegavam vários desses. No mapa de Jozé Joaquim da Rocha, temos ao sul o caminho que a vincula à vila de Pitangui (e Sabará) e também à vila Rica; ao norte, o caminho que vincula São Romão à Paracatu. De fato, percebe-se São Romão como um grande entroncamento de diversos caminhos. Ali pode se chegar por caminhos pelo leste, da região de Minas e da Capitania do Espírito Santo; do norte, ladeando as duas margens do São Francisco; do sul, com diversas bifurcações que vinculam aos vários núcleos de mineração de Minas. Sobre o arraial, Barbosa afirma citando um autor desconhecido, que escreveu em 1781:

São Romão foi centro comercial de importância, com negócios de peixe, carne melancias, açúcar e. sobretudo, de sal: “naquele lugar labora o negócio de sal fabricado nas salinas do rio São Francisco, capitania da Bahia e Pernambuco, que, pelo mesmo rio acima, sobem quantidades de barcas a aportar em São Romão, onde concorrem os tropeiros a comprá-lo para conduzirem às minas de Goiás e muitas povoações das Gerais”.³⁴⁷



(Parte em destaque da FIGURA 12 onde os pontos em azul próximos à Paracatu representam os registros de cobrança de impostos).

³⁴⁷ BARBOSA, 1995, p. 327.

O mesmo acontece nos documentos produzidos também por Jozé J. da Rocha em que ressalta os limites entre as capitânicas de Goiás e de Minas Geraes (FIGURAS 13 e 14). Novamente, caminhos entre as duas capitânicas aparecem no documento, no qual encontram representados “os caminhos entre Vila Rica e Vila Boa, capital da Capitania de Goiás, passando por Paracatú, a norte ou ela Serra da Canastra, ao sul.”³⁴⁸



(FIGURA 13: MOSTRACENESE TE MAPA O JULGADO DAS CABECEIRAS DO RIO DAS VELHAS E PARTE DA CAPITANIA DE MINAS GERAES COM A DEVISA DE AMBAS AS CAPITANIAS por Jozé Joaquim da Rocha. 1780. 48 x 41 cm; Manuscrito e aquarela (fragmento); MI (Inv. N. 1590).³⁴⁹

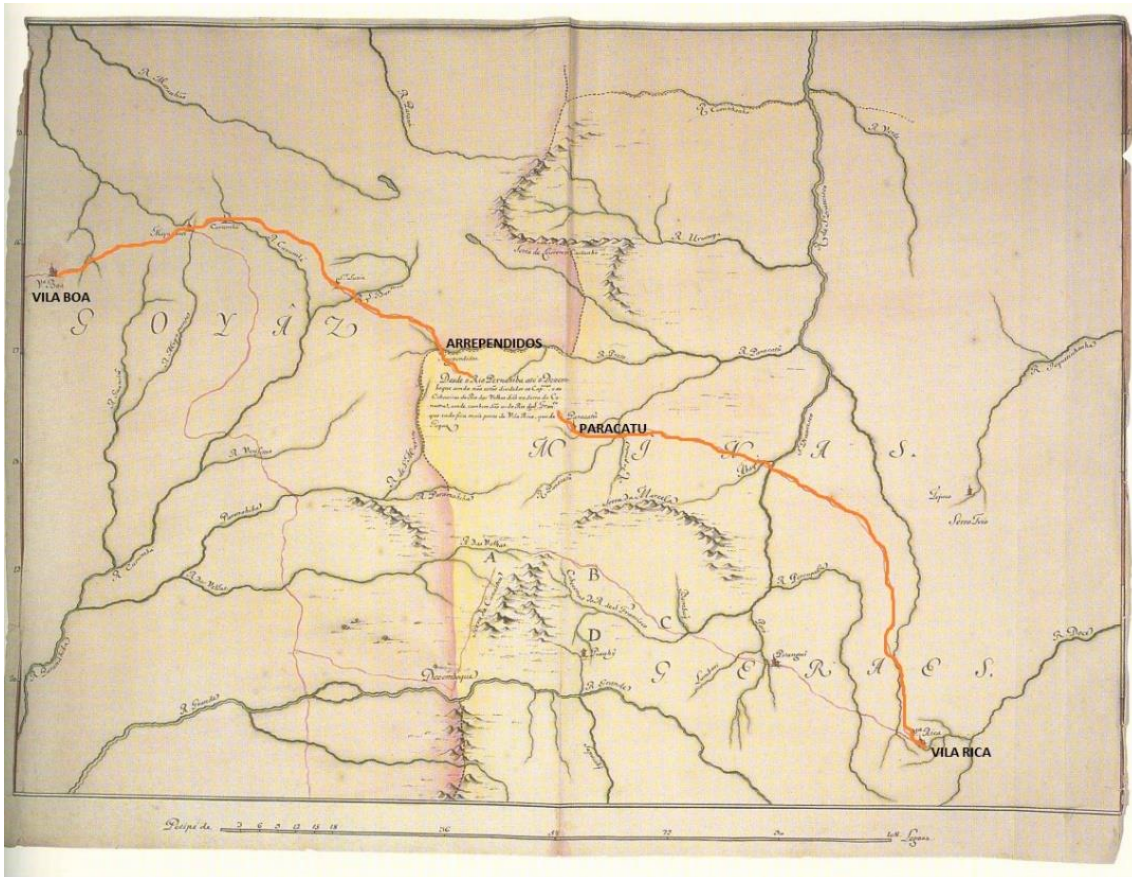
³⁴⁸ COSTA, 2004, p. 65.

³⁴⁹ Ibidem, p. 227.



(Parte em destaque da FIGURA 13: Nele estão apontados alguns dos registros estabelecidos pela administração colonial para fiscalização dos caminhos: S. Luis, Olhos d'água, Porto do Bezerra, Rio da Prata, Nazaré, S. Isabel).³⁵⁰

³⁵⁰ Olympio Gonzaga menciona esses cinco registros: “Contavam se as seguintes guardas ou registro: o de São Luiz, a 5 legoas de distancia de Paracatú; o de Santa Izabel, a 2 legoas de distancia; o de Nazareth, a 1 legoa de distancia; a guarda de Santo Antônio, a 2 legoas; a guarda do Porto da Bezerra, a 11 legoas; a guarda do Rio da Prata, a 25 legoas e a guarda da Varzea Bonita, a 28 legoas de distancia. Essas guardas distribuía patrulhas pelos caminhos, para revistar todos os viandantes, sem excepção de pessoa alguma.” GONZAGA, 1988, p. 17.



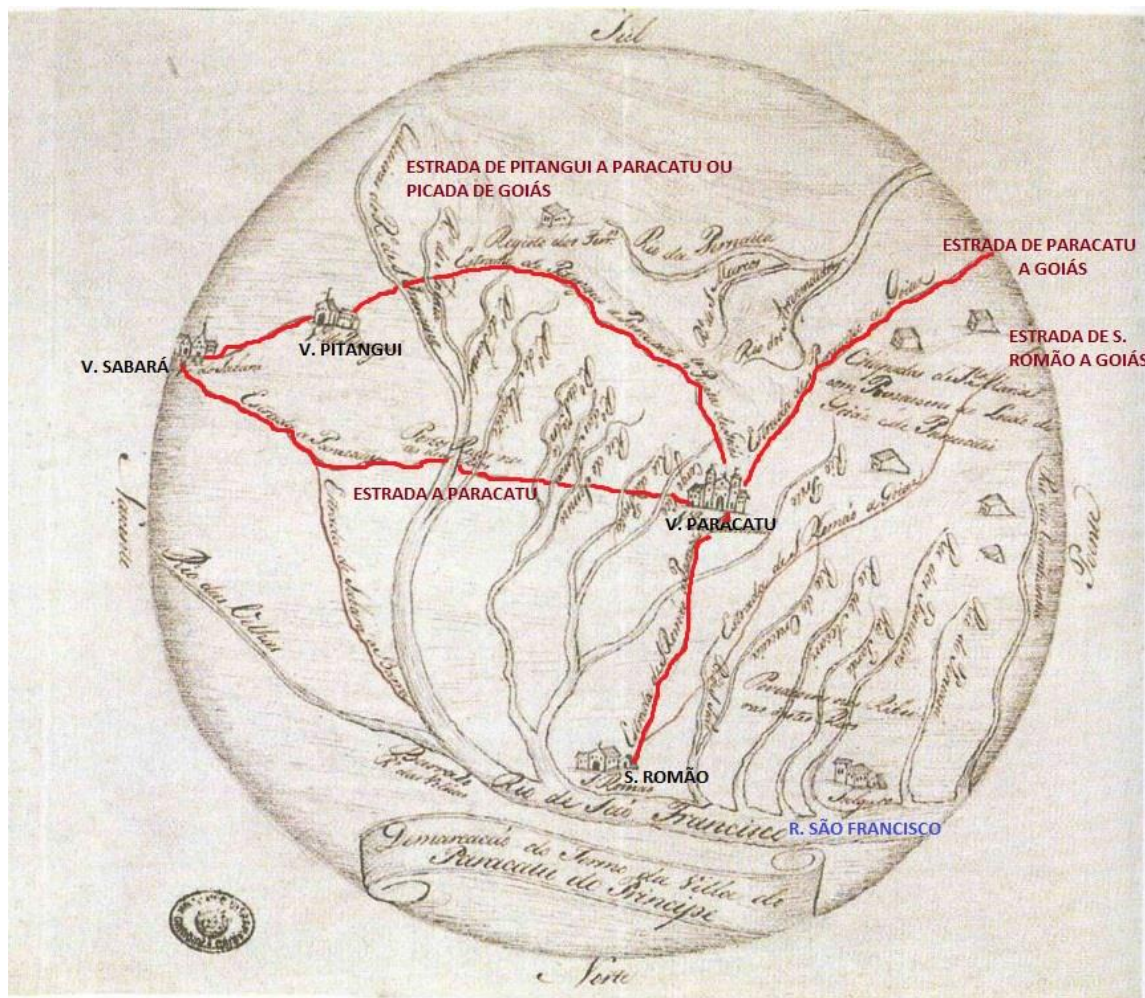
(FIGURA 14: MAPA DA DIVISA ENTRE AS CAPITANIAS DE GOIÁS E MINAS GERAIS. Ca. 1770. 40 x 54,5 cm; Manuscrito e aquarela; IEB-USP (COL. JFAP, 23 Folha 7).)³⁵¹

Temos um documento de 1800 (FIGURA 15) cujo termo da Vila de Paracatu aparece descrito no mapa, assim também como parte do termo de outras vilas da comarca de Rio das Velhas (Pitangui e Sabará). Neste mapa, Paracatu já aparece como uma encruzilhada de importantes estradas. Sobre o mapa, Cláudia Fonseca faz as seguintes observações:

Aparentemente, esta forma circular serve apenas para orientar e enquadrar o desenho, os quatro pontos cardeais estando indicados no exterior do perímetro. Contudo, é preciso notar que a sede (Vila de Paracatu) não ocupa o centro exato do círculo, mas situa-se bem no meio do termo de Paracatu, cujos limites não são explicitamente indicados, mas apenas sugeridos: o rio São Francisco até a sua nascente, seu afluente Carinhanha, os ribeirões Paranaíba e São Marcos. Observa-se também que a centralidade da sede é ‘geométrica’ e ‘topográfica’, mas também ‘funcional’, no sentido

³⁵¹ COSTA, 2004, p. 193.

anteriormente discutido: a Vila de Paracatu é representada como uma encruzilhada de importantes estradas que a ligam a Pitangui, a Goiás, à Vila de Sabará e à sede do julgado de São Romão.³⁵²



(FIGURA 15: DEMARCAÇÃO DO TERMO DA VILLA DO PARACATU DO PRÍNCIPE. Ca. 1800. 20 x 22 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 267/1177).³⁵³

Neste caso estudado temos a representação da Vila de Paracatu claramente descrita como uma encruzilhada de importantes caminhos de Minas Gerais. A partir de imagens como esta última, e de um discurso historiográfico como aqueles que acabamos de citar anteriormente, são construídas as representações de Paracatu como uma encruzilhada do sertão, em pleno Brasil central.

³⁵² FONSECA, 2011, p. 326.

³⁵³ COSTA, 2004, p. 221.

De todas as leituras feitas até agora, as dificuldades para se transitar por esses caminhos não são colocadas em questão. Enfatiza-se o quanto os caminhos faziam de Paracatu (e de Minas) um espaço dinâmico, com intensas trocas materiais e humanas entre as regiões vinculadas pelas estradas. As dificuldades no transporte, no máximo, aparecem em poucas descrições como essa feita por Mafalda Zemella, referindo-se ao início da exploração aurífera (ao início!):

Começamos pelo problema das estradas. Os caminhos que conduziam às Gerais eram verdadeiras trilhas que, a princípio, só podiam ser palmilhadas por pedestres. Nessa primeira fase, o meio de transporte utilizado foi o dorso do escravo. Depois, a trilha se alargou um pouco, admitindo o uso de cavalgaduras. Aí cessou o progresso. Nenhuma espécie de viatura foi utilizada nas estradas que ligavam a capitania das minas ao litoral. O burro foi o meio de transporte mais adequado para o abastecimento das Gerais, em virtude do acidentado das estradas, mormente na transposição das serras do Mar e da Mantiqueira.³⁵⁴

Nos escritos dos viajantes do século XIX e de políticos mineiros e paracatuenses, a cidade será descrita de forma antagônica ao que até agora se viu. A imagem da Paracatu como a encruzilhada do Brasil central desaparece. No século XIX é construída a imagem de uma Paracatu decadente e isolada. Essa imagem será reforçada com a construção de Brasília, entre 1957 e 1960, que será indicada como o motivo do rompimento de tal isolamento e como uma abertura da cidade em direção ao progresso. Mas, uma discussão mais aprofundada sobre a memória construída nesses períodos será objeto de um estudo posterior que pretendo fazer sobre o noroeste.

³⁵⁴ ZEMELLA, 1990, p. 196.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do impulso dado pela historiografia de Minas, com a abertura de novos repertórios temáticos para a denominada Minas Colonial, a região do noroeste continua sendo objeto de pouco interesse por parte dos pesquisadores que trabalham a história de Minas Gerais. Observa-se também que apesar da significativa produção sobre os sertões mineiros vinculados ao rio São Francisco, a concentração da pesquisa encontra-se voltada para a parte norte do estado. A cidade de Paracatu ainda se vê dentro da *zona nebulosa e cinzenta das fronteiras*, conforme mencionado por Márcio Santos.

Apesar disso, não é possível afirmar, como dito por Mata-Machado em seu livro, que não existe uma produção historiográfica para a região, pois os cinco autores que selecionamos para esta reflexão demonstram o contrário. Temos, através deles, uma produção historiográfica para o noroeste ao longo do século XX.

Em *Memória Histórica de Paracatu* (1910) de Olympio Gonzaga, vimos a preocupação do autor em fazer o primeiro *registro* (que aqui chamei de *construção*) da memória e história da cidade. Dada a época em que escreve, a concepção de história do período e as particularidades do tempo em que vive, além de seu lugar social de fala, focou sua narrativa no engrandecimento dos personagens que estiveram envolvidos com a história da cidade, fossem eles os bandeirantes descobridores e mineradores, os administradores, políticos ou homens das letras, enfim, aqueles a quem ele chamou de os *ilustres* filhos de Paracatu. Com tais personagens constrói sua narrativa histórica que vai se configurar numa construção de memória e identidade do lugar.

Além disso, também vimos que sua obra atendia à demanda trazida por um litígio entre Minas e Goiás para as terras que ficam na margem esquerda do rio São Marcos. Reivindicada pelo governo goiano, Gonzaga informa os limites do território paracatuense e diz ter a posse de documentos que sepultam de vez as justificativas goianas para a reivindicação daquelas terras. Também vimos que, com sua obra, ele vinculava a região pretendida por Goiás como uma região genuinamente mineira, em todos os seus traços.

A obra de Afonso Arinos, *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*, de 1955, foi escrita sob o peso de um compromisso “feito” com seu pai,

Afrânio de Melo Franco. Sendo assim, ele se remetia ao passado, referindo-se à Paracatu do século XVIII, como um lugar de definição de um sentido original, razão explicativa para o seu próprio presente, conforme vimos através das reflexões feitas a partir dos estudos de Manoel Salgado Guimarães. De forma que, ao construir uma narrativa sobre uma Paracatu bem *desenvolvida* no século XVIII estaria venerando a própria família com aquele passado. Por isso, como o primeiro Melo Franco a chegar no Brasil vem viver em Paracatu, cumpria exaltar aquele passado de forma que a vida de sua família estaria contida nela de forma prefigurada. Para isso, silenciou a memória de José Rodrigues Fróis, o bandeirante que chegou na cidade na mesma época em que Felisberto Caldeira Brant e que anunciou a descoberta do ouro em Paracatu. Fez isso por associar sua família à Caldeira Brant atribuindo à ele toda a força, destreza e pioneirismo na conquista.

Além disso, também vimos que ao escrever essa memória sobre seu pai, (mas que na verdade contava a história de sua família), Afonso Arinos reforça em um período muito crítico da política brasileira (o da crise do populismo e sua renovação após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954), a tradição de serviços que sua família e ele (como representante da UDN - União Democrática Nacional, crítica ferrenha do populismo getulista e defensora da ruptura da ordem institucional, ou seja, golpe de estado) prestaram ao Brasil. Além do mais, seu pai era alçado com aquela obra ao posto de estadista da república brasileira.

Oliveira Mello escreve seus livros na segunda metade do século, como vimos, a partir de 1964, época da publicação do primeiro livro dedicado exclusivamente à história de Paracatu (*Paracatu Perante a História*) e segue produzindo até o início do próximo século. Sob a influência de todas as transformações advindas a partir da construção de Brasília (a mudança dos calçamentos, a destruição de praças, dos becos, de edificações coloniais, enfim, de todas as transformações que a cidade vivia em seu espaço urbano), da possibilidade da perda do patrimônio, da história e da memória da cidade, escreve a maioria de seus livros. E também o faz, não podemos esquecer, sob a influência das gestões municipais que se aproveitaram do momento para se promoverem colocando suas administrações como aquelas que saberiam equilibrar o progresso com os valores culturais.

O lugar comum de suas obras era: diante da perda iminente de tudo que se relacionasse ao passado da cidade, seu dever era preservar a memória local e assim livrá-la do esquecimento. Em suas obras, seja através de seus escritos ou através das apresentações feitas pelos prefeitos, o século XVIII se relacionava à *época de ouro* da cidade que deveria ser retomada no presente. E a memória do século XIX, construída como uma época de decadência que estaria sendo rompida, ou pela construção de Brasília (no ângulo visto por Mello) ou pela construção de Brasília e pela gestão municipal em questão (no ângulo visto pelos prefeitos).

Maria da Conceição Amaral Miranda de Carvalho escreveu *Paracatu: Morro do Ouro*, de 1992 a pedido da mineradora Rio Paracatu Mineração S/A. O livro foi escrito para que, através da história, a mineradora pudesse silenciar uma memória de luta envolvendo seus interesses e a de milhares de garimpeiros que ganhavam a vida na cidade. Ao final desse conflito travado durante boa parte da década de 1980, toda atividade de garimpo de Paracatu foi colocada na ilegalidade. Como nessa mesma época havia um ambiente de bastante efervescência cultural, com reivindicações de maior apoio para a área cultural da cidade, a mineradora agiu. O resultado foi a publicação de três obras sob o seu patrocínio.

Entre essas obras, coube a *Paracatu: Morro do Ouro* (1992) a função de construir uma memória que relatasse: 1) a relação da história do século XVIII da exploração aurífera na cidade com a época dos sonhos e esperanças do povo; 2) a culpa da decadência dessa época era do próprio minerador que não tinha condições financeiras e tecnológicas para *vencer* a montanha, isto é, para retirar-lhe o metal; 3) no final do século XX, a mineradora, com a mesma *tenacidade* dos antigos mineradores do século XVIII e com tecnologia superior, seria a única capaz de explorar a montanha novamente; 4) a mineradora é capaz de trazer de volta os sonhos e esperanças perdidas durante o século XIX e parte do XX e fazer Paracatu retomar, em uma segunda fase, seu ciclo do ouro.

Por fim, revelamos que aquilo que moveu a escrita de Bernardo Mata-Machado na produção de *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais (1690-1930)* foi o desejo de atender a uma demanda deixada pelas produções historiográficas para a região do noroeste de Minas Gerais. A negligência a esse tipo de estudo fez com que o pesquisador se lançasse em direção a uma produção de uma obra síntese sobre a região,

o que pode ser percebido pelo recorte temporal escolhido por ele para a produção do texto que nasceu primeiro como uma dissertação de mestrado.

Enfim, vimos em tudo isso o peso das demandas de cada presente e do *lugar social* de cada autor na produção de cada uma dessas obras e, portanto, na construção dessa *memória hegemônica* da cidade. Poderíamos descrevê-la, em linhas gerais, da seguinte forma. Para essa memória, o século XVIII, associado à descoberta e exploração do ouro, foi eleito como o grande referencial formador da personalidade e características do povo paracatuense. Foi o século responsável pelo desenvolvimento do arraial até se tornar uma importante vila da província mineira. Sendo assim, é a época que será tomada como exemplo a ser seguido e modelo de desenvolvimento a ser retomado. Ao século XIX é atribuído os signos do *isolamento* e *decadência*. Um tempo que se estende até o início da segunda metade do século XX. Neste sentido, esse tempo é dado a perceber na produção historiográfica estudada como época a ser superada. E, durante a segunda metade do século XX, temos a construção de uma memória de uma cidade que se compromete em retomar os *valores* e *progressos* perdidos no final do século XVIII.

Neste estudo também nos foi dado a saber sobre a maneira como a paisagem do arraial de Paracatu no século XVIII foi construída por essa historiografia. Aquilo que poderia representar motivos para o “empobrecimento” de sua história, tais como o fato de estar geograficamente distante dos primeiros centros auríferos de Minas, ou pelo fato de suas minas estarem entre as últimas a serem descobertas na capitania ou ainda, como consequência desses dois, o fato de ter sido povoada tardiamente e ter permanecido por muito tempo isolada, tudo foi amenizado pelo discurso historiográfico construído a respeito dessas questões. As representações que compõem a memória de Paracatu no século XVIII revelam o arraial de outra forma.

Em primeiro lugar, como vimos, houve um esforço historiográfico em vincular o povoamento do arraial ao mesmo período de descoberta dos primeiros núcleos auríferos mineiros no final do século XVII, apesar dos documentos não serem claros sobre isso. Entretanto, esse povoamento não teria ocorrido pelos elementos vindos do litoral, mas pelo gado, que Afonso Arinos (sobrinho) transforma em um personagem do sertão.

Em segundo, constrói-se a memória do paracatuense vinculando-a ao sertanejo (apesar deste ser associado à figura do homem rude e simples do sertão) como o responsável por moldar e por equilibrar a personalidade do homem paracatuense, que além de saber conviver com a cultura mais *fina e requintada* (característica que teria adquirido com a *civilização do ouro*) também conservaria dentro de sua alma a simplicidade, o desprendimento e os valores tradicionais do homem sertanejo (valores que teria absorvido da *civilização do couro*).

Em terceiro, apesar de se encontrar no sertão, lugar confundido com deserto, carência, isolamento, selvageria, a paisagem cultural de Paracatu foi representada tanto nos documentos escritos quanto nos cartográficos como precocemente povoada (com presença de currais e igrejas, elementos utilizados na cartografia para indicar a superação da aparência rústica, despovoada e incivilizada do sertão) e como uma encruzilhada de vários caminhos que chegavam de várias regiões da colônia com destino a Goiás.

HISTORIOGRAFIA UTILIZADA COMO FONTE DE PESQUISA

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1995.

BARATA, José Henriques. *Paracatu Revivida*. Brasília: Editora Uberaba Ltda, s/d.

CARVALHO, Maria da Conceição Amaral Miranda de. *Paracatu: Morro do Ouro*. São Paulo, Ed. Abril S. A., 1992.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

_____. *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

_____. *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, João Batista de Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de. (Orgs.) *Cerrado, gerais, sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos*. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros: Unimontes, 2012.

FONSECA, Cláudio Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

GAMA, Alexandre de Oliveira. Memórias do noroeste de Minas Gerais no século XIX: silenciamentos e resistências. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 3., 2014, Salvador. *Anais...* Salvador: ANINTER-SH; UCSAL, 2014. 1 CD.

GONZAGA, Olympio. *Memória Histórica de Paracatu*. 2 ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 1988.

MELLO, Oliveira. *Afonso Arinos e o Sertão*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1961.

_____. *Paracatu do Príncipe: Minha Terra*. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.

_____. *Paracatu do Príncipe: a Imemorial*. Paracatu: Ed. da Prefeitura Municipal, 1983.

_____. *Memória Cultural (A cultura em Paracatu)*. Belo Horizonte: Ed. Da Comissão Mineira de Folclore, 1990.

_____. *Preservação da memória*. Brasília: Edição do Autor, 1993.

_____. *Minhas opiniões. E as suas?* Paracatu: Ed. Da Academia de Letras do Noroeste de Minas, 1998.

_____. MELLO, Antônio de Oliveira. *Paracatu do tempo e em tempo*. Paracatu: Ed. Prefeitura Municipal, 2001.

_____. *As Minas Reveladas*. 2ª Ed. Paracatu: Ed. Da Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002.

_____. *Paracatu, meu bem querer*. 3ª ed. Paracatu: Prefeitura Municipal, 2007, p. 24.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *História do Sertão noroeste de Minas Gerais (1690-1930)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do Sertão – o Cerrado na História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, Márcio. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuárias de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

_____. *História Média das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII. *LOCUS: Revista de História*. Juiz de Fora, vol 4, n. 1, 1998

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (Enciclopédia Einaudi, V. 5).

BARREIRA, Irllys Alencar F. A cidade no fluxo do tempo: a invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, nº 9, jan/jun 2003, p. 314-339.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. 13 ed., São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BRAYNER, Natália Guerra. Sentidos dilatados: identidades e representação em Brasília. In: MATSUMOTO, Roberta Kumasaka; BARBATO, Silviane (Orgs.). *Oralidade e outras linguagens*. Cadernos Ceam-Necoim, n.15, UnB, Brasília, 2004.
- BRESCIANI, Maria Stella M. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Lisboa: Difel, 1990.
- DAVIES, Natalie Zemon. *Histórias de perdão. E seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DIAS, Renato da Silva; ARAÚJO, Janeth Xavier de. (Orgs.). *Representação do sertão: poder, cultura e identidades*. São Paulo: Humanitas, 2013.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERRARA, Lucrecia d'Alessio. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, C. F. e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. *Diálogos*, Maringá, UEM, v. 10, n. 3, 2006, p. 79-88.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Os cacos da história*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá: Entrelinhas; EdUFMT, 2012.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a contribuição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História cultural*. Experiências de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Escrever a história, domesticar o passado. In: LOPES, Antônio Herculano. (org.). *História e linguagens: texto, imagens, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013

_____. Tempo e patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, jul/dez, 2006, p. 261-273.

HENRIQUE, Isabel Castro. A materialidade do simbólico: marcadores territoriais, marcadores identitários angolanos (1880-1950). *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*. Brasília: UnB, vol. 12, n. ½, 2004

HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (Org.) *A invenção das tradições*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006.

KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins (Org.). *Semeando cidades e sertões: Brasília e o Centro-Oeste*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.

LENCLUD, Gérard. A tradição não é mais o que era... sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. In: *história, história: Revista do programa de pós-graduação em história - UnB*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MAGALHÃES, Nancy A. *Marcas da terra, marcas na terra*. Um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico. Guarantã do Norte-MT (1984-1990). Brasília: Editora UnB, 2013.

MARTIN, Michèle. *Images at war: illustrated periodicals and constructed nations*. Toronto: University of Toronto press, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; LILALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. O refrão da Nação/Civilização e uma Dupla Sertaneja: viajantes estrangeiros e o interior do Brasil Oitocentista. In: MUNIZ, D. C.G.; SENA, Ernesto Cerveira de (Orgs.). *Nação, civilização e história: leituras sertanejas*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998.

NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia (Orgs.). *Conceitos e linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios; Capes, 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcadia, 2007.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória o ensaio: sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.

PAIVA, Adriano Toledo. *Os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, 1992.

- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008
- PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen à FHC*. 3ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RENGER, Friedrich E. Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735). In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; LILALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas, I*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- REVEL, Jacques. *Proposições. Ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Sertão, lugar desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004.
- SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Sertão, cerrado e identidades. In: MATSUMOTO, Roberta Kumasaka; BARBATO, Silviane (Orgs.). *Oralidade e outras linguagens*. Cadernos Ceam-Necoim, n.15, UnB, Brasília, 2004.
- SARAIVA, R. C. e PAIVA-CHAVES, T. A experiência de descobrir a memória. In *Cadernos do CEAM: Tramas, espelhos e poderes na memória*. nº. 02, Brasília: CEAM/NECOIM/UnB, 2000.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto – Estado e sociedade nas Minas Gerais setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SOUZA, C. F. e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: SOUZA, C. F. e PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VASCONCELOS, Sylvio de. Formação das povoações de Minas Gerais. In: _____. *Arquitetura no Brasil: pintura mineira e outros temas*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959.

VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.). *As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007

FONTES DOCUMENTAIS ESCRITAS

- ARQUIVO DA SECRETARIA DE CULTURA DE PARACATU:

A ocupação das cidades no interior do Brasil: Centro histórico de Paracatu (Proposta para tombamento). In: Dossiê de Tombamento do Núcleo Histórico de Paracatu. IPHAN, 2009.

PARECER SOBRE O PROCESSO DE TOMBAMENTO N° 1.592-T-10 referente ao Conjunto Histórico de Paracatu-MG (10.10.2010).

- INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN-RJ):

BRASIL. Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Processo 636-T-61, D.P.H.A.N/D.E.T, Seção de História. Carta de Edgar Jacinto da Silva (Chefe do Serviço de Obras da DCR) de 23 de junho de 1961.

FONTES CARTOGRÁFICAS

- COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

FIGURA 9: MAPA DO CERTÃO entre a Serra da Marcela e as nascentes do Rio São Francisco. [s.d.] (Ca. 1770). 35 x 44 cm; IEB-USP (COL. JFAP, 23 – Folha 23).

FIGURA 10: MAPPA DO CERTÃO continente entre a barra do rio Jaurú, q' deságua no Paraguay até a margem occidental do rio Guaporé, na paragem, em q' desemboca o Sararé; com as serras, e rios mais conhecidos d'aquella Campanha, pela qual deve correr a linha divisória, entre as duas Coroas de Portugal e Castella. Post. 1750. 30 x 22,5 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 93/1253).

FIGURA 11: MAPA DA FREGUESIA DA MANGA. ca. 1764. 84 x 61 cm; Manuscrito desenho e aquarela colorida; AHU (n. 252/1158).

FIGURA 12: MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES COM A DEVISA DE SUAS COMARCAS. Jozé Joaquim da Rocha, 1778. 41,9 x 35,1 cm; Aquarela. AHEx).

FIGURA 13: MOSTRACE NESTE MAPA O JULGADO DAS CABECEIRAS DO RIO DAS VELHAS E PARTE DA CAPITANIA DE MINAS GERAES COM A DEVISA DE AMBAS AS CAPITANIAS por Jozé Joaquim da Rocha. 1780. 48 x 41 cm; Manuscrito e aquarela (fragmento); MI (Inv. N. 1590).

FIGURA 14: MAPA DA DIVISA ENTRE AS CAPITANIAS DE GOIÁS E MINAS GERAIS. Ca. 1770. 40 x 54,5 cm; Manuscrito e aquarela; IEB-USP (COL. JFAP, 23 Folha 7).

FIGURA 15: DEMARCAÇÃO DO TERMO DA VILLA DO PARACATU DO PRÍNCIPE. Ca. 1800. 20 x 22 cm; Manuscrito e aquarela; AHU (n. 267/1177).

- FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

FIGURA 1: Mapa de localização das três primeiras sedes de comarcas em Minas Gerais.

FIGURA 2: Mapa das comarcas mineiras e suas sedes no início do século XIX.

FIGURA 5: Mapas das primeiras zonas auríferas exploradas pelos colonos que se situavam ao longo da serra do Espinhaço.

- MELLO, Oliveira. *Paracatu do Príncipe: Minha Terra*. Paracatu: Edição da Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.

FIGURA 6: Itinerário da bandeira de Domingos Luís Grou: 1586-1587.

FIGURA 7: Itinerário da bandeira de Nicolau Barreto: 1602-1604.

FIGURA 8: Itinerário da bandeira de Lourenço Castanho Taques: 1670.

- PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FIGURA 3: Mapa da fronteira dos bispados coloniais do Brasil.